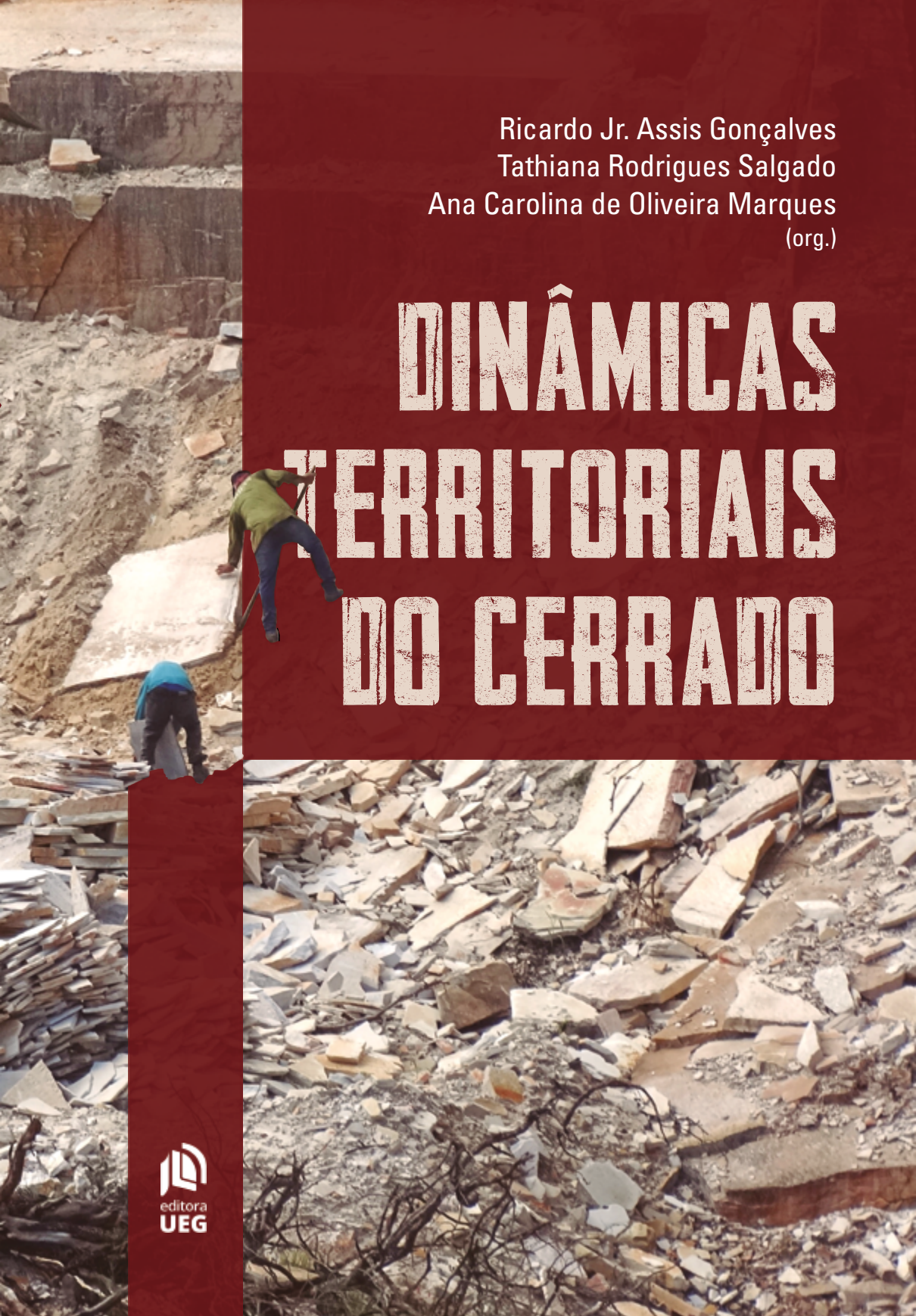




Ricardo Jr. Assis Gonçalves  
Tathiana Rodrigues Salgado  
Ana Carolina de Oliveira Marques  
(org.)

# DINÂMICAS TERRITORIAIS DO CERRADO



**EDITORA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE GOIÁS**

**Presidente**

Antonio Cruvinel Borges Neto (Reitor)

**Vice-Presidente**

Claudio Roberto Stacheira (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

**Coordenadora Geral**

Elisabete Tomomi Kowata

**Revisão Técnica**

Elisabete Tomomi Kowata

**Revisão Geral**

Claudia Horrana da Costa Romano

**Capa, Projeto Gráfico e Editoração**

Adriana da Costa Almeida

**Conselho Editorial**

Alessandro José Marques Santos (UEG)

José Leonardo Oliveira Lima (UEG)

Luciana Rebelo Guilherme (UEG)

Leonardo Lopes do Nascimento (UEG)

Osvaldo José da Silveira Neto (UEG)

Sabrina do Couto de Miranda (UEG)

Thiago Henrique Costa Silva (UEG)

Vandervilson Alves Carneiro (UEG)

Vinicius Gomes de Vasconcellos (UEG)

Wellington Hannibal (UEG)

Ricardo Jr. Assis Gonçalves  
Tathiana Rodrigues Salgado  
Ana Carolina de Oliveira Marques  
(org.)

# **DINÂMICAS TERRITORIAIS DO CERRADO**



ANÁPOLIS | 2023



## IMPORTANTE

Cuidamos para que a produção deste ebook tivesse o mesmo padrão de qualidade das nossas obras impressas. Mas poderá ter variação na apresentação do conteúdo de acordo com cada dispositivo de leitura.

© 2023 – Editora UEG

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Catálogo na Fonte  
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),  
Universidade Estadual de Goiás

---

D582      Dinâmicas territoriais do Cerrado /organizadores, Gonçalves, Ricardo Jr. Assis, Salgado, Tathiana Rodrigues, Marques, Ana Carolina de Oliveira. – Anápolis-GO: Editora UEG, 2023.  
179 p. ; 16 x 23 cm.  
  
ISBN 978-65-88502-37-2 (E-book)  
ISBN 978-65-88502-32-7 (Impresso)

DOI: <https://doi.org/10.31668/978-65-88502-37-2.2023.1-179>

1. Geografia do Cerrado. 2. Biodiversidade do Cerrado. 2. Formação sociocultural – Estado de Goiás. 3. Comunidades tradicionais – Goiás. I. Gonçalves, Ricardo Jr. Assis III. Salgado, Tathiana Rodrigues III. Marques, Ana Carolina de Oliveira. IV. Título.

CDU 911.2(817.3)

---

Elaborado por Sandra Alves Barbosa – Bibliotecária – CRB 1 / 2659

---

Esta obra é em formato de e-Book e foi produzida com recursos do PROAP/CAPES 2021. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade dos autores e das autoras.

---

**EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
BR-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903 Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis -GO  
[www.editora.ueg.br](http://www.editora.ueg.br) / e-mail: [editora@ueg.br](mailto:editora@ueg.br)

# SUMÁRIO

|   |                                                                                                     |    |
|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
|   | Prefácio                                                                                            |    |
|   | Tão belo quanto a flor de pequi . . . . .                                                           | 7  |
|   | <i>Adão Francisco de Oliveira</i>                                                                   |    |
|   | Apresentação                                                                                        |    |
|   | A interpretação territorial do Cerrado. . . . .                                                     | 12 |
| 1 | OS PANARÁ E A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DO<br>SUDOESTE GOIANO . . . . .                                | 17 |
|   | <i>Eduardo Ferraz Franco</i>                                                                        |    |
|   | <i>Eguimar Felício Chaveiro</i>                                                                     |    |
| 2 | EXTRATIVISMO MINERAL E O CERCAMENTO<br>PREDATÓRIO DO SUBSOLO E DAS ÁGUAS DO<br>CERRADO . . . . .    | 38 |
|   | <i>Ricardo Jr. Assis Gonçalves</i>                                                                  |    |
| 3 | A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE GOIÂNIA ENTRE AS<br>DÉCADAS DE 1990 A 2010 . . . . .                      | 50 |
|   | <i>Tathiana Rodrigues Salgado</i>                                                                   |    |
| 4 | A RECRIAÇÃO CAMPONESA E OS PILARES DA<br>EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE<br>FAINA-GO . . . . . | 66 |
|   | <i>Isaias Rodrigues da Silva</i>                                                                    |    |
|   | <i>Edson Batista da Silva</i>                                                                       |    |

|   |                                                                                                                                                                              |     |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5 | A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO.<br><i>Carlos Eduardo de Oliveira Marins</i><br><i>Ana Carolina de Oliveira Marques</i>                                               | 89  |
| 6 | CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS<br>NO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E DE<br>(RE)OCUPAÇÃO DE GOIÁS ATÉ O FINAL DO SÉCULO<br>XIX. ....                              | 103 |
|   | <i>Winder Rodrigues Pires</i><br><i>Maria José Rodrigues</i>                                                                                                                 |     |
| 7 | OS RESÍDUOS SÓLIDOS DO SEGMENTO HOTELEIRO<br>EM CALDAS NOVAS-GO . . . . .                                                                                                    | 120 |
|   | <i>Joelma de Souza Mesquita</i><br><i>Samara de Souza Mesquita</i><br><i>Ana Barbara Fernandes</i><br><i>Jean Carlos Vieira Santos</i><br><i>Vandervilson Alves Carneiro</i> |     |
| 8 | POVO KARAJÁ DE ARUANÃ-GO, TERRITÓRIO E VIDA<br>INDÍGENA: ENTRE A CIDADE E A ALDEIA. ....                                                                                     | 138 |
|   | <i>Joannes de Souza Medrado</i><br><i>Lorranne Gomes da Silva</i>                                                                                                            |     |
| 9 | A HIERARQUIZAÇÃO RELIGIOSA NO ESPAÇO<br>URBANO: O CASO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEI-<br>RAS EM GOIÁS. ....                                                                    | 156 |
|   | <i>Léo Carrer Nogueira</i>                                                                                                                                                   |     |
|   | Sobre os/as organizadores/as. ....                                                                                                                                           | 174 |
|   | Sobre os/as autores/as . . . . .                                                                                                                                             | 175 |

# PREFÁCIO

## Tão belo quanto a flor de pequi

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

No ano de 2003 tive a oportunidade de trabalhar na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás. Professor da UEG desde o ano 2000, deixei a cidade de Anápolis, onde atuava nos cursos de História e de Geografia, para iniciar em Goiás uma nova jornada no curso de Gestão Pública, trabalhando as disciplinas de Políticas Públicas e de Planejamento Municipal, que até então sintetizavam a minha trajetória de pesquisador. Dominado pela própria juventude, desenvolvi ali uma das melhores experiências profissionais de minha vida, em contato com alunos e professores não só do curso em que eu trabalhava, mas também dos cursos de Geografia e de Pedagogia, onde cultivei bons amigos e grandes amizades.

A Cidade de Goiás é travestida de magia. O ar que se respira no “caldeirão da Serra Dourada” permite ao vivente inalar história e folclore; cultura e poder; opressão e resistência. Os pulmões capturam e transmitem ao fluxo sanguíneo uma mescla de cosmopolitismo universitário e provincianismo comunitário; e as pessoas se embebem de tradição e modernidade. O ar desse lugar é assim, forjado na contradição. Ao se entranhar nos corpos, revetoriza olhares ao passado e, ao mesmo tempo,

---

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE (Gestão Outros Outubros Virão – 2022-2023).

ao futuro. Ao respirá-lo, se inala também o pólen da flor de pequi que fecunda em nós a organicidade da estrutura biogeográfica do Cerrado.

Foi nesta cidade de magia e encantamento que a UEG lançou seu primeiro programa de pós-graduação em Geografia, fruto do amadurecimento institucional, do compromisso de seus professores com a produção científica e da ousadia dos que se aventuraram à relação com o Aplicativo para Propostas de Novos Cursos – APCN, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Criado em 2018, o programa acaba de passar por sua primeira avaliação<sup>2</sup>, saindo da condição de N/A (não avaliado) para nota 3 (Programa Novo).

O olhar retrospecto para a constituição dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil nos remete a uma periodização que nos ajuda a compreender bem o significado do PPGeo-UEG no contexto da pós-graduação brasileira. Os primeiros Programas de Pós-Graduação – PPGs em Geografia foram criados no Brasil na década de 1970 nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Foram 5 programas dispostos de forma *concentrada* no Sudeste e no Nordeste. Na década de 1980 ocorreu a *expansão concentrada* dos PPGs em Geografia, fortalecendo a sua incidência em São Paulo e ampliando a existência para Minas Gerais (também Sudeste) e para Sergipe (Nordeste) e Santa Catarina (o primeiro do Sul).

Nos anos de 1990, após a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, em 1993, e a ascensão de um presidente da República *uspeano*<sup>3</sup>, ocorreu uma *desconcentração* dos PPGs em Geografia nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que 10 novos programas foram criados nesse contexto. Porém, foi a partir dos anos 2000 que houve uma pulverização dos PPGs em Geografia por todo o território nacional, resultado da política de expansão de vagas e de permanência criada e mantida pelos 4 governos consecutivos do Partido dos Trabalhadores – PT, sedimentadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Ao abrir novos campus, criar novas universidades, contratar professores e

2 O PPGeo-UEG foi criado no decorrer do processo de Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017-2020, cujo resultado só saiu em novembro de 2022.

3 O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) é professor emérito da USP, onde lecionou Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

expandir o número de vagas para a inclusão dos historicamente excluídos das universidades, o governo federal sob aquela representação partidária validou o espaço universitário como lócus privilegiado para a produção da ciência, tecnologia e inovação, entendida como fundamento ao desenvolvimento regional.

Assim, pode-se classificar a década de 2000 como sendo a de *descentralização* dos PPGs em Geografia, que finalmente alcançaram todas as regiões do país, lastreados em quase todos os Estados. Nesse movimento, 20 novos programas foram criados, fortalecendo a representação da Geografia no campo das Ciências Humanas. E, por fim, na década de 2010 cristaliza-se o movimento de *interiorização* dos PPGs, criando-se mais 37 novos programas com radicalidade em todas as unidades da Federação. Neste último movimento surgiu o PPGEU-UEG.

Por conseguinte, não havia tema mais apropriado para a definição de sua área de concentração: *Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado*, focando nos processos que se desenvolvem em Goiás e no Centro-Oeste do país. Duas linhas de pesquisa arregimentam os estudantes e posicionam os professores: a LP1: *Análise Ambiental do Cerrado*; e a LP2: *Dinâmica Territorial do Cerrado*. No sítio do PPGEU-UEG na internet é apresentado o seguinte sobre essa área de concentração:

[...] parte-se da compreensão de que o Cerrado, além das diferentes paisagens naturais e sua rica biodiversidade, a ponto de ser considerado como um dos *hotspots* para conservação mundial, possui também uma multiplicidade de sujeitos, organizados territorialmente com suas manifestações e matizes culturais, sociais e políticas. O Cerrado também é um território em disputa, integrado às redes mundiais de produção e comercialização de *commodities* agrominerais.

Por seu turno, a composição do seu quadro docente, constituído hoje por 17 professores, se dá fundamentalmente com egressos de doutorados de 3 grandes instituições no contexto do Cerrado: a Universidade Federal de Goiás – UFG, sendo um programa de excelência, com nota 6 na CAPES, com 8 egressos; a Universidade Federal de Uberlândia – UFU, programa consolidado, com nota 5 na CAPES, com 4 egressos; e a Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente, programa de excelência com nota máxima, 7, com 3 egressos. Dois professores realizaram o seu doutorado em outras instituições.

Em que pese ser patente a importância da UFU e da UNESP/PP como preceptoras do quadro docente do programa, é mesmo a vizinha UFG que exerce maior influência. Nesta universidade, o PPG em Geografia foi criado em 1995 com o curso de mestrado e em 2007 teve início o curso de doutorado. Da primeira geração de professores do PPGEU-UFU, a Universidade de São Paulo – USP, foi a universidade que mais “doutorou” o seu quadro (até então, a USP era nota 7 no conceito da CAPES). Logo, no caminho reverso tem-se uma teia de interlocução em que o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – PPGH, e o Programa de Pós-Graduação em Geografia Física – PPGF, da USP, formaram os professores da UFU, que, por sua vez, formaram os professores da UEG. Confluem, portanto, na composição de sentidos deste programa, a UFU e a UNESP/PP.

Resulta desse nexos científico-geográfico este programa de pós-graduação, o PPGEU-UEG, que com 5 anos de idade, já lança um olhar sobre si, a partir de sua linha de pesquisa 2, que é homônima desta obra. Ao concentrar-se sobre a Geografia do Cerrado, esse programa visa contribuir com o aprofundamento do conhecimento sobre o segundo maior bioma-território brasileiro, que cobre 25% do território nacional e que é uma das regiões de maior biodiversidade do mundo, com mais de 6 mil espécies de árvores e 800 espécies de aves. No Cerrado se localizam três grandes aquíferos: o Guarani, o Bambuí e o Urucui, responsáveis pela formação e alimentação de importantes rios do continente.

Toda essa riqueza natural, essencial para a reprodução do “Planeta azul”, é compreendida por comunidades tradicionais que, secular e até milenarmente, dominam o seu manejo sustentável. Porém, se veem há aproximadamente um século compelidas ao isolamento, ao cancelamento e até ao extermínio, pela força brutal do capitalismo predatório que se recria em fronteiras técnico-científico-informacionais. Nessas fronteiras que se renovam sobre o Cerrado, cidades foram plantadas, a urbanização foi planejada, as redes técnicas estendidas e a paisagem transformada. Povos da terra foram sacrificados na disputa por território e, em seu lugar, máquinas, implementos, insumos e usinas reproduzem capital. Aos poucos o pequizeiro, progenitor de um dos frutos mais cobiçados pelos goianos, vai se extinguindo, no descerramento da biodiversidade do Cerrado pela monocultura capitalista.

A Cidade de Goiás é travestida de magia e o ar desse lugar é forjado na contradição. Da opressão capitalista à resistência da sociobiodiversidade, o PPGeo-UEG surge como um óptico que permite acurar o Cerrado no presente, mirando-o com redenção no futuro. O olhar científico sobre esse território disputado visa cuidar da vida que é própria desse espaço. Nesse caso, a Geografia se propõe a ser esperança e o PPGeo-UEG se torna tão belo quanto a flor do pequi.

# APRESENTAÇÃO

## A interpretação territorial do Cerrado

O presente livro possui uma história, a história do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina, Sede Cidade de Goiás. Com a aprovação do PPGeo-UEG pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em 2018, parte das pesquisas sintetizadas neste livro tornou possível.

Com pouco mais de quatro anos de existência, o Programa passou a protagonizar ações de pesquisa, ensino e extensão em nível local e regional. Parcerias com pesquisadores nacionais e internacionais também foram articuladas. Com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PrP/UEG, através de fomentos do Pró-Programas (2021 e 2022), o Laboratório de Geoprocessamento para Análises Ambientais e Territoriais do Cerrado – LabCerrado, está em consolidação. Destaca-se também a atuação de docentes em projetos envolvendo prefeituras, escolas municipais e estaduais, comunidades camponesas, assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas.

A Geografia aglutina diversas abordagens do Cerrado. Entre elas, destacam-se a regional, a cultural, a do domínio morfoclimático e fitogeográfico, a ambiental, a do sistema biogeográfico, a territorial e a literogeográfica. Isso explicita diferentes possibilidades teóricas, conceituais e metodológicas da pesquisa geográfica que também mobiliza

categorias como lugar, região, território, paisagem e natureza para interpretar o Cerrado. A interpretação geográfica do Cerrado compreende que componentes naturais como água, solo, clima, minérios, relevo e vegetação compõem a disputa pela apropriação cultural, econômica e social desse Bioma-Território.

Por conseguinte, acredita-se que a perspectiva territorial é integradora e permeia os resultados apresentados no decorrer dos nove textos que compõem esta obra. Eles sintetizam resultados de estudos desenvolvidos por egressos, alunos e professores do PPGEQ-UEG no âmbito da linha de pesquisa *Dinâmicas Territoriais do Cerrado*. Há também pesquisas de convidados externos ao Programa, mas conectadas com a abordagem territorial do Cerrado.

O primeiro texto, *Os Panará e a formação sociocultural do Sudoeste Goiano*, de Eduardo Ferraz Franco e Eguimar Felício Chaveiro, traça um panorama da ocupação humana na região Sudoeste de Goiás, com foco na população originária autodenominada Panará. Os autores demonstram que os Panará foram tradicionais habitantes do Sudoeste Goiano desde tempos imemoráveis até o final do século XIX, quando houve a desterritorialização forçada que provocou a migração para a região norte do Mato Grosso. Em diálogo com a arqueologia, literatura e fragmentos da história oficial que tratam a relação entre os colonizadores e a população indígena, Ferraz e Chaveiro delineiam uma narrativa sobre o processo da ocupação humana no Sudoeste Goiano para além da visão eurocêntrica.

O segundo texto, intitulado *Extrativismo mineral e o cercamento predatório do subsolo e das águas do Cerrado*, de Ricardo Jr. Assis Gonçalves, baseia-se numa interpretação geográfica crítica do modelo de mineração predatório do Cerrado. O autor defende que “[...] os grandes projetos de mineração nos territórios do Cerrado dependem da apropriação de subsolo, água e terra. Esse setor extrativo opera transformando-os em mercadorias lucrativas que circulam nas redes globais de produção. Essa lógica é distinta das racionalidades dos povos tradicionais e originários do Cerrado, que vivem, trabalham e significam os bens da natureza como fontes gratuitas da vida”. Com efeito, a pesquisa demonstra que o extrativismo mineral é um setor econômico incompatível com uma política ambiental decente e sustentável no Cerrado.

O texto escrito por Tathiana Rodrigues Salgado, *A região de influência de Goiânia entre as décadas de 1990 a 2010*, apresenta a estrutura da rede urbana comandada por Goiânia entre as décadas de 1990 e 2010. Conforme a autora, o reconhecimento da estrutura da rede urbana comandada por Goiânia fundamentou-se nas pesquisas sobre Região de Influência das Cidades – REGIC, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 1993, 2007 e 2018. Os resultados revelam que Goiânia destaca-se “[...] na hierarquia regional goiana e do Centro-Oeste, por concentrar grande quantitativo de serviços polarizadores de média e alta complexidade”. Ademais, demonstram que a capital goiana “[...] manteve os mais altos níveis de centralidade de uma vasta área de atuação, mesmo após consolidação de outros centros regionais como Palmas e Araguaína”.

No quarto texto, intitulado *A recriação camponesa e os pilares da Educação no/do campo no município de Faina-GO*, os autores Isaias Rodrigues da Silva e Edson Batista da Silva, partem da premissa de que “[...] a questão agrária brasileira é marcada pelo conflito entre a oligarquia agrária e o campesinato”. Neste sentido, defendem que o debate sobre as correlações entre a recriação do campesinato, a Educação do Campo e o projeto de campo para Goiás pressupõe interpretar um espaço em disputa. Os autores utilizam um arcabouço teórico amplo e crítico, além de categorias e conceitos como território, campesinato e Educação do Campo. O referencial empírico dos resultados apresentados são “[...] os sujeitos da comunidade escolar composta pelas famílias camponesas, pais e/ou responsáveis, estudantes, professores e gestores, atendida pela Escola Municipal Bruno Freire de Andrade em Faina-GO”.

Carlos Eduardo de Oliveira Marins e Ana Carolina de Oliveira Marques, no texto *A Geografia da Educação em Mato Grosso*, iniciam com perguntas fundamentais no campo da Geografia da Educação: “Qual a ordem espacial subjacente à espacialidade do fenômeno educacional no estado do Mato Grosso? Há um investimento proporcional ao do agronegócio em instituições que têm por objetivo garantir ao cidadão a promoção de seus direitos? Os planos nacionais e estaduais de Educação, que têm a equidade social e espacial como um dos princípios norteadores, assumem a primazia das políticas públicas do estado?” A partir dessas questões, Marins e Marques sistematizam um quadro crítico dos principais temas, grupos e instituições, situadas em

Mato Grosso, que apresentam a relação entre a produção do espaço e a educação. Em resumo, traçam um estado da arte deste emergente campo de pesquisa, a Geografia da Educação.

*Contribuição dos movimentos migratórios no processo de formação territorial e de (re)ocupação de Goiás até o final do século XIX*, de Winder Rodrigues Pires e Maria José Rodrigues, é uma contribuição aos estudos da formação territorial de Goiás. A centralidade do estudo apresentado foi “[...] realizar uma breve análise sobre esse processo, com ênfase na contribuição dos movimentos migratórios internos em sua dinâmica populacional”. Neste sentido, a partir da análise dos fluxos migratórios na formação do território goiano, demonstram as principais transformações espaciais ocorridas no estado no decorrer do século XX, como a transferência da capital, a modernização da agricultura e o processo de urbanização, são indissociáveis dos movimentos de migração.

*Os resíduos sólidos do segmento hoteleiro em Caldas Novas-GO*, é o título do texto elaborado por Joelma de Souza Mesquita, Samara de Souza Mesquita, Ana Barbara Fernandes, Jean Carlos Vieira Santos e Vandervilson Alves Carneiro. A centralidade dos resultados apresentados no estudo foi refletir sobre as questões ambientais implicadas na atividade turística do segmento hoteleiro de Caldas Novas. Particularmente, abordam os problemas e desafios relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos “[...] no residencial Millennium Thermas Residence, uma empresa com sistema *pool* de hospedagem, além de verificar o impacto ambiental gerado pela atividade turística”. Em conclusão, o texto sistematiza importantes dados e reflexões acerca da questão ambiental em circuitos turísticos em Goiás, a partir do caso analisado em Caldas Novas.

*Povo Karajá de Aruanã-GO, território e vida indígena: entre a cidade e a aldeia*, de Joannes de Souza Medrado e Lorrane Gomes da Silva, apresenta resultados da pesquisa realizada no PPGEIO-UEG. No decorrer do texto, demonstram a importância do território indígena Karajá, às margens do rio Araguaia, no município de Aruanã-GO, para a reprodução da vida e da cultura daquele povo. Contudo, sintetizam os principais conflitos envolvendo o território desse povo indígena, ameaçado por atividades do turismo, da pecuária e da expansão urbana. Os Karajá são pressionados e ameaçados de desterritorialização compulsória, mas, permanecem no território na relação com a terra e as águas do rio Araguaia. Conforme

demonstrado por Medrado e Silva, “Se para os moradores da cidade e turistas não indígenas o rio Araguaia é um elemento de lazer, descanso e pesca muitas vezes predatória; para os *Iny* (modo como o povo Karajá se autodenomina), o rio é, na sua história de origem da vida, o útero, a mãe progenitora da existência. Essa compreensão de pertencimento ao rio está nas narrativas dos indígenas”.

Intitulada *A hierarquização religiosa no espaço urbano: o caso das religiões afro-brasileiras em Goiás*, a pesquisa de Léo Carrer Nogueira propõe interpretações da temática religiosa no território goiano. O autor abre o texto defendendo que os conflitos entre religiões marcam “[...] profundamente a história das inúmeras religiões Afro-Brasileiras que se desenvolveram no Brasil a partir dos contatos entre as práticas religiosas dos africanos escravizados, grupos indígenas e do catolicismo português. Com efeito, tais conflitos continuam a tomar corpo e forma no discurso de algumas denominações pentecostais e neopentecostais”. Para demonstrar esse argumento, Nogueira investiga o discurso das religiões neopentecostais e a expansão do neopentecostalismo em Goiás. No último tópico, através da análise do “Episódio Vaca Brava” (2003), sistematiza-se um exemplo de conflito envolvendo religiões no espaço urbano de Goiânia.

Espera-se que a leitura e o debate crítico das pesquisas que compõem este livro fortaleçam a pesquisa geográfica do Cerrado. Intenta-se também que os estudos apresentados no livro colaborem com investigações de professores e alunos do PPGEU-UEG e, sejam utilizados em escolas públicas e debatidos em espaços de formação de base por movimentos sociais e sindicais.

Finalmente, agradecemos aos pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram com esta obra; à PrP/UEG, pelos recursos concedidos ao PPGEU-UEG através de editais do Pró-Programas e do Pró-Pesquisa; e ao apoio financeiro da CAPES, através do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP.

**Ricardo Jr. Assis Gonçalves**  
**Tathiana Rodrigues Salgado**  
**Ana Carolina de Oliveira Marques**

# OS PANARÁ E A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DO SUDOESTE GOIANO

EDUARDO FERRAZ FRANCO  
EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

A história que tradicionalmente é contada a respeito da formação sociocultural brasileira tem início no século XVI com a chegada dos portugueses. Comumente, a narrativa oficial omite que essa “chegada” – uma estratégica geopolítica do mercantilismo europeu – foi uma invasão geradora de prejuízos às populações e culturas de sujeitos que habitavam há milênios o território posteriormente constituído como o Brasil. A história, os saberes e a vida das populações originárias foram sistematicamente ignoradas e silenciadas.

Da mesma maneira, a história oficial de Goiás é contada a partir do século XVIII com o projeto geopolítico dos bandeirantes paulistas adentrando os ermos goianos. A narrativa dá conta que, a partir desse período, houve a exploração econômica do ouro no Centro-Oeste do Brasil fixando as primeiras povoações de origem luso-brasileira. Por sua vez, a região Sudoeste Goiano passou a existir a partir da segunda metade do século XIX. Antes disso era referida como o *Sertão do Gentio Kayapó*, localidade tida como impossível de estabelecer povoamento “civilizado” em função dos indômitos povos indígenas que habitavam a área.

Com a ajuda da arqueologia, da literatura e de fragmentos da história oficial que tratam da relação entre os colonizadores e a população indígena, pretendemos delinear uma narrativa do processo da ocupação humana no Sudoeste Goiano para além da visão eurocêntrica.

Vale repetir: esta ocupação registra como marco mais relevante a invasão de pessoas de origem europeia no Brasil.

Consideramos, como ponto de partida, o topônimo *Sertão do Gentio Kayapó*, denominação dada à porção sudoeste da antiga província de Goiás pela cartografia colonial<sup>1</sup>. Os sertões eram as localidades que escapavam ao controle colonizador das frentes de expansão de origem europeia. Segundo Dias (2017, p. 60), o sertão “[...] se contrapunha como espaço incontrolado pelas autoridades coloniais laicas e eclesiásticas, ocupado com aldeias das mesmas nações daquelas aldeadas, por nações indígenas inimigas e aliadas e por quilombos”.

Gentio, conforme explica Karasch (2008, p. 105), era uma designação do período das cruzadas, uma referência aos povos não convertidos ao cristianismo. No Brasil, as etnias indígenas “[...] se recusavam a converter-se; logo, os portugueses as designaram como ‘gentios’ ou ‘nações de gentios’. De fato, esta prática foi tão comum que o termo ‘gentio’ foi muitas vezes preferido à ‘índio’”.

Kayapó, Kayapó Meridional ou Kayapó do Sul, são denominações conhecidas da etnia que habitava o sul de Goiás: “[...] eles ocupavam a área compreendendo em Goiás todos os afluentes à direita do rio Paranaíba e a área de cabeceira do rio Araguaia” (LOWIE, 1946, p. 519). O território dos Kayapó do Sul extrapolava os limites de Goiás. De acordo com Giralдин (1997, p. 57), “[...] a região ocupada pelos Kayapó pode ser descrita, com certa margem de segurança, como sendo formada pelo sul e sudoeste do atual estado de Goiás, o atual Triângulo mineiro, parte do norte de São Paulo, o leste do atual estado do Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul”.

A designação de Kayapó para identificar esses povos foi dada pelos colonizadores e bandeirantes em decorrência do estilo de resistência mediante guerras incendiárias nas quais eles se tornaram protagonistas por necessidade de sobrevivência. Trata-se de uma palavra em língua geral, sistematização da língua Tupi feita pelos jesuítas, conhecida pelos mamelucos bandeirantes paulistas, que inauguraram Goiás colonial. De acordo com Chastan (1996, p. 40), “CAIAPÓS

---

1 Cf. Mapa do Brasil central, com menção aos grupos indígenas, elaborado por Francisco Tossi Colombina em 1751. In: Giralдин (1997, p. 71).

– (caia + após = fazer, preparar) = que fazem queimadura [...] (CAIA: queimar, arder)”.

Os Kayapós do Sul, segundo Saint-Hilaire, que esteve com indivíduos desse povo em 1819, se autodenominavam “Panariá” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 113). A informação de que a população que habitava essa região antes da invasão colonizadora possuía essa autodenominação foi confirmada por estudos posteriores. Há que saber: apesar de escassos os conhecimentos acerca dos povos originários do Sudoeste Goiano, foi possível o conhecimento do elo de ancestralidade entre aqueles povos e o povo Panará, que vive hoje entre o norte do Mato Grosso e o sul do Pará. Os Panará, remanescentes da população originária que viveu no Sudoeste Goiano até o final do século XIX, seguem resistindo e mantendo viva sua cultura, apesar de constantemente perseguidos e desterritorializados desde o século XVI.

## OS PANARÁ NA ANTIGUIDADE

Estudos arqueológicos de Barbosa *et al* (2014), comprovam a presença de seres humanos há mais de onze mil anos a.p. (Antes do Presente)<sup>2</sup> na região que hoje compreende-se Sudoeste Goiano. Mais que isso: sítios arqueológicos como os da região do município de Serranópolis indicam continuidade da permanência de gerações dessas pessoas que remontam ao período colonial. As grutas, como as do córrego Pedreira, em Serranópolis, foram locais estratégicos para a vida humana cerradeira. Elas possibilitaram que grupos de pessoas se instalassem nessa localidade e vivessem por milênios, sem incômodos que os fizessem migrar. Por gerações, “os abrigos foram utilizados como centros cerimoniais”, enquanto para outros grupos eram “utilizados esporadicamente como pouso transitório, nas noites ou nas chuvas” (BARBOSA *et al*, 2014, p. 161).

Foi o pesquisador jataiense Binômio da Costa Lima (Dr. Meco)<sup>3</sup>, quem primeiro se interessou cientificamente pelos abrigos sob rochas

2 O pesquisador Altair Sales Barbosa, responsável pelos estudos arqueológicos no Sudoeste Goiano, afirma que as datações atuais estimam que o início da ocupação humana nas grutas de Serranópolis tenha cerca de treze mil anos.

3 O senhor Binômio da Costa Lima realizou ampla pesquisa informal acerca da cultura e natureza cerradense, o que foi reconhecido com o título de Doutor Honoris Causa, concedido ao pesquisador pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/Goias.

localizados na região da serra do Cafezal, situada no atual município de Serranópolis, sudoeste goiano (CHASTAN, 1996, p. 95). Quando os primeiros formadores de fazendas chegaram à localidade havia grupos indígenas habitando aquelas grutas, o que se estendeu pelo menos até o final do século XIX. As paredes dos abrigos são cobertas por pinturas feitas por seres humanos em épocas imemoráveis. Essas histórias, alimentadas pelo imaginário popular, levaram o Dr. Meco, nascido na região, a desenvolver pesquisas desde a década de 1950 a respeito dos habitantes originários dos abrigos.

O robusto material que foi produzido pelo Dr. Meco nutriu pesquisas feitas pelas comunidades científicas dos sítios arqueológicos fundamentais para a compreensão da história da ocupação dos Cerrados. O Dr. Meco entrou em contato com um grupo de arqueólogos liderados pelos professores Altair Sales Barbosa, Irmhild Wüst e Pedro Inácio Schmitz, pesquisadores de um projeto de pesquisa fomentado pela parceria entre as Universidades Unisinos e UCG, que visava aprimorar a compreensão da arqueologia do Brasil Central. O material impressionou os estudiosos que, em finais da década de 1970, iniciaram pesquisas sobre os sítios arqueológicos relatados.

Atualmente é impossível compreender o processo de ocupação humana da região central da América do Sul sem recorrer aos estudos feitos em Serranópolis. Isso porque os sítios da região apresentam vestígios de uma continuidade temporal impressionantes. Pode-se dizer que a ocupação surge *onze mil anos a.p.*, quando os primeiros caçadores-coletores se instalaram na região deixando traços da cultura de tradição Itaparica. Há uma prevalência oriunda dessas pesquisas afirmando serem os primeiros sinais de ocupação humana no bioma Cerrado.

Posteriormente à tradição Itaparica, foi constatada a presença de vestígios da ocupação de povos da tradição Serranópolis há 8 mil anos. Há mais ou menos mil anos, constatou-se a presença de populações da tradição Una, horticultores e ceramistas que viveram sob abrigo daquelas rochas. Nas proximidades viveram também horticultores ceramistas da tradição Aratu, habitantes de aldeias há quase dois mil anos a.p., que se relacionavam com as grutas como pouso habitual durante

---

Barbosa et Al (2014, p. 10) se referem ao Dr. Meco como “o mais sábio de todos os nossos mestres”.

caçadas ou ambiente sagrado ritualístico de contato com a ancestralidade. Os abrigos sob rochas de Serranópolis acomodaram ainda os portadores da tradição Tupiguarani, provavelmente em trânsito da região amazônica para a costa leste do continente, há meados de 600 anos a.p., de acordo com os vestígios encontrados pelos pesquisadores (BARBOSA *et al*, 2014, p. 165-171).

Contemporâneos à presença colonizadora na região, grupos Kayapó do Sul e, posteriormente, Bororo, também utilizaram aqueles abrigos. De acordo com o Sr. Binômio da Costa Lima, em depoimento publicado por Lima (1996, p. 417), o povo que habitou originalmente a região das grutas da serra do Cafezal se tornou profundo conhecedor do bioma Cerrado. Ele diz que “[...] por isso permaneceu na região por mais de quinhentas e cinquenta gerações. Somente saiu por ter sido pressionado, perseguido, massacrado pelo homem branco”. Ligações etno-históricas entre as populações consideradas pré-históricas e os indígenas habitantes da região na época da chegada da colonização necessitam ser melhor investigadas, a exemplo do trabalho de Ataídes (1998), que busca encontrar esses laços.

A contínua ocupação dos abrigos sob rochas, interrompida apenas com a chegada dos primeiros colonizadores luso-brasileiros, que motivaram guerras e causaram epidemias, provavelmente sem precedentes para aqueles povos, transformaram definitivamente o modo de vida das populações originárias. Isso justificaria, de acordo com Ataídes (1998), mudanças de hábitos que dificultam o conhecimento do elo entre as populações pré-históricas e os povos originários que alcançaram o período colonial da região. Um exemplo das transformações de hábitos a partir do contato colonial destacado por Ataídes (1998, p. 163-176), foi o quase desaparecimento da prática ceramista, que permitiu a classificação das culturas do período pré-colonial.

Excluído da história oficial do Brasil antes de meados do século XIX, por não possuir populações submetidas às autoridades de origem luso-brasileira, o Sudoeste Goiano já era território ambicionado por colonizadores desde o século XVI. Bandeirantes paulistas e indígenas aliados percorreram a região à procura de riquezas e de gente para escravizar. Entre os povos perseguidos estão as nações Tupis, que eram preferidas aos Tapuias (não-Tupis), conforme explica Monteiro (2001). Os Tapuia, como os Kayapó do Sul, “[...] representavam o traíçoeiro

selvagem, obstáculo no caminho da civilização” (MONTEIRO, 2001, p. 30). Por isso, foram tidos como inimigos a ser exterminados, alvos da violência colonizadora. Saint-Hilaire, em sua visita a Goiás em 1819, testemunhou a violência e os efeitos dessa guerra. Segundo ele, “[...] mal se descobriu a província de Goiás, começou a guerra entre os aventureiros paulistas e os índios Caiapós, que habitam ao sudoeste da Província vastas solidões ainda quase desconhecidas” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 105).

## OS PANARÁ E OS BANDEIRANTES

As bandeiras que penetraram o território correspondente ao estado de Goiás, terras que pertenciam, de acordo com a lei portuguesa, à província de São Paulo, existiram desde o final do século XVI. Elas também seguiram no decorrer dos séculos XVII e XVIII. De acordo com Zoroastro Artiaga, em *História de Goiás*, foram 27 bandeiras oficiais, formadas por sertanistas e jesuítas, que penetraram o futuro estado antes da fundação do arraial de Vila Boa, primeira povoação estabelecida pela frente colonizadora.

A primeira entrada portuguesa se deu em 1592 por Sebastião Marinho. Daí para adiante, segundo o historiador, foram várias as bandeiras que percorreram picadas em Goiás, de ponta a ponta. A maioria das bandeiras buscavam indígenas para aprisionar e vender como escravos na costa do Brasil (ARTIAGA, 1959, p. 18-27).

A bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, apelidado de segundo Anhanguera, foi a que deu início à primeira povoação colonizadora de Goiás, o arraial de Vila Boa. A bandeira saiu de São Paulo em 1722 e vagou por três anos. Ela buscava um lugar repleto de ouro, que Anhanguera havia conhecido em uma entrada anterior, quando criança, acompanhado do pai. A bandeira percorreu o entorno da serra que marca o divisor de águas entre as nascentes do rio Araguaia e os afluentes da margem direita do rio Paranaíba. Anhanguera deixou parte da comitiva acampada e retornou a São Paulo em busca de recursos para a expedição que estava faminta. Apenas após seu retorno de São Paulo é que os membros da bandeira foram chegar ao local onde o Anhanguera fundou Vila Boa, nas encostas da serra Dourada (ARTIAGA, 1959, p. 60-62).

Fundado o arraial de Sant'Anna, iniciou-se a febre do ouro em Goiás. O caminho inaugurado pelos bandeirantes, ligando São Paulo ao povoado, penetrava Goiás pelo Sudeste rumo ao Centro-Oeste da parte meridional da Província. Este caminho passou a ser frequentado pelos mineradores. Convém reconhecer que esse caminho cortava ao meio a área do tradicional território dos Kayapó do Sul, aberto à custa de violência e sangue dos povos indígenas. O caminho de Goiás, como ficou conhecido o trilheiro, passou a sofrer ataques de grupos das populações indígenas que foram respondidos com violentas incursões dos “caça bugres” financiados pelo Estado e por particulares.

Dentre as incursões, destacam-se as chefiadas por Antônio Pires de Campos, iniciadas em 1741, acompanhado de um exército de quinhentos Bororo, povo indígena que vivia em territórios a oeste dos Kayapó do Sul, seus tradicionais inimigos. Fundaram-se aldeamentos Bororo no sertão dominado pelos Kayapó com o intuito de fomentar a guerra entre esses povos. Antônio Pires de Campos recebia, para esse fim, financiamento da Coroa e de parte do povo goiano, além de honrarias e distinções nobiliárquicas (ARTIAGA, 1959, p. 90). Mesmo sob pesada perseguição, os habitantes originários não se deixaram abater, e a guerra se perpetuou violentamente.

Com o Diretório dos Índios, em 1758, legislação que regulamentou a política dos aldeamentos no Brasil, houve uma mudança de paradigma em relação ao tratamento dos povos indígenas. Esse Diretório proibia a sua escravização e aconselhava um tratamento ameno aos grupos e indivíduos que aceitassem se tornar vassalos do rei, desde que deixassem de ser gentios e se convertessem.

Em 1772, quando José de Almeida Vasconcelos assumiu o governo de Goiás, recebeu instruções para fomentar sua ocupação com os próprios nativos, “[...] dada a impraticabilidade de se povoar a dita capitania nem outra qualquer parte da América portuguesa, senão com os nacionais da mesma América” (ALENCASTRE, 1979, p. 182). Iniciou-se nesse governo a política de criação de aldeamentos para a pacificação dos povos indígenas.

Em 1780, na administração de Luís da Cunha Menezes, saiu a primeira expedição de Vila Boa com destino ao alto Araguaia, com o objetivo de atrair os Kayapó do Sul ao convívio pacífico. Com a chegada dos

primeiros grupos daquela etnia à capital Vila Boa, foram batizadas dezenas de crianças e apadrinhadas por membros eminentes da comunidade vilaboense. “Mary Karasch apontou que o governador Luís da Cunha Meneses batizou os dois netos do *maioral* Angraí-oxá: Damiana da Cunha e Manoel da Cunha” (DIAS, 2017, p. 235). As duas crianças receberam o sobrenome do governador, bem como a educação cristã.

Para o povo Kayapó do Sul foi criado o aldeamento Maria I, construído em 1781 no intuito de abrigar os indígenas aldeados pelo governo. Esse foi o empreendimento colonizador instalado mais à sudoeste da província de Goiás naquela época, alargando a fronteira colonial para dentro do sertão tido como impenetrável. Conforme a pesquisa de Dias (2017, p. 235), “[...] segundo Manuel Aires de Casal, esse aldeamento ficava a oito léguas a sudoeste de São José de Mossâmedes e treze de Vila Boa”. São José de Mossâmedes foi o aldeamento modelo criado pelo governador barão de Mossâmedes, na década de 1770, para os povos Akroá. Posteriormente também abrigou os Kayapó. Este aldeamento tratou-se da primeira tentativa do governo de Goiás em alargar a fronteira de ocupação colonial para dentro do sertão dominado pelos povos Kayapó, a porção sudoeste da Província. São José de Mossâmedes “[...] foi posicionado no território dos Kayapó, de maneira a proteger Vila Boa de Goiás dos ataques indígenas” (DIAS, 2017, p. 62).

Maria I foi o maior empreendimento da frente colonizadora luso-brasileira empenhado em pacificar os Kayapó. A guerra entre colonizadores e esses povos se arrastava desde o início do século XVII, conforme explica Dias (2017),

No século XVI, as relações entre colonizadores e Kayapó, chamados na época de Bilreiros, era baseada no comércio de cativos aprisionados nas guerras indígenas. Em 1606, entretanto, os Bilreiros sofreram grande ataque pelo mameluco Belchior Dias Carneiro, tendo centenas capturados. Em 1608 e 1612 derrotaram duas grandes bandeiras, tornando-se inimigos declarados pelos portugueses (DIAS, 2017, p. 212-3).

As relações entre os colonizadores e os povos Kayapó do Sul se mantiveram mais ou menos pacíficas até 1832. Nesse período há registros da presença de indígenas dessa etnia foragidos do aldeamento, no caminho de São Paulo para Goiás, onde se juntavam com quilombolas na luta contra a famigerada frente colonialista, conforme

registra Artiaga (1959, p. 234). Os sertões da região sudoeste continuaram sendo abrigo dos Kayapó na Província. Naquele período, “[...] os Kayapós ocupavam, então, as terras que vão de Caiapônia até o Camapuã” (ARTIAGA, 1959, p. 139).

Para conter as fugas do aldeamento e arrebanhar os grupos que permaneciam selvagens, a afilhada do governador, Damiana da Cunha, indígena Kayapó do Sul, educada em bases cristãs, desempenhou uma ação ambígua auxiliando o governo provincial no contato com os seus parentes e os atraindo de volta ao aldeamento. Com isso ela cumpria propósitos coloniais. Mas, ao mesmo tempo, sua atuação promoveu a sobrevivência de seu povo, evitando, naquele momento, a perpetuação da violência. Damiana atuava nos sertões do alto Araguaia até o Camapuã, reunindo gente para regressar aos aldeamentos e buscar a paz. Entre 1808 e 1830, Damiana fez entradas nas aldeias, atraindo e educando seu povo no aldeamento São José de Mossâmedes, até que contraiu malária, que a levou à morte.

Damiana da Cunha morreu em 1831, como consequência de sua morte o aldeamento dos Kayapó do Sul pelo governo provincial entrou em decadência. Quiseram transferir os aldeados para outra localidade, mas, “[...] parece mais provável que a maioria tenha fugido, espalhando-se para o Sudoeste de Goiás” (ATAÍDES, 1998, p. 55). Após o falecimento de Damiana, os Kayapó do Sul passaram a respeitar Manoel da Cunha, irmão desta, como autoridade do grupo. Desconfiado dos objetivos do Estado consoante aos aldeamentos, Manoel foi um incentivador das fugas. Essa atitude contribuiu com a extinção do projeto de aldeamento dos Kayapó do Sul em Goiás no ano de 1833, resultando no retorno dos indígenas ao estado de gentio no sertão da Caiapônia.

## **OS PANARÁ E A INVASÃO DOS AGROPECUARISTAS AO SUDOESTE GOIANO**

A criação do estado territorial goiano começou com a descoberta do ouro, a partir da primeira metade do século XVIII, quando bandeirantes percorreram os sertões de dentro do Brasil – Minas Gerais, Goiás (inclui-se Tocantins) e Mato Grosso (também o do Sul) – à procura de ouro e pedras preciosas. A atividade mineradora deixou em seus rastros

arraiais e algumas vilas. Após a exaustão do ouro de aluvião, a principal atividade econômica do Cerrado goiano passou a ser a agricultura.

Barbosa *et al.* (2014) afirmam que a principal lição que a fase de letargia pós mineração ensinou para o goiano, e que perdura até hoje, é a de que o domínio morfoclimático do Cerrado é propício à agricultura. Isso porque “[...] dominam as imensas chapadas cobertas de pastos naturais a perder de vista, entrecortadas aqui e ali por placas de solos férteis próprios para a roça tradicional” (p. 217). Para esses autores, os goianos aprenderam que “[...] a verdadeira vocação social e econômica do seu imenso território não era cavoucar a terra à procura do ouro incerto, mas nela plantar e criar para se produzir alimentos” (p. 217).

A região Sudoeste Goiano começou a ser povoada pela colonização de origem luso-brasileira nas décadas de 1830 a 1850, quando ali se fiaram os primeiros grupos que formaram as fazendas. A partir dessas fazendas originaram as povoações de paróquias como as de Dolores do Rio Verde, Divino Espírito Santo de Jataí e Torres do Rio Bonito, e o povoado da serra do Cafezal; atuais municípios de Rio Verde, Jataí, Caiapônia e Serranópolis, respectivamente. Povoações criadas por pessoas provenientes do atual Triângulo Mineiro, do oeste paulista e da importante, mas, invisibilizada participação da mão de obra de pessoas vindas do sertão oeste da Bahia, retirantes da seca, da pobreza ou da escravidão.

Nos anos 1830 do século XIX a lei nº 11, de 5 de setembro de 1838, isentava os impostos por dez anos àqueles que ocupassem e formassem fazendas na região do Sudoeste Goiano. Famílias vindas de Minas Gerais e São Paulo se instalaram na localidade onde já não havia a notícia de violência ocasionada pelos Kayapó. De acordo com o geógrafo Aziz Ab'Saber (apud SOUZA, 1985, p. 33-34), foi “[...] por volta de 1840-1850, [...] é que se fez sentir um ligeiro movimento de migração interna, dos Gerais, para os intermináveis chapadões do Sudoeste Goiano”.

A ocupação colonialista do Sudoeste Goiano só foi possível com a adoção de políticas públicas de incentivo, dentre as políticas públicas, algumas delas tiveram cunho indigenista, operando para a desterritorialização dos povos originários. Segundo Teixeira Neto (2002, p. 30), no sudoeste “[...] foi a abundância de terras boas para pastagens e a facilidade de acesso à propriedade os atrativos para as primeiras famílias que se instalaram em propriedades latifundiárias e que deram

origem a cidades como Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Quirinópolis, Mineiros, dentre outras”.

Com o fim dos aldeamentos, os povos indígenas retornaram para seu território tradicional e o encontraram ocupado. Os conflitos entre os habitantes originários e os fazendeiros que ali se instalaram viraram notícias frequentes até o final do século XIX. A imprensa oficial foi criada em Goiás no ano de 1837 e, desde então, foram recorrentes as notícias “sobre as correrias do ‘incivilizável’ Caiapó às fazendas recém instaladas” (SOUZA, 1985, p. 50). As relações entre a nascente imprensa goiana e as notícias dos ataques de povos indígenas às fazendas no sudoeste são baseadas nas notas escritas por Manuel Ayres de Casal, no século XIX.

O povoamento ligado à colonização das áreas dessa região teve sua origem no modelo que Ribeiro (1996) denominou de frentes de ocupação agropastoril. Essas frentes de ocupação não se interessaram pela integração com as populações indígenas, atuando desde o princípio para a sua expulsão ou extinção na localidade. Elas “[...] agem diante do índio movidas essencialmente pela contingência de limpar os campos dos seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio, desprovido de caça, a substitua pelo ataque aos seus rebanhos” (RIBEIRO, 1996, p. 272).

Diversos foram os fatos noticiados de conflitos entre fazendeiros e povos indígenas no Sudoeste Goiano nesse período. Um acontecimento tornou-se emblemático na memória regional: o ataque dos Kayapó do Sul ou Bororos a uma fazenda às margens do rio Doce, na divisa entre os atuais municípios de Jataí e Rio Verde. A partir desse ataque foi organizada uma bandeira financiada por moradores da região para exterminar os povos indígenas das margens do rio Araguaia. Posteriormente, os indígenas revidaram e assassinaram fazendeiros locais. A partir da fonte literária e dos estudos literogeográficos pode-se aprofundar no entendimento das memórias e dos registros desse conflito que tem a função de mito fundador do Sudoeste Goiano.

No ano de 1881 foi criada, próximo à confluência do rio Caiapó com o rio Araguaia, a colônia Macedina, “[...] onde pretendiam desenvolver com os índios uma escola primária e oficina de artífices” (ATAÍDES, 1998, p. 56). Mas o descaso dos governantes e o constante temor dos

moradores aos ataques dos Kayapó ao local, o que pode ser confirmado por notícias veiculadas na imprensa da época (GIRALDIN, 1997, p. 125), fizeram com que a colônia entrasse no século XX em ruínas, até ser completamente abandonada.

A última informação oficial dos Kayapó do Sul no Sudoeste Goiano, conforme Giralдин (1997, p. 126), data de 19 de maio de 1888, quando o *Correio Oficial de Goyaz* noticiou um ataque atribuído aos Kayapó a fazendas no município de Rio Verde. Existem registros de povos Kayapó vivendo no início do século XX às margens do rio Grande e Paraná em São Paulo e em Mato Grosso, bem como às margens dos rios Taquari e Camapuã.

No século XX não existem notícias da presença de populações indígenas territorializadas no Sudoeste Goiano. Ainda na primeira metade daquele século, os Kayapó do Sul eram dados como extintos. De acordo com o antropólogo Ribeiro (1996)

Hoje, toda a Caiapônia é deserta de índios e só recorda seus antigos habitantes no nome dos acidentes geográficos: ‘serra dos Caiapós’, ‘rios Caiapó-grande e Caiapozinho’. Os Kayapó meridionais desapareceram sem deixar vestígios, além destes nomes. Dos trinta e poucos que ainda sobreviviam por volta de 1910, perto do Salto Vermelho, à margem do rio Grande em São Paulo, não resta nenhum (RIBEIRO, 1996, p. 90).

Giralдин (1997) apresenta uma proposta de rota migratória que se contrapõe à hipótese de extinção dos Kayapó do Sul hegemônica no século XX. Apoiando-se nos estudos dos etnólogos Schwartzman (1992) e Heelas (GIRALDIN, 1997), que encontraram laços culturais entre os Kayapó do Sul e os Panará, Giralдин comprovou que os Panará que vivem hoje no norte do Mato Grosso e sul do Pará descendem daqueles indígenas que viveram no Sudoeste Goiano. Essa tese é corroborada pelos estudos linguísticos de Vasconcelos (2013).

## OS PANARÁ E A LITERATURA REGIONAL DO SUDOESTE GOIANO

A escritora Maria Eloá de Souza Lima (2014) anotou memórias dos primeiros moradores de uma povoação do sudoeste goiano na segunda metade do século XIX e compôs o romance histórico *Serra do*

Cafezal em dois volumes. O resultado da obra completa é a compilação de um patrimônio de memórias do surgimento do município de Serranópolis, acervo rico à compreensão do processo de ocupação humana no Sudoeste Goiano.

As primeiras famílias que formaram fazendas na região da serra do Cafezal depararam com aldeias indígenas que se localizavam nas imediações das grutas dos socavões da serra às margens do rio Verde, afluente da margem direita do rio Paranaíba. O ambiente foi permanentemente ocupado por grupos indígenas há mais de onze mil anos. A serra possui grutas que hoje são sítios arqueológicos indicando a permanência de populações humanas durante os onze últimos milênios, podendo chegar, de acordo com as datações mais recentes, as ocupações pretéritas há treze mil anos. O lugar tinha um valor simbólico enorme para comunidades indígenas locais, prova disso são as pinturas rupestres sobrepostas preservadas.

Por meio da leitura da obra Serra do Cafezal pode-se elucidar imagens compostas pela autora retratando o imaginário alimentado pelos habitantes daquela serra acerca dos indígenas que ali viveram. Imaginário cultivado por pessoas simples e de pouca instrução, em sua maioria pobres, oriundas do Triângulo Mineiro, oeste da Bahia, Mato Grosso ou dos Sertões de Goiás. Algumas dessas pessoas eram descendentes de povos indígenas, mas tinham seus costumes adaptados pela nascente “civilização” local.

Maria Eloá explica que as primeiras fazendas formadas na região da serra do Cafezal foram plantadas dentro do mato. Citando a fazenda do seu avô Joaquim Luiz Franco, que teve currais e paiol construídos na beira do aparado da Serra, recorda que “[...] os índios subiam pelos brocotós da serra e vinham roubar milho no paiol do meu avô!” (LIMA, 2014, p. 79). A serra do Cafezal se eleva à margem do rio Verde e a outra margem do rio era habitada pelos indígenas acostumados a percorrer toda a extensão das duas margens sem restrições. Isso explicou Maria Floriana, avó de dona Eloá: “Quando eu casei e mudei pra cá, ainda tinha índio lá do outro lado do rio Verde. Aquilo lá era um sertão bruto e ainda tinha aldeia deles” (LIMA, 2014, p. 106). Resgatando o vocabulário tradicional caipira goiano, Maria Eloá apresenta uma fala de sua avó que, em seguida, reprova pelo racismo declarado, mas não omite porque caracteriza uma imagem do que ela busca retratar a

partir das memórias: “Eu nunca gostei de bugre, toda a vida tive jiriza do tal bicho” (LIMA, 2014, p. 106). Lita Chastan (1996, p. 34), em estudo sobre o vocabulário do Sudoeste Goiano registra que o termo bugre “é aplicado a qualquer índio selvagem; termo depreciativo que, segundo Albert Bauzat (Dictionaire Etymologique), vem do baixo-latim bulgarus, búlgaro e depois por extensão passou a pejorativo; a forma bugre nos veio do francês ‘bougre’”. Bugre remeteria a herege, por isso foi aplicado aos indígenas não-cristianizados no Brasil. “Jiriza” é uma corruptela da palavra ojeriza, sinônimo de aversão.

Maria Eloá tem a intenção de contemplar a pluralidade de pontos de vista ao compor os retratos e lembranças dos primórdios da serra do Cafezal. Consciente de que as leituras de mundo variam de acordo com o lugar de fala de cada sujeito, a escritora procura representar, com vivacidade, os agregados da fazenda da avó, pessoas que viviam nas terras de propriedade de Maria Floriana e tinham uma relação de prestação de serviços que não era regulada por trocas financeiras, mas calcada na ordem do “dever obrigação”. A agregada Rufina, hábil tece-deira de peneiras, não aceita cobrar por seus serviços quando a cliente é a fazendeira, a proprietária da terra. “Ora, já se viu! Então eu vou vender peneira pra dona Maria? Não vendo e nem nunca vendi. Devo obrigação demais pra ela” (LIMA, 2014, p. 137).

A agregação é uma relação social de classes que foi muito comum no Sudoeste Goiano. Dentro dos latifúndios de criação extensiva de gado, nos fundos de vale, famílias se instalavam, desmatavam, amansavam a terra através do plantio de roças e para a pecuária. Às vezes viviam por muitos anos em um lugar, em outros casos migravam de fazenda em fazenda, prestando serviços temporários e cavando a subsistência.

A maioria dos agregados eram pretos, pardos ou indígenas. Desprovidos de terras, viviam numa relação entre a camaradagem e o coronelismo com os proprietários. Em *O piar da Juriti Pepena*, Barbosa *et al.* (2014) tratam das relações de classe no processo ocupacional dos interiores de Goiás e se referem a um estudo relativo à agregação. Fazendo referência ao trabalho da historiadora Ana Lúcia da Silva, afirmam “[...] que as diferentes formas de relações sociais e de trabalho – da camaradagem ao coronelismo, passando pelos parceiros, agregados e arrendatários – que, de certo modo, perduram até hoje no campo nada mais eram que formas veladas de escravidão” (2014, p. 237).

Maria Eloá não se furta à crítica, como pessoa de sólida erudição e profunda formação comunista, a autora concorda que a relação de agregação, não garantindo propriedade de terra ao agregado, é um profundo problema no Brasil. “Enquanto não fizerem uma reforma agrária” comenta a escritora, “mas reforma agrária pra valer, com assistência completa aos trabalhadores rurais, encontraremos sempre o caipira marginalizado, rodeado de filhos barrigudos e amarelos” (LIMA, 2014, p. 255).

Antes da chegada da vitrola e do rádio na serra do Cafezal, o principal meio de informação era a oralidade. A transmissão das informações se dava por meio dos causos. Almeida (2008, p. 51) menciona a importância dos causos no “Sertão dos perigos e dos riscos onde a imaginação crescia, virando causos ou mentira, ou fato histórico ou esquecimento”. Sobre causos, Lima (2014, p. 349) afirma que “[...] dentre as histórias ouvidas nas noites inesquecíveis de minha infância, umas há que me ficaram grudadas na lembrança. Histórias de índios, de onça, de assombração”.

Dos causos sobre indígenas a autora menciona aquele que mais a marcou: um ataque ocorrido no Sudoeste Goiano impellido aos moradores de uma fazenda às margens do rio Doce. Esse acontecimento está documentado em jornais da época e em documentos oficiais. O fato também foi anteriormente retratado pela literatura através da obra *Os Pioneiros*, de Basileu Toledo França (1979). Maria Eloá retoma esse fato para fazer correções aos equívocos retratados em *Os Pioneiros* em relação a nomes de pessoas envolvidas e a lugares do acontecido. Eloá possui informações privilegiadas sobre o ocorrido porque ouviu de sua mãe, que conviveu com a única sobrevivente, a negra Bibiana, que foi agregada do avô da escritora.

Segundo França (1979), o episódio se deu em 1872. Quando um grupo de indígenas atravessava uma fazenda às margens do rio Doce e foram atacados por cachorros atizados por um garoto, criado da casa. Conforme descreve Lima (2014, p. 379), “[...] de cima da cerca, ele estumava os cachorros e xingava os índios: – Ladrão! Cambada de sen-vergonha! Vai simhora, diabo!”. Os indígenas, que não se conformavam com a presença incômoda daquela gente cercando as terras em que seus ancestrais habitaram há gerações, revidaram, flecharam o garoto,

os cachorros, invadiram a casa, mataram uma mulher e duas crianças e feriram uma jovem que escapou fingindo-se de morta.

Esse conflito canalizou o ódio dos moradores da região que organizaram uma bandeira, custeada por Joaquim Vilela, filho do coronel José Manuel Vilela, fazendeiro pioneiro do Sudoeste Goiano, “[...] guiados por Raimundo, o índio manso, que vive isolado na palhoça à margem do córrego do sapo” (FRANÇA, 1979, p. 131), em Jataí. A bandeira partiu em direção ao alto Araguaia onde encontraram aldeias que foram arrasadas e seus habitantes mortos. Segundo Lima (2014, p. 381), “[...] mataram todos os índios. Até as crianças. Não perdoaram um só”.

Joaquim Francisco Vilela, ou Joaquim “Brabo”, como era conhecido, “[...] tempos depois os bugres mataram lá pros lados do ribeirão São Domingos” (LIMA, 2014, p. 381). De acordo com o *Dicionário Geográfico do Brasil*, citado por Mello (2001, p. 16), o fazendeiro, além de dois filhos seus e dois camaradas, “[...] foram surpreendidos e barbaramente assassinados a golpe de flechas tocadas à mão”. Segundo consta no mesmo dicionário, José Manoel Vilela, pai e avô de alguns dos assassinados doou grande quantidade de terras à construção de um aldeamento indígena às margens do rio Araguaia.

Há confusão sobre qual a etnia teria realizado esse ataque, caracterizada pelos cronistas como *razzia*. A documentação oficial aponta como sendo de autoria dos Kayapó do Sul, o que é provável, pois o modo como se deu o ataque, sem a captura de mulheres e crianças, corrobora com o que os estudiosos têm apurado sobre os costumes Panará, que não capturam cativos de guerra (GIRALDIN, 1997).

Por outro lado, a literatura que registra a memória regional afirma ter sido este conflito com os povos Bororo, o que também não é impossível, pois, com o gradual desaparecimento dos indígenas Kayapó, os Bororo, autodenominados Boe, habitantes das margens esquerdas do Araguaia e tradicionais inimigos daquela etnia, começaram a penetrar pelo Sudoeste Goiano. Conforme Irmhild Wüst (1992, p. 16), “[...] a expansão dos Bororo para a margem direita do rio Araguaia, no entanto parece ter-se dado apenas no final da era das monções com o extermínio dos Kayapó do Sul na segunda metade do século XIX”.

O caso do rio Doce e seus desdobramentos está entre as últimas notícias da presença de povos indígenas no Sudoeste Goiano. Se houve

indígenas sobreviventes optaram por migrar para o oeste ou noroeste, para regiões menos povoadas por brancos. Em decorrência do massacre do rio Doce, fazendeiros de Jataí criaram a festa em homenagem à nossa senhora da Abadia, em agradecimento à santa por intervir para que os indígenas não voltassem a atacar por aquelas terras. Esta é uma das mais tradicionais festas populares da região, até hoje homenageiam a “santa para que ajudasse a fazer com que os índios se retirassem da região” (OLIVEIRA, 2016, p. 191).

Como consequência do imaginário hostil que esse conflito fomentou, o código de posturas da Câmara Municipal de Jatahy, de 1887, continha uma cláusula que legalizava a “guerra justa” no município: “É permitido aos viandantes, carreiros e tropeiros, o uso de suas facas ou armas de fogo ante o estado de agressão dos índios nesse município; devendo os mesmos viandantes guardá-las logo que entrarem dentro da villa” (MELLO, 2001, p. 42). Código que ficou em vigor até os anos 1930.

Após esse violento episódio, a fazenda de “Sinhana” (senhora Ana) Franco, na serra do Cafezal, ainda recebeu a visita de indígenas, segundo a obra de Lima (1996). A escritora traça um resumo do processo migratório dos povos indígenas desde a invasão dos portugueses. Naqueles últimos anos do século XIX, quando Sinhana recebeu a visita de sujeitos indígenas no quintal de sua fazenda, eles ainda viviam nos abrigos sob rochas de Serranópolis.

Sinhana sabia que os índios remanescentes das aldeias primitivas, desalojados dos seus redutos pelos invasores brancos, iam-se afundando sertão a dentro, refugiando-se no âmago das matas, longe, cada vez mais longe dos inimigos que lhe surgiram no nefasto dia em que Cabral aportou no Porto-Seguro as três caravelas, uma até com o nome de uma santa, roubando-lhes para sempre o sossego e a paz. Mas Sinhana sabia também que lá na Pedraria, do lado de lá do rio Verde, num lugar onde havia umas ‘casas-de-pedra’, grutas enormes, ainda tinha índios morando, que essa raça é teimosa e emburrada e aqueles lá parecia que tinham fincado o pé e jurado que daqui eu só saio morto (LIMA, 1996, p. 311).

Dona Eloá explica que a tragédia foi criada desde o tempo em que o Brasil foi colonizado e os brancos vinham empurrando os índios para longe, roubando-lhes as terras. Os legítimos donos do lugar reviviam. Aparentemente conformados, davam longas tréguas. “Lá um

dia, voltavam e tiravam a desforra, como foi o caso da Fazenda Rio Doce” (LIMA, 2014, p. 381).

Maria Eloá oferece uma reflexão no final do segundo volume de sua obra a respeito do imaginário dos pioneiros acerca dos indígenas na região. Confessa que a ignorância era tamanha que ninguém assumia uma posição divergente: “A palavra índio significava o mal mais monstruoso, o perigo mais medonho, terror. As crianças assimilavam a lição que lhes vinha sendo passada de geração em geração” (LIMA, 1996, p. 415). Hoje, segundo ela, há pessoas defendendo os povos indígenas em todo o Brasil. No Sudoeste Goiano não é diferente, mas, infelizmente, como em muitos outros lugares do Brasil, os povos indígenas foram repelidos para fora do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto foi elaborado com o intuito de, a partir de um recorte espacial, o Sudoeste Goiano, enquanto um território de permutas simbólicas e culturais relativamente estáveis em sua constituição, esboçar um panorama da formação sociocultural brasileira com a centralidade em sua população originária. O panorama esboçado do recorte efetuado permite evidenciar as particularidades do processo de formação sociocultural no Sudoeste Goiano, em especial, o fato de ser esta região um território tradicional indígena, há muito povoado pelos povos Panará. Como foi visto, esses povos foram desterritorializados em nome da implantação de uma sociedade colonial vinculada à agropecuária, que, por sua vez, estaria interligada a um sistema-mundo de abastecimento que reproduz os abismos gerados pela colonialidade.

O estudo do recorte espacial selecionado fornece ainda um exemplar paradigmático do processo de formação sociocultural de todo o Brasil, onde escravização, massacre e expulsão das populações originárias sempre estiveram presentes, assim como esteve outros tipos de violência, como estupros e violações da cultura, das terras, da memória e dos saberes produzindo uma miscigenação nada harmoniosa.

O genocídio aos povos Yanomamis produzido pelas políticas negacionistas e neoliberais do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), reforça que esse processo de perseguição aos povos indígenas para extratção da riqueza dos territórios, segue em curso. Há de se lembrar:

o governo nunca esteve só. Madeireiros, garimpeiros, grileiros, latifundiários – e outros setores – deram sustentação ao governo para que recebessem em troca a chancela da violência acometida à terra, à cultura e aos corpos indígenas.

Buscou-se construir uma narrativa do processo de formação sociocultural do Sudoeste Goiano com base num referencial teórico amplo e multidisciplinar. Com o auxílio da arqueologia e da história pudemos esboçar traços da ocupação antiga na região. Cânones da história, geografia, sociologia e antropologia, brasileiros e goianos, nos propiciaram elementos para a narrativa referente aos contatos coloniais, o período de extração do ouro de aluvião e das frentes de ocupação agropastoris. O recurso à literatura possibilitou o acesso aos causos fundadores do imaginário regional e o paralelo com as suas consequências territoriais. A etnografia e a linguística são campos de saber que permitiram a comprovação de que os Kayapós do sul, que habitaram os territórios do Sudoeste Goiano há tempos imemoráveis, são os ancestrais dos povos Panará, territorializados hoje no norte do Mato Grosso e sul do Pará, às margens do rio Iri.

O trabalho de pesquisa, juntando-se o aro de diálogo com pesquisadores e estudiosos desse campo temático, revelou que a questão indígena no Brasil, envolvendo problemas da produção de alimentos; violências; pressões territoriais; migração das aldeias; preservação de línguas; formação escolar; defesa de terras e de direitos, evocados na atualidade, possuem raízes antigas. Se a colonização pode ser considerada um marco de incisão na história e na geografia dos povos indígenas do Cerrado, a colonialidade continua acesa atualizando o seu maior código precedente: a violência.

## AGRADECIMENTOS

O primeiro autor agradece a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa concedida através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

O segundo autor, por sua vez, agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2).

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A. (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 313-336.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. 2ª ed. Goiânia: 1959.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ, Pedro Ignácio; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. *O piar da Juriti Pepena: narrativa ecológica da ocupação humana do cerrado*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

CHASTAN, Lita. *Goiás: extremo sudoeste – geo-história e ecoturismo: na trilha dos caiapós*. Goiânia, CERNE, 1996.

DIAS, Thiago Cancelier. A “língua” e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Os Pioneiros*. Edição do autor: Gráfica editora Líder, 1979.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editorada UNICAMP, 1997.

KARASCH, Mary. Quality, nation, and Color: constructing identities in Central Brazil 1775-1835. In: *Estudios Interdisciplinarios da América Latina y el Caribe*. Vol.19, no 1, 2008. pp. 103, 127.

LIMA, Maria Eloá de Souza. *Serra do Cafezal II: Outros retratos e outras lembranças*. Goiânia: CERNE, 1996.

LIMA, Maria Eloá de Souza. *Serra do Cafezal: Retratos e lembranças*. Jataí: Gráfica Jataí, 2014.

LOWIE, Robert. *The Southern Cayapó*. In: *Hand-Book of South Americans Indians*, vol. I. New York: U.S. Government Printing Office, 1946. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/hsai:vol1p519-520>. Acesso: 25 nov. 018.

MELLO, Dorival de Carvalho. *Jatahy páginas esquecidas: fatos do que resta*. Jataí: Sudográfica, 2001.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência) – Unicamp, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, Itibiricá de. *Gado bravo formosa abelha*. Jataí: Gráfica Jataí, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viajem às nascentes do rio S. Franscisco e pela província de Goyaz*. Tomo segundo. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1937.

SCHWARTZMAN, Stephan. *Os Panará do Peixoto de Azevedo: um breve histórico*. Washington: EDF, 1992. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/os-panara-do-peixoto-de-azevedo-um-breve-historico>. Acesso: 23 jun. 2020.

SOUZA, Eurico de. *Torres do Rio Bonito*. Caiapônia: Cooperformoso cooperativa Agroindustrial Rio Formoso Ltda., 1985.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). *Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Alves. *Investigando a hipótese Cayapó do Sul-Panará*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, 2013.

WÜST, Irmhild. Contribuições arqueológicas, etno-arqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. In: *Revista do museu de arqueologia e etnologia*. São Paulo, 1992.

# **EXTRATIVISMO MINERAL E O CERCAMENTO PREDATÓRIO DO SUBSOLO E DAS ÁGUAS DO CERRADO<sup>1</sup>**

RICARDO JR. ASSIS GONÇALVES

A pesquisa geográfica crítica do modelo de mineração no Brasil perpassa a compreensão do território enquanto categoria fundamental. A dimensão territorial do controle corporativo de solos, subsolos, águas e paisagens pela mineração revela a disputa e a apropriação predatórias da natureza. Neste sentido, a expansão do extrativismo mineral em grande escala no Cerrado é ilustrativa do modo como os bens comuns naturais são cercados e privatizados.

Os grandes projetos de mineração nos territórios do Cerrado dependem da apropriação de subsolo, água e terra. Esse setor extrativo opera transformando-os em mercadorias lucrativas que circulam nas redes globais de produção. Essa lógica é distinta das racionalidades dos povos tradicionais e originários do Cerrado, que vivem, trabalham e significam os bens da natureza como fontes gratuitas da vida.

Sendo assim, a centralidade desta pesquisa foi compreender a mineração enquanto modelo extrativo global que depende do cercamento predatório do subsolo e das águas. A metodologia contou com pesquisa bibliográfica fundamentada em autores críticos como Harvey (2018), Perpetua (2016), Chaveiro (2019) e Souza (2019); levantamento e sistematização de dados disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração – ANM e Agência Nacional das Águas – ANA; pesquisa de campo, observação direta e registros fotográficos.

O texto está dividido em três partes, além desta Introdução. No primeiro momento revelou-se o modo como as águas do Cerrado são apropriadas e feridas pelos extrativismos predatórios como a mineração. Esse debate baseou-se na compreensão do Cerrado enquanto território em disputa. Na segunda parte, demonstrou-se que o modelo de mineração no Brasil opera a partir de escalas predatórias da natureza e do trabalho. Por isso, a mineração no Cerrado é uma ameaça às águas e à sociobiodiversidade. Na terceira seção, o cercamento do subsolo e das águas foi demonstrado e debatido enquanto expressão concreta da apropriação e da pilhagem dos bens comuns naturais do Cerrado. Em resumo, a parte final do texto considerou a importância das resistências populares em defesa do território, da vida e do Cerrado contra a expansão de megaextrativismos predatórios como a mineração.

## ÁGUAS DO CERRADO: A DÁDIVA FERIDA

As águas do Cerrado estão feridas. Nascentes, aquíferos, rios, córregos, veredas e bacias hidrográficas estão expostas à voracidade do capital extrativo global. Consequentemente, feridas foram abertas e permanecem expostas diante do desmatamento, uso de agrotóxicos, construção de empreendimentos hidroelétricos, abertura de canais de irrigação, barragens de rejeitos, minerodutos e megaminas a céu aberto ou subterrâneas.

Mineração, agronegócio, turismo, hidronegócio energético e indústria farmacoquímica mapeiam os bens comuns naturais do Cerrado e transformam esse território em fonte de *commodities*. Conforme Chaveiro (2019), isso representa o avanço da “hegemonia predatória” nos territórios do Cerrado. O autor demonstra que há uma economia baseada na *agro-mínero-exportação* que se torna hegemônica. Portanto, essa hegemonia passa a exercer o domínio econômico predatório desse Bioma-Território.

Nos territórios do Cerrado, terra, água e subsolo (minérios) estão em disputa e na centralidade dos conflitos frente às novas fronteiras de cercamento dos bens comuns naturais. Há no Cerrado o que o geógrafo David Harvey (2018) denomina “novos cercamentos”. Isso representa a transformação das dádivas gratuitas da natureza em mercadorias que movimentam o “ecossistema global do capital” (HARVEY, 2018).

Desde os anos 1970 vê-se uma escalada de crescimento da economia nos territórios de domínio do Cerrado, fomentando a concentração fundiária, a extinção de espécies, a urbanização, o surgimento de novos milionários e o *hidrocídio*. Para o antropólogo e pesquisador Altair Sales Barbosa (2022), a devastação sistemática da vegetação do Cerrado (cujas raízes profundas são fundamentais para o sistema hidrológico do bioma), compromete as águas subterrâneas e promove a amputação de bacias hidrográficas. “Essa amputação se inicia com a migração das nascentes até o desaparecimento total de muitos cursos d’água. Esse é o início do fim, que se conclui com a morte do rio e de todo seu entorno, incluindo a desestruturação de comunidades humanas, através da desterritorialização” (BARBOSA, 2022, p.1).

Assim, o mesmo processo que transforma o território do Cerrado em território agrário-urbano-exportador favorece as escalas de desmatamento, insere a economia no mercado internacional de *commodities* e fomenta a apropriação de componentes como terra, água e minérios. Por isso, a leitura crítica do cercamento das águas requer a compreensão das transformações territoriais. A multiplicação dos usos da água, inclusive virtuais, incide nas nascentes, nos aquíferos, na vazão dos canais e nas bacias hidrográficas.

Por conseguinte, pode-se enxergar uma síntese entre o crescimento econômico no território do Cerrado e a dilapidação das águas em várias escalas de intensidade e sob distintos usos. Ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico é o modelo de predação, cercamento ou “sequestro das águas” (MORAES, 2022). Aquilo que seria uma dádiva do Cerrado – as suas bacias, os seus aquíferos e a distribuição territorial dos canais – torna-se fonte de atração e territorialização dos monopólios. A geração de riquezas e a concentração de monopólios demandam o controle e os usos das águas, como é o caso da mineração, cujos processos de extração, processamento e transporte (como por minérios) são *hidrointensivos* e estimulam conflitos ambientais nas comunidades locais impactadas.

## AS ESCALAS PREDATÓRIAS DA MINERAÇÃO NO CERRADO

A mineração é intrínseca ao capitalismo contemporâneo. A financeirização dos recursos naturais como terra, água e minérios está no

centro das novas fronteiras de acumulação global. Ademais, os minerais são essenciais às tecnologias da Quarta Revolução Industrial. *Chips*, naves espaciais, carros elétricos, celulares, computadores, arranha-céus, gasodutos, plataformas de petróleo, turbinas de aviões, armas, navios e todas as mercadorias que circulam nas redes globais de produção contêm minérios.

Novas fronteiras de controle e exploração de bens naturais são incorporadas ao capital extrativo global, como ocorre na Amazônia e no Cerrado. A mineração nos territórios do Cerrado se realiza em distintas escalas de extração e comercialização de minérios. Em escala local/regional, destaca-se a extração e comercialização de quartzo, areia, água mineral, argila para cerâmica vermelha, brita, cascalho, calcário para cimento e calcário agrícola. O caso de calcário agrícola é emblemático, pois representa o avanço do *agro-mínero-negócio* neste bioma-território. Sua extração nutre a demanda do agronegócio em regiões e municípios intensivos na produção de grãos, como o Sul e Sudoeste Goianos e o Oeste da Bahia.

Em escala nacional sobressai a extração e comercialização de água mineral, mármore, fosfato e bauxita/alumínio. Nessa escala, a relação entre agronegócio e mineração destaca-se com os projetos de exploração e beneficiamento de fosfato. Com o propósito de produzir fertilizantes, complexos mineroquímicos foram territorializados no Cerrado desde os anos 1970. No contexto dos governos militares e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND's constitui-se a “matriz espacial dos grandes projetos” (MOREIRA, 2003) no Cerrado envolvendo a mineração e a expansão de monoculturas agrícolas. Consequentemente, esse Bioma-Território foi incorporado ao capital internacional à custa de expropriações compulsórias da população camponesa, urbanização e implicações ambientais.

Atualmente, empresas estrangeiras, como a americana Mosaic Fertilizantes e a chinesa CMOC Brasil (subsidiária da companhia China Molybdenum), possuem operações nos territórios do Cerrado – em municípios como Tapira-MG, Araxá-MG, Patrocínio-MG, Uberaba MG), Catalão-GO e Ouvidor-GO – na extração e beneficiamento da rocha fosfática. Em Catalão e Ouvidor, a mineração de fosfato ocorre desde os anos 1970 e por décadas agudiza conflitos por terra e água em comunidades camponesas (GONÇALVES, 2016). Nesses municípios

goianos, a abertura de minas a céu aberto, a construção de pilhas de estéril e barragens de rejeitos foram responsáveis pela expropriação de dezenas de famílias camponesas e continuam ameaçando-os de expulsão (MARTINS, 2020).

Em escala internacional, a mineração no Cerrado ocorre mediante a exploração e exportação de minerais como nióbio, níquel, cobre e ouro; além de atuação das corporações estrangeiras como a Lundin Mining (canadense), CMOC Brasil (chinesa), Anglo American (britânica) e AngloGold Ashanti (sul africana). Essas empresas expandem seus negócios ampliando o controle corporativo de territórios do Cerrado.

Com relação aos bens minerais explorados, o exemplo do nióbio é ilustrativo da mineração em escala internacional no Bioma-Território Cerrado. Os megaempreendimentos de extração e produção de ligas de ferro-nióbio ocorrem em Araxá-MG, com atuação da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM, e Catalão-GO e Ouidor-GO pela CMOC Brasil. Em 2021, o Brasil exportou cerca de 92 mil toneladas de ferro-nióbio no valor de US\$ 2,1 bilhões. Desse total, apenas Minas Gerais e Goiás participaram, respectivamente, de 82% e 13% das exportações de ferro-nióbio brasileiro (MDIC, 2022).

Sendo assim, a mineração de nióbio contribui para demonstrar a inserção do Cerrado às redes extrativas globais. Mas essa escala internacional representa impactos locais, como na Comunidade Coqueiros, Catalão-GO, que foi fraturada por uma megamina a céu aberto de nióbio. (Foto 1)

A abertura e a expansão da mina Boa Vista (Figura 1), da empresa CMOC Brasil, representou a expropriação de dezenas de famílias camponesas que viviam na/da terra. A mineração na Comunidade Coqueiros exemplifica processos de “expropriação ecobiopolítica” (ARÁOZ, 2013), ao fraturar as paisagens locais, interferir na qualidade do ar e na vazão dos córregos e nascentes, expulsar famílias com seus modos de vida, saberes na relação com a terra, as sementes e os quintais. Efetiva-se, então, processos de ruptura ambiental e cultural dos lugares.

**Foto 1** – Fratura territorial da Comunidade Coqueiros, Catalão-GO, pela extração a céu aberto de nióbio na Mina Boa Vista



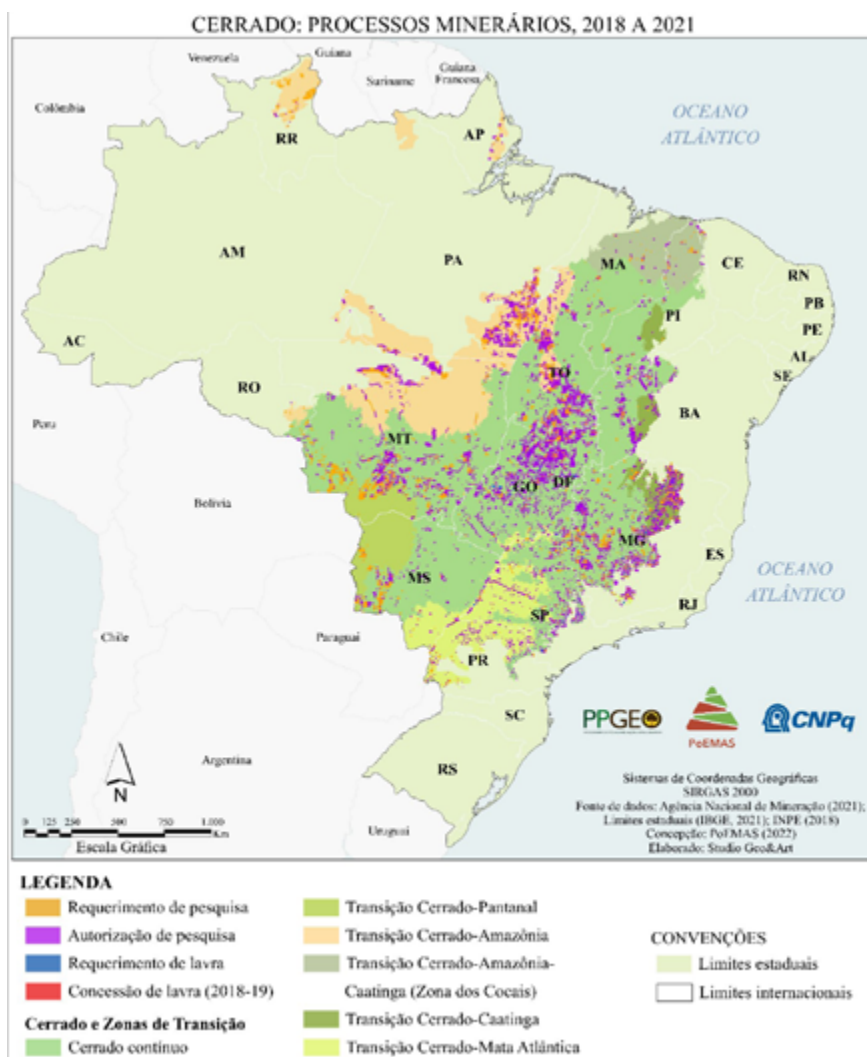
Fonte: trabalho de campo, 2019. Autor: Ricardo Gonçalves.

Dessa maneira, considera-se a mineração como uma das principais atividades extrativistas responsáveis pelo cercamento do subsolo e das águas, o sacrifício de ecossistemas e a ameaça aos povos e comunidade nos territórios do Cerrado.

## O CERCAMENTO PREDATÓRIO DO SUBSOLO E DAS ÁGUAS DO CERRADO

No subsolo do Bioma-Território Cerrado, as jazidas de minerais como nióbio, cobre, terras raras, níquel, ouro, fosfato, ferro e bauxita são sistematicamente mapeadas e incorporadas às fronteiras de expansão do “imperialismo extrativo” (HARVEY, 2018), como ilustrado no mapa a seguir.

**Mapa 2** – O cercamento do subsolo do Cerrado e das áreas de transição com outros biomas-territórios



O mapa acima revela que o subsolo nos territórios do Cerrado está em disputa. Essa disputa é expressão do processo de cercamento através dos processos minerários ativos no período entre 2018 e 2021. Neste intervalo foram realizados 12.518 requerimentos e autorizações de pesquisas, e 226 requerimentos e concessões de lavra (ANM, 2022).

Com foco nas áreas contínuas do Cerrado, destaca-se a apropriação do subsolo no leste de Mato Grosso; centro, norte e nordeste de Goiás; e sul e leste do Tocantins. Nas regiões de Goiás e Tocantins, ressalta-se a existência histórica de populações camponesas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

No nordeste goiano, ressalta-se a presença ancestral do povo Kalunga, distribuído em cerca de 39 comunidades que ocupam um território de 261 mil hectares situado nos municípios de Cavalcante-GO, Teresina de Goiás-GO e Monte Alegre-GO. No Território Kalunga conflitos envolvendo usos da água por empreendimentos hidroelétricos (PAIVA, 2019) e mineração (SEMAD, 2020) ameaçam a sociobiodiversidade local e os “ciclos hidrossociais” (IMBELLONE; FELIPPE, 2020) nas comunidades.

Ademais, comunidades quilombolas do sul do Tocantins também enfrentam problemas envolvendo a mineração e os usos da água. Em 2011, a construção de barragens de rejeitos pela Itafós Mineração Ltda, em Arraias-TO, agravou os efeitos ambientais (desmatamento, compactação de solo, assoreamento etc.) na bacia do rio Bezerra e comprometeu os usos locais da água pelas comunidades tradicionais (PEREIRA FILHO, 2018).

Nas áreas de transição do Cerrado com outros Biomas-Territórios constata-se que o interesse mineral está em expansão. Os pontos de maior concentração dos processos minerários estão situados na transição entre o Cerrado e a Amazônia, com foco no norte do Tocantins e sul e sudeste do Pará; e transição Cerrado-Caatinga, especialmente no norte de Minas Gerais e Oeste da Bahia. Nestas regiões, populações tradicionais e camponesas, assentados, posseiros, quebradeiras de coco, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros e catingueiros são ameaçados por grandes projetos extrativos.

Povos que possuem relações de pertencimento com os territórios de existência, que desenvolveram e desenvolvem modos ancestrais de relacionar com as águas, a terra, as matas e as sementes são ameaçados de expropriação compulsória no norte de Minas Gerais e no oeste da Bahia. No primeiro caso, pontua-se, por exemplo, os conflitos envolvendo a empresa Sul Americana Metais (SAM) que ameaçam as comunidades geraizeiras no Território Vale das Cancelas (OLIVEIRA, 2021).

Quanto ao Oeste da Bahia, a ameaça representada pelo setor extrativo mineral soma-se à “pilhagem territorial” (PERPETUA, 2016) representada pelos grandes projetos do agronegócio que também são hidrointensivos e possuem focos de conflitos na região (CUNHA, 2017; PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2020).

O cercamento das águas é indissociável do cercamento do subsolo do Cerrado. Com relação às águas, a existência de centenas de barragens de rejeitos de mineração intensifica o sacrifício de nascentes, córregos e rios. Além disso, expõe populações locais a situações de “sofrimento ambiental” (SOUZA, 2019) e “terrorismo de barragens” (MANUELZÃO, 2019) diante do risco de rompimentos como ocorreram em Mariana – MG e Brumadinho – MG. São aproximadamente 249 barragens de rejeitos neste Bioma-Território, o que representa 33% do total desse tipo de estrutura no Brasil (BARCELOS, 2021).

O cercamento das águas do Cerrado também ocorre através das outorgas para os distintos tipos de atividades econômicas, especialmente ligadas ao agronegócio, como a irrigação. O número de outorgas emitidas pela Agência Nacional das Águas – ANA, no Cerrado e áreas de transição é de 30.398, sendo 67% subterrâneas e 33% superficiais. Apenas a irrigação é responsável por 74% da vazão outorgada (BARCELOS, 2021).

À vista disso, as águas do Cerrado, assim como as terras e os minérios, transformam esse bioma em território em disputa. Mas povos e comunidades se levantam e constroem distintas formas de resistências contra a predação dos bens naturais e as ameaças à cultura e aos modos de vida locais.

## **AS RESISTÊNCIAS: ÁGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA O CAPITAL**

Para as comunidades e povos que lutam em defesa dos territórios de vida, as resistências são construídas com a consciência de que proteger o Cerrado significa salvaguardar a dádiva das águas. Por isso, reconhecem que a mineração se tornou uma ameaça aos seus modos de vida e saberes-fazer vernaculares. O modelo de mineração dependente do uso intensivo de água, que impõe a amputação das paisagens pelos ritmos de extração para exportações, representa a antinomia da existência dos povos do Cerrado e suas formas de conceber e relacionar com os bens naturais.

A mineração interfere na autonomia hídrica dos povos do Cerrado. Impacta os usos e a fertilidade dos solos, o cultivo e a colheita de alimentos, a soberania alimentar e a sociobiodiversidade nas comunidades cerradeiras. As práticas culturais dos povos do Cerrado dependem da relação integrada com as águas. Ademais, está explícito para eles que “minério não se bebe”. Logo, denunciam a contaminação e o esgotamento das águas em seus territórios, propõem modelos alternativos como a agroecologia e se “levantam do chão” em caminhadas de resistências junto aos movimentos populares.

Nos últimos anos, as ações em defesa dos territórios do Cerrado foram fortalecidas a partir de ativistas ambientais e movimentos populares como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

Para os povos do Cerrado, as águas são abundantes para a vida, não para o capital.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2). Agradece também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelos recursos concedidos ao PPGeo-UEG através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico.

## REFERÊNCIAS

ANM – Agência Nacional de Mineração. Brasília/DF, 2022.

ARÁOZ, H. M. Crisis ecológica, conflictossocioambientales y orden neocolonial: lasparadojas de nuestra América en las fronteras del extractivismo. *REBELA*, v. 3, n. 1, out., 2013.

BARBOSA, Altair Sales. *A morte silenciosa dos rios do Cerrado*. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/gerais-colunas-e-blogs/a-morte-silenciosa-dos-rios-do-cerrado-387851/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BARCELOS, Eduardo. *Atlas das águas do Cerrado*. Instituto Federal Baiano, 2021. Mimeo.

CHAVEIRO, Eguimar F. *Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a afirmação de um território, a negação do bioma – Cartas de luta*. 316f. Tese (livre docência), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2019.

CUNHA, Tássio Barreto. *Do Oculto ao Visível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no Oeste da Bahia*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente– SP, 2017.

GONÇALVES, R. J. A. F. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

HARVEY, David. *A loucura da razão capitalista: Marx e o capital no século XXI*. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

IMBELLONI, Ana Caroline Pinheiro.; FELIPPE, Miguel Fernandes. Ciclo hidrossocial e o reabastecimento social das águas: uma experiência na Comunidade Quilombola da Tapera (RJ). *GEOgraphia*, vol: 22, n. 48, 2020.

MANUELZÃO. *O terrorismo das barragens*. Revista Manuelzão, no 84. 03/2019, p. 22.

MARTINS, Omar. *Mosaic Fertilizantes expulsa moradores de suas casas em Goiás para armazenar rejeitos*. 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/mosaic-fertilizantes-expulsa-moradores-de-suas-casas-em-goias-para-armazenar-rejeitos/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MDIC. Séries históricas. *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*, 2022. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MORAES, Robson de S. *Águas do Cerrado*. Cidade de Goiás: UEG, 2022.

MOREIRA, Ruy. Modelo industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano V, n.9, p. 7-28, 2003.

OLIVEIRA, Bruna F. *Conflitos socioambientais e territoriais da mineração no Norte de Minas: uma análise do Projeto Bloco 8*. 91 f. TCC (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Montes Claros, 2021.

PAIVA, P. *Construção de hidrelétrica é ameaça para comunidade kalunga que vive há 300 anos no maior quilombo do Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/construcao-de-hidreletrica-e-ameaca-para-comunidade-kalunga-que-vive-ha-300-anos-no-maior-quilombo-do-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PEREIRA FILHO, Paulo. *Apropriação e conflitos pela água: dinâmicas socioespaciais a partir da bacia do rio Bezerra no município de Arraias – TO*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Catalão, Catalão-GO, 2019.

PERPETUA, Guilherme M. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. 307f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Brito das. *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina* – BA. Gráfica e Editora Bom Jesus, 2020.

SEMAD. *Governo de Goiás fecha mineração sem licenciamento e apreende maquinário em Cavalcante*. 2020. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/noticias/1947-governo-de-goi%C3%A1s-fecha-minera%C3%A7%C3%A3o-sem-licenciamento-e-apreende-maquin%C3%A1rio-em-cavalcante.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SOUZA, M. L. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

## A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE GOIÂNIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1990 A 2010

TATHIANA RODRIGUES SALGADO

**E**m Goiás, a gênese da rede urbana, conforme compreendido por Corrêa (1994, p. 87), como um “[...] conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente”, está ligada às mudanças estruturais relacionadas à reintegração econômica do território goiano com a região Sudeste do Brasil ocorridas, principalmente, a partir das primeiras décadas do século XX.

A primeira metade do século XX testemunhou a chegada da estrada de ferro adentrando pela região sul do estado, a ocupação de zonas pioneiras, a abertura de estradas e a construção de Goiânia (GOMES *et al*, 2004).

A partir da segunda metade do século, a organização espacial do estado foi fortemente influenciada pela construção de Brasília e pela consequente abertura das rodovias de integração nacional que acompanhou as obras da nova capital federal, nas décadas de 1950 e 1960; pela expansão das fronteiras agrícolas associadas à modernização da agricultura, a partir da década de 1970; pela fragmentação de quase metade do território para criação do estado do Tocantins, em 1988; e pelo processo de metropolização observado no entorno da capital Goiânia a partir da década de 1990 (ARRAIS 2006, 2007, 2013). Essas mudanças promoveram uma nova dinâmica para o processo de

urbanização em Goiás e, conseqüentemente, influenciaram a estruturação da rede urbana estadual.

Conforme evidenciado em Salgado (2017), entre as décadas de 1940 a 1980, os processos que estruturaram a organização espacial do território goiano ocorreram de maneira desigual, com forte propensão à concentração de capitais produtivos, da população e do setor de serviços em poucos centros urbanos, com destaque para a capital Goiânia. Esse movimento gerou, na escala estadual, uma rede urbana típica dos espaços periféricos do sistema capitalista, caracterizada, como destacado por Santos (2012), pela superconcentração populacional e monocentricidade.

No início da década de 1990, a estrutura espacial de Goiás foi alterada em função da fragmentação do território para criação do estado do Tocantins. Goiás tornou-se um estado mais compacto territorialmente e mais urbano, visto que os municípios que deram origem a Tocantins eram os que conservavam as maiores porcentagens de população rural. A taxa de urbanização de Goiás, que era de 69,8% em 1988, subiu para 80,7% em 1991; e, em 2010, essa porcentagem elevou-se a 90,28%. Entre 1991 e 2010, o número de centros urbanos com mais de 50 mil habitantes passou de sete para 18. Esses mesmos centros reuniam 53% da população urbana do estado em 1991; e, em 2010, essa parcela subiu para 66% (GOIÁS, 1994) (IBGE, 2010).

No período pós-fragmentação, também ocorreu um significativo crescimento urbano nas cidades do entorno do Distrito Federal. Em 1991, havia na região 14 municípios que, juntos, concentravam uma população urbana de 354.872 habitantes, o que representava 10,92% do total estadual. Em 2010, o número de sedes municipais chegava a 20, e a população urbana atingia 905.688 habitantes, o que representava 16% dos residentes urbanos de Goiás (IBGE, 1991, 2010).

Entre 2000 e 2010, o número de centros urbanos em Goiás com mais de 100 mil habitantes elevou-se de seis para oito. Goiânia, com uma população urbana de 1.297.076 pessoas, em 2010, manteve-se como primeira colocada. Na segunda posição, encontrava-se a cidade de Aparecida de Goiânia, com 455.193 habitantes urbanos. Na sequência, estavam Anápolis, com 328.755, Rio Verde, com 163.540, Luziânia, com 162.807, Águas Lindas de Goiás, com 159.138, Valparaíso de Goiás,

com 132.982, e Trindade, com 100.106 habitantes. Em conjunto, esses oito centros abrigavam 51,7% da população urbana do estado (IBGE, 2010). Com exceção das cidades de Rio Verde e Anápolis, o peso demográfico de todos os demais decorreu do processo de metropolização e da regulação do uso do solo das capitais estadual e federal.

Todavia, mesmo com a criação da nova unidade federativa e intensificação do processo de urbanização, a rede urbana não sofreu grandes alterações, principalmente até o final da década de 1990. Goiânia, assim como na década anterior, manteve uma vasta área de influência que ultrapassa os limites estaduais. À vista disso, esta pesquisa objetivou apresentar a estrutura da rede urbana comandada por Goiânia entre as décadas de 1990 a 2010.

Para reconhecimento da estrutura da rede urbana comandada por Goiânia, usou-se como referência as pesquisas sobre Região de Influência das Cidades – REGIC, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 1993, 2007 e 2018. Esses estudos definem a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimitam as regiões de influência a eles associados (IBGE, 2000, 2008, 2020).

A definição da hierarquia urbana e das áreas de influência é realizada por meio da classificação dos centros urbanos, segundo a oferta de determinados equipamentos e serviços e a capacidade de esses centros atrair populações de outras localidades. Dessa forma, a hierarquia da cidade é determinada por sua capacidade de concentrar atividades econômicas e atrair pessoas e fluxos, sendo que a articulação dos diferentes níveis de centralidade na escala regional define a estrutura da rede urbana.

## **A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE GOIÂNIA**

Como precursora de uma nova fase da urbanização de Goiás, Goiânia continuou, após a fragmentação do território goiano, atraindo pessoas, capitais e investimentos. Mas, como atesta Arrais (2013), em função da valorização fundiária na capital, a partir de 1980, a migração passou a ser direcionada, em movimento de segunda origem, para os municípios circunvizinhos como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Em Aparecida de Goiânia, por exemplo, a população

quadruplicou entre 1980 e 1991, e sua taxa de urbanização subiu de 48,6% para 98,4% (IBGE, 1980, 1991).

A capital permaneceu como o principal núcleo urbano de Goiás e sua área de atuação, como é possível conferir no Mapa 1, estendia-se para leste de Mato Grosso, sudeste do Pará – área anteriormente polarizada por Belém –, por todo o território do Tocantins – uma vez que Palmas ainda não estava em fase de construção – e pelo sudoeste do Maranhão, acessado via BR-153 (IBGE, 2000).

No estudo *Região de Influência das Cidades 1993*, o nível máximo de centralidade foi atribuído à Goiânia por não haver, dentro de sua área de influência, nenhum centro imediatamente inferior (IBGE, 2000).<sup>1</sup>

Santos (2012) destaca que um dos aspectos marcantes das redes urbanas dos países subdesenvolvidos é a presença da cidade primaz, ou, como ele denominou, o fenômeno da macrocefalia. Segundo o autor “[...] a macrocefalia é a noção relativa que faz aparecer a importância demográfica e, sobretudo, a importância econômica de uma cidade em relação à de outra cidade e ao conjunto do país” (SANTOS, 2012, p. 164). (Figura 1)

Dentro da área de influência de Goiânia, as cidades de Anápolis-GO, historicamente um importante centro atacadista, Araguaína-TO e Imperatriz (MA) foram classificadas com nível de centralidade forte, pelo IBGE (2000).

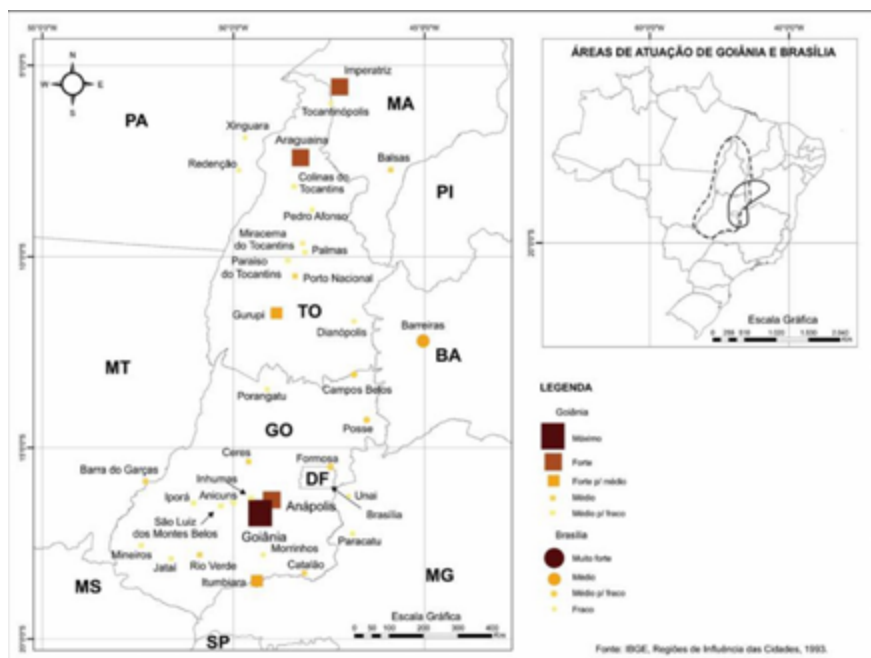
Com um nível de centralidade de forte para médio estavam as cidades de Itumbiara – igualmente inserida na área de atuação de Uberlândia –, e Gurupi, que, assim como Araguaína, também havia sido beneficiada pela BR-153 (IBGE, 2000).

Ceres, Rio Verde e Catalão registraram nível médio de influência, pois já se destacavam pela presença de estabelecimentos terciários relacionados às atividades de atenção à saúde, da primeira, e agropecuárias das seguintes, de acordo com o IBGE (2000).

---

1 De acordo com IBGE (2000), os níveis de centralidade das cidades eram classificados em Máximo, Muito Forte, Forte, Forte para Médio, Médio, Médio para Fraco, Fraco e Muito Fraco.

**Mapa 1** – Níveis de centralidade na região de influência de Goiânia, 1993



Fonte: IBGE, 2000.

A baixa densidade dos setores produtivos e de serviços no norte e nordeste de Goiás impedia a existência de centros regionais de níveis forte e médio. Nessas duas regiões, as três cidades com melhor nível hierárquico – Porangatu, Posse e Campos Belos – apresentavam apenas centralidades médias para fracas. Essas cidades apareciam como centros urbanos com alguma expressão em serviços, embora seus raios de polarização não se estendessem para além dos municípios limítrofes, geralmente nos de base econômica agropecuária e de baixíssimo quantitativo demográfico.

Ao analisar os dados de IBGE (2000), notou-se o efeito direto da ausência de um setor de serviços estruturado na região do entorno do Distrito Federal: o desenvolvimento de forte polarização da capital federal sobre esses municípios. Em 1993, Brasília possuía nível de centralidade muito forte e sua área de influência estendia-se para o nordeste goiano e oeste da Bahia. Embora com classificação muito forte, e não

máxima, Brasília foi considerada como cabeça-de-rede, “por seu papel político-administrativo, como Capital Federal, por representar, de forma inequívoca, um centro de poder e decisão” (IBGE 2000, p. 28).

O intenso crescimento demográfico registrado na região do Entorno do Distrito Federal, entre 1991 e 1995, que culminou na criação de mais quatro municípios, não foi acompanhado de proporcional crescimento do setor de serviços nessa região. Em 1995, 11 municípios do entorno abrigavam 11,2% dos habitantes do estado e 4,9% dos estabelecimentos de serviços, predominando, nesse universo, o comércio varejista de alimentos, bebidas e estimulantes (BRASIL, 1995), (GOIÁS, 1995).

Exceto por Luziânia e Formosa, a maioria dos municípios do Entorno do Distrito Federal, conquanto apresentem uma população significativa, não dispunha de serviços adequados no início da década de 1990. Como resultado, essas localidades eram mais dependentes de centros de outras áreas. Esse era, por exemplo, o caso de Planaltina, que, mesmo com uma população de 45.092 habitantes, em 1995, não possuía estabelecimentos formais de saúde, de manutenção e reparação de veículos automotores nem contava com comércio varejista de combustíveis (BRASIL, 1995), (GOIÁS, 1995).

Ainda considerando o ano de 1995, as cidades de Água Fria de Goiás, Mimoso e Vila Boa, além de não contar com os serviços citados no parágrafo anterior, não usufruíam de agências dos correios nem de estabelecimentos de ensino. O comércio varejista de móveis, iluminação e outros artigos residenciais somente era encontrado em Formosa, Luziânia e em Cidade Ocidental (BRASIL, 1995).

A estrutura hierárquica das cidades do Entorno do Distrito Federal, nos primeiros anos da década de 1990, traduzia a natureza desordenada da urbanização daquela região, relacionada diretamente ao controle do solo urbano da capital federal.

Com a publicação da REGIC (2007), a posição de destaque de Goiânia como o principal centro urbano do Centro-Oeste, apontada nas pesquisas anteriores, sofreu uma mudança significativa.<sup>2</sup> Brasília

---

2 Na REGIC (2007), as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez, subdivididos em dois ou três subníveis. Nível 1: metrópoles, classificadas como 1a (grande metrópole nacional), 1b (metrópole nacional), 1c (metrópole). Nível 2: capital regional, classificadas como 2a (capital regional A), 2b (capital regional c), 2c (capital

tornou-se o núcleo urbano com a maior hierarquia do Centro-Oeste, sendo classificada como Metrópole Nacional, por conseguinte, ficando Goiânia classificada como Metrópole. A nova hierarquia, contudo, coincide com a inclusão da função de gestão territorial como critério relevante na classificação de centros urbanos. De acordo com a definição proposta por Corrêa (1995, p. 83) e adotada pelo IBGE (2008),

O centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes das empresas cujas decisões afetam diretamente ou indiretamente um dado espaço, que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas.

Conforme destaca o IBGE (2000), a criação do estado do Tocantins e a consolidação da capital Palmas também promoveram mudanças significativas na organização da rede urbana de Goiânia. Além da função de capital estadual, Palmas apresenta, na pesquisa, nível de centralidade forte e, embora se mantivesse na região de influência de Goiânia, desenvolveu sua própria rede urbana em articulação com Araguaína, assim, passando a ser classificada como capital regional B.

Na REGIG (2007), Goiânia é classificada como Metrópole 1C, sua área de influência, conforme o Mapa 2, abrangendo todo território goiano e tocantinense e, ainda, com alguma penetração no Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso (IBGE, 2008).

A rede comandada pela capital goiana era composta, em 2007, por duas capitais regionais, Palmas e Araguaína, seis centros sub-regionais, 45 centros de zona e um total de 363 municípios polarizados. A população tributária era de 6.408.542 habitantes, 30,2% deles concentrados em Goiânia (IBGE, 2008).

Ao considerar apenas o recorte espacial do território goiano, a característica de rede, com poucos centros intermediários e alta centralidade da hierarquia máxima, mantém-se no estado de Goiás, segundo a pesquisa de 2007, como é possível comprovar no Mapa 2.

---

regional c). Nível 3: centros sub-regionais, classificados como 3a (centro sub-regional A), 3b (centro sub-regional B). Nível 4: centros de zona, classificados como 4a (centro de zona A), 4b (centro de zona B). Nível 5: centro local.



**Tabela 1** – Concentração relativa dos estabelecimentos formais de serviço e população, Goiás, 1995-2010

| Ano  | Goiânia |       | Ent. de Goiânia <sup>1</sup> |       | Anápolis |      | Ent. de Brasília <sup>2</sup> |       | Restante do estado |       |
|------|---------|-------|------------------------------|-------|----------|------|-------------------------------|-------|--------------------|-------|
|      | Estab.  | Hab.  | Estab.                       | Hab.  | Estab.   | Hab. | Estab.                        | Hab.  | Estab.             | Hab.  |
| 1995 | 48%     | 23%   | 2,7%                         | 7,4%  | 8,0%     | 6,0% | 4,9%                          | 11,2% | 36,4%              | 52,4% |
| 2000 | 43,8%   | 21,8% | 4,3%                         | 9,78% | 6,6%     | 5,7% | 6,8%                          | 15,1% | 38,5%              | 47,7% |
| 2005 | 40%     | 21,4% | 5,6%                         | 11,2% | 6,0%     | 5,6% | 7,6%                          | 17,2% | 40,8%              | 44,6% |
| 2010 | 38,2%   | 21,6% | 6,1%                         | 11,3% | 5,9%     | 5,5% | 8,0%                          | 14,8% | 41,8%              | 46,8% |

<sup>1</sup> Aparecida de Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Trindade.

<sup>2</sup> Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Vila Boa e, desde 2000, os municípios de Valparaíso e Águas Lindas de Goiás.

Fonte: Brasil (1995, 2000, 2005, 2010)

IBGE: Censo Demográfico (2000)

IMB: População estimada. (1995, 2005)

Em relação ao comércio, os estudos complementares da REGIC (2007) apontam Goiânia com nível hierárquico máximo por causa da diversidade. Considerando as regiões Centro-Oeste e Norte, além de Goiânia, apenas Cuiabá e Brasília estavam classificadas nesse nível. Palmas classifica-se ao nível 3, o mesmo nível de cidades como Gurupi, Araguaína, Porto Nacional, Rio Verde, Jataí, Catalão e Itumbiara. As capitais da região Norte estavam todas em um nível inferior ao de Goiânia. O que, portanto, explicava a significativa atuação da capital goiana, em relação ao comércio, para além dos limites estaduais (IBGE, 2008).

O estado de Goiás possuía ainda 18 centros comerciais de nível hierárquico 4, entre eles, Porangatu, Uruaçu, Ceres, Goianésia, Campos Belos e Posse. De acordo com o IBGE (2008), a região do entorno de Brasília, embora apresentasse aumento progressivo do número de estabelecimentos comerciais, não se destacava em relação à diversidade, nem mesmo Luziânia recebeu classificação hierárquica no estudo (IBGE, 2008).

De acordo com a hierarquia urbana conforme a diversidade das atividades de serviços, a REGIC (2007) confirma que esse ramo do setor terciário era ainda mais concentrado que as atividades comerciais, pois,

em âmbito nacional, apenas São Paulo e Rio de Janeiro alcançaram o nível máximo. Goiânia, nesse quesito, foi classificada no segundo nível; posição na hierarquia que, nas regiões Centro-Oeste e Norte, somente foi alcançada pelas cidades de Brasília, Belém e Manaus. Palmas recebeu classificação em um nível imediatamente inferior ao de Goiânia (IBGE, 2008).

Em outras regiões de Goiás, sete cidades foram classificadas como nível 4, em relação à presença de serviços, dois níveis abaixo da capital do estado, e 20 foram identificadas com nível 5. As demais cidades não apresentaram centralidades em relação aos serviços. Anápolis, Cristalina, Catalão, Itumbiara, Jataí, Mineiros e Barra do Garças foram inclusas no nível 5, pois, ainda que fossem centros com a presença da maior parte dos bancos nacionais, em poucos casos dispunham de outras instituições. Cidades como Porangatu, Uruaçu, Campos Belos e Posse alcançaram nível de centralidade 7, a penúltima posição na hierarquia (IBGE, 2008).

A relação entre as atividades do campo e o setor de serviços pode ser melhor comprovada quando se observa a hierarquia com base nas atividades financeiras. Pelo levantamento do IBGE (2008), Goiânia e Rio Verde, município com forte vocação para o agronegócio, aparecem com o mesmo grau de centralidade, igualmente classificadas como centros de nível 4. Esses centros estavam caracterizados, nesse período, pela presença de todos os bancos de atuação nacional, além de número significativo de outras instituições financeiras.

O atual nível de concentração dos estabelecimentos de saúde e de Ensino Superior permite afirmar que não ocorreram alterações em relação à centralidade de Goiânia nessas duas categorias de serviços. No estudo do IBGE (2008), Goiânia e Brasília apresentavam os maiores graus de centralidade em relação ao ensino de graduação, ocupando a posição de nível 2, sendo que o nível 1 só era alcançado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro.

Na sequência, Anápolis foi identificada como nível 4 de centralidade de ensino de graduação, e outras 15 cidades alcançaram o nível de centralidade 5, entre elas, Goiás, Jataí e Catalão, por contarem com os *campi* da UFG. As demais dispostas nesse nível exibem a presença dos maiores *campi* da UEG e de algumas faculdades privadas. São esses

os casos, por exemplo, de Porangatu, Iporá, Quirinópolis, Morrinhos e Itumbiara. Nas regiões do entorno de Brasília e do nordeste do estado, nenhuma cidade apresentou nível de centralidade que ultrapassasse seus limites municipais (IBGE, 2008).

No que tange ao ensino de pós-graduação, no âmbito da região de influência de Goiânia, apenas essa cidade, Brasília e Palmas foram identificadas como centralidades e, em uma escala de 1 a 6, foram classificadas, respectivamente, como centros de nível 3, 2 e 5.

Ao apresentar o maior alcance espacial nas atividades referentes a serviços de saúde, além de polarizar todo o estado de Goiás, leste e noroeste de Mato Grosso, sudeste do Pará, sudoeste do Maranhão e oeste da Bahia, a influência de Goiânia, cujo nível de centralidade foi identificado como 2, attingia também boa parte do estado do Acre.<sup>3</sup> Segundo Silva (2016), a oferta de serviços médico-hospitalares faz com que Goiânia se singularize diante dos demais municípios e, como apresentado pela pesquisa do IBGE (2008), também em relação aos demais estados das regiões Centro-Oeste e Norte, porque atrai pessoas com os mais variados objetivos e necessidades, principalmente pela grande presença de serviços de saúde pública especializados.

Na esfera da rede comandada por Goiânia, as cidades de Anápolis, Palmas, Araguaína e Rio Branco foram identificadas com nível de centralidade 4, dois níveis abaixo do de Goiânia. As cidades de Rio Verde, Jataí, Gurupi e Porto Nacional distinguiram-se como centros de nível 5, o penúltimo na classificação de centralidade desse tema. A ausência dos centros intermediários de classificação 3 e 4 na extensa área formada pelos estados de Goiás e Tocantins, e parte do Pará e de Mato Grosso, reforçou a centralidade da capital goiana nessa área de atendimento em serviços de saúde (IBGE, 2008).

Conforme o IBGE (2008), a existência desse padrão de deslocamento de grande extensão, não apenas para o tema saúde, é próprio da estrutura da rede urbana brasileira. Assim, o padrão das ligações nacionais varia de acordo com a estrutura desse tipo de rede: densa nas regiões Sudeste, Sul e litoral nordestino – favorecendo fluxos mais

3 No tema saúde, as cidades foram classificadas em seis níveis hierárquicos, sendo que o nível 1 só foi atribuído às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

curtos –, esparsa a Centro-Oeste e interior da região Nordeste, e mais dispersa no Norte, o que promove a existência de fluxos mais longos.

Em 2018, o IBGE realizou uma nova pesquisa sobre a *Região de Influência das Cidades*. No novo estudo é possível verificar que Goiânia mantém-se como Metrópole e continua a possuir uma extensa área de influência, abrangendo 11,3% do território nacional. Pouquíssimas alterações quanto aos níveis hierárquicos, em relação ao estudo anterior, entre os centros é notada para a região Centro Oeste, conforme é possível verificar no Mapa 3.

Em 2018 a rede comandada por Goiânia é formada, ao todo, por 364 cidades, entre elas, 03 capitais regionais<sup>4</sup>, 21 centros sub-regionais, 34 centros de zona e 306 centros locais, totalizando uma população tributária de 8 269 552 de habitantes (IBGE, 2020).

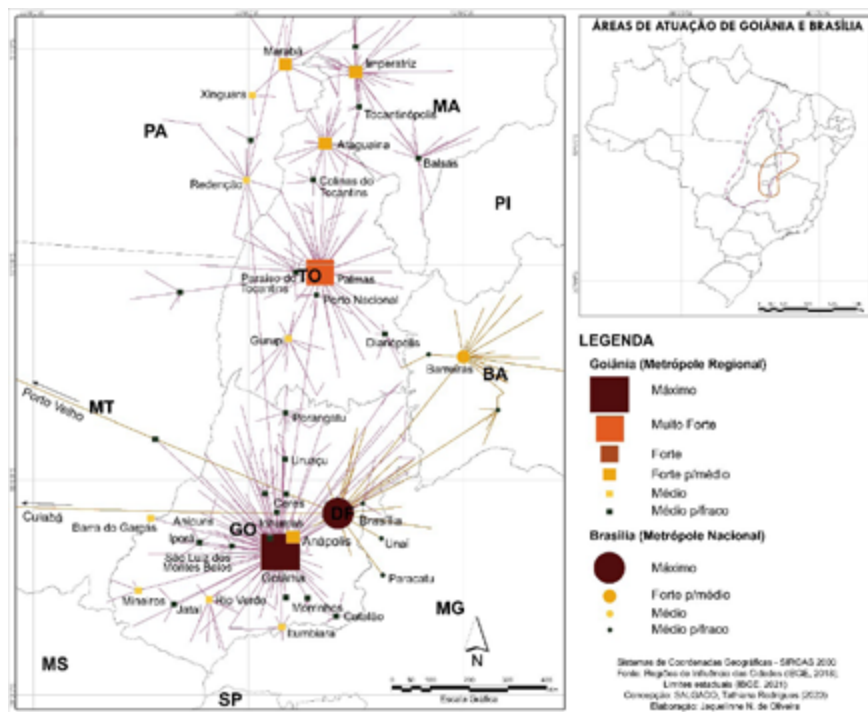
Na extensa rede comandada por Goiânia, conforme é possível verificar em IBGE (2020, p. 16), cabe destacar a presença da cidade de Palmas, capital de Tocantins, que estrutura sua própria rede, a Capital Regional Araguaína, no limite norte do estado de Tocantins, e o Centro Sub-Regional do Arranjo Populacional de Barra do Garças/MT, onde Goiânia divide influência com Cuiabá (MT) e, “a partir dessa centralidade, atrai todo um conjunto de Cidades ao redor da Rodovia BR-158, no leste mato-grossense.”

No sudeste do Pará, a influência de Goiânia é exercida diretamente sobre o Centro Sub-Regional de Redenção, bem como indiretamente, pela influência de Palmas-TO sobre cidades paraenses limítrofes ao estado de Tocantins. Nessa região, Goiânia divide influência com a capital Belém IBGE (2020).

---

4 Capital Regional B: Palmas-TO; Capitais Regionais C: Anápolis-GO e Araguaína-TO.

**Mapa 3** – Níveis de centralidade nas regiões de influência de Goiânia, 2018



Fonte: IBGE (2020).

Em relação às análises temáticas, apresentadas em IBGE (2020), Goiânia mantém destaque na centralidade da gestão pública e privada, motivada pela função de capital estadual, apresentando nível hierárquico 03 (IBGE, 2020).

O grande destaque de Goiânia, em 2018, é para a centralidade definida, especificamente, por deslocamentos para compra de vestuário e calçados. Nessa análise temática, Goiânia é a primeira cidade do Ranking Nacional. O Arranjo Populacional de Goiânia polariza o maior número de cidades brasileira, exercendo atratividade para compras de vestuário e calçados em grandes distâncias que avançam por todo o estado do Tocantins, sudeste do Pará, norte de Mato Grosso e oeste da Bahia (IBGE, 2020).

Cabe destacar que Goiânia possui um grande polo varejista e atacadista de moda, o qual inclui os complexos da Avenida Bernardo

Sayão no setor Fama, esse, porém, em um processo de “marginalização espacial”, dos arredores da denominada Região da 44, próximo à rodoviária da cidade, além da tradicional Feira Hippie, realizadas aos finais de semana. De acordo com dados de 2015, Goiânia contava com 496 estabelecimentos de comércio atacadista de artigos de vestuários e complementares, o que representava 85% dos estabelecimentos dessa natureza existentes no estado de Goiás (BRASIL, 2015).

Em relação às atividades comerciais é importante também destacar a centralidade de Goiânia no fornecimento de insumos para a produção agropecuária. De acordo com IBGE (2020) o arranjo populacional de Goiânia fornece insumos para quatro estados (Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará), sobretudo, para a produção de bovino de corte e, em segundo plano, cana-de-açúcar, soja e produção de leite. Goiânia é apontada, também, como a principal cidade no ranking nacional de centralidades para aquisição de maquinários e implementos para produção agropecuária, ficando, inclusive a frente do arranjo populacional de São Paulo.

No quesito que abordou os deslocamentos para outros municípios em busca de serviços de saúde de atenção básica e de média complexidade, conforme classificação do Sistema Único de Saúde – SUS, o Arranjo Populacional de Goiânia atrai o maior número de Cidades, ao todo são 115. Em relação aos serviços de saúde de alta complexidade que incluem tratamentos especializados com alto custo, Goiânia ocupa a 11ª posição no ranking nacional.

No que se refere à rede de transporte, Goiânia é um importante polo rodoviário, com vias de acesso que conectam a cidade a diversas regiões do país. A cidade também conta com um aeroporto internacional.

Em síntese o estudo IBGE (2020) aponta que Goiânia é uma cidade com um alto nível de centralidade em relação às demais cidades de uma ampla região de influência. Isso significa que ela concentra uma grande variedade de serviços, atividades econômicas e equipamentos urbanos, tornando-se um importante centro de referência não apenas para o estado de Goiás, mas também para uma extensa área de abrangência nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede urbana é caracterizada pela presença de centros que desempenham funções diferenciadas, como centros regionais de comércio, serviços e indústrias, cidades médias com funções administrativas, educacionais, comércio e saúde de média complexidade, bem como pequenas cidades com funções de serviços locais. Além disso, a rede urbana é influenciada pela localização, pelos recursos naturais, pelas redes técnicas e pelas políticas regionais, aspectos esses que podem favorecer ou limitar o crescimento e a interconexão das cidades. A análise da rede urbana é importante para o planejamento público e privado, e para a compreensão dos processos de urbanização e de desenvolvimento regional do território.

Diante do exposto, ao longo do texto, percebeu-se que a hierarquia urbana de Goiânia, em âmbito regional, deve-se, primordialmente, à sua estrutura de serviços, resultante da concentração populacional. Embora se tenha verificado, a partir da década de 1990, uma expansão do setor para o interior do estado, os serviços com maior potencialidade de polarização permaneceram concentrados na capital, conforme já demonstrado por Salgado (2017), ou seja, para usar o termo cunhado por Santos (2008), Goiânia permaneceu como *locus* privilegiado do circuito superior da economia urbana.

A capital destaca-se, portanto, na hierarquia regional goiana e do Centro-Oeste, por concentrar grande quantitativo de serviços polarizadores de média e alta complexidade. Dessa forma, manteve os mais altos níveis de centralidade de uma vasta área de atuação, mesmo após consolidação de outros centros regionais como Palmas e Araguaína.

## REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu A. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Região como Arena Política*. Goiânia: Vieira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: UFG, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 08 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 08 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 08 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 08 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 08 fev. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1994.

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; SALES, Altair. *Geografia: Goiás–Tocantins*. Goiânia: UFG, 2004.

IBGE. *Região de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020.

\_\_\_\_\_. *Censos demográficos, 1991, 2000 e 2010*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

IMB. *Goiás em Dados*. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Coordenação/Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação, 1995. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/Godados1995.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

IMB. *Goiás em Dados*. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Coordenação/Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação, 2005. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/Godados2005.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

SALGADO, Tathiana R. *Setor de Serviços e urbanização em Goiás*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2017.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, Cristiano M. *Centralidade e mobilidade: padrão de deslocamento de pacientes do SUS*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

# A RECRIAÇÃO CAMPONESA E OS PILARES DA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE FAÍNA-GO

ISAIAS RODRIGUES DA SILVA  
EDSON BATISTA DA SILVA

Este texto é resultado da pesquisa desenvolvida no Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia – PPGEQ, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Câmpus Cora Coralina. Consideramos que a questão agrária brasileira é marcada pelo conflito entre a oligarquia agrária e o campesinato. Então, discutir as correlações entre a recriação do campesinato, a Educação do Campo e o projeto de campo para o estado de Goiás é apresentar um espaço em disputa.

O arcabouço teórico deste estudo se fez pelo uso dos conceitos território, campesinato e Educação do Campo. Os sujeitos da pesquisa foram a comunidade escolar, (composta pelas famílias camponesas, pais e/ou responsáveis, estudantes, professores e gestores), atendida pela Escola Municipal Bruno Freire de Andrade em Faína-GO.

A Educação do Campo surge sob a necessidade de uma escolarização que atenda as especificidades do campo, sendo, portanto, uma ação política em defesa do campo. Contudo, considera-se que, desde 1998, quando aconteceu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, já se passaram 21 anos. Portanto, atenta-se para o tempo e a espacialidade desta construção que demandou envolvimento e engajamento de entidades, movimentos sociais e sindicais, que somados, solidificaram a práxis na Educação do Campo.

Discutimos neste texto até que ponto a Educação no Campo que se faz neste município, compromete a recriação do campesinato nas comunidades camponesas. Para efetivação da pesquisa, adotou-se como metodologia a Observação Participante, compreendendo que esta comunica com a perspectiva qualitativa e com os sujeitos da pesquisa. A abordagem dos dados é qualitativa. Para alcançar esses intentos foram analisados documentos oficiais de órgãos e autarquias municipais, e aplicados roteiros de entrevistas entre os meses de maio e junho de 2019. Os nomes citados são fictícios, para preservar a integridade, o anonimato e a dignidade dos participantes.

*A priori*, considera-se que a escola não desenvolve um projeto de escolarização que dê conta das necessidades do campesinato. Como resultados, discutimos que a atual conjuntura das políticas públicas nacional, estadual e municipal são desfavoráveis à efetivação da práxis de Educação do Campo. Soma-se a isso o fato de que em Faina, os sujeitos da escolarização desconhecem o projeto de Educação do Campo e não têm demonstrado preocupação com a recriação do campesinato.

## **CAMPESINATO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA COMUNIDADE CAMPONESA NA REGIÃO DO POVOADO DE ARARAS, FAINA-GO**

O texto fundamenta-se nos conceitos de território e Educação do Campo, compreendendo que a educação escolar é um elemento primordial na vida de todos os seres humanos, podendo ser emancipadora. Sendo assim, compreender as disputas no modelo de educação ofertado para o campo contribui substancialmente para discutir as questões inerentes à recriação do campesinato.

Concordando com Brandão (1989), a educação existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Manifesta-se pela luta de classes entre povos que submetem e dominam outros povos, usando-a como um recurso a mais de sua dominância. Portanto, a educação institucionalizada, tratada nesta pesquisa como escolarização, é um processo histórico, carregado de intencionalidades, um fenômeno que merece atenção.

A Escola Municipal Bruno Freire de Andrade, situada no povoado de Araras, no Oeste do município de Faina, foi criada pela lei n.º 14, do dia 08 de setembro de 1989, denominada inicialmente como Escola

Municipal Curralinho. No seu início ela funcionava na fazenda de mesmo nome (FAINA, 2019). Com a criação do Povoado de Araras, a comunidade camponesa, por meio de mutirões, construiu um barracão de adobe, coberto com folhas. Nesse período funcionava a escola durante a semana e nos finais de semana o espaço era utilizado como capela para as celebrações da comunidade católica (MACHADO, 2011).

Diante da necessidade de escolarização dos filhos é comum os camponeses cobrarem do poder público a efetivação do ensino no campo. No entanto, se não são atendidos, tomam a iniciativa de construir escolas para suprir as necessidades de escolarização e vida digna no campo. Segundo Machado (2011), a formação do povoado de Araras se iniciou com a migração da família de José Alexandre da Silva, vindo de Hidrolândia-GO, no ano de 1965. Na oportunidade, a família comprou uma gleba de terras (sesmarias). A localidade era habitada por poucas famílias, tais como: as famílias Lucio Freire, Bruno Freire, Virgílio Jardim, Salomão, Tonico, Teófilo, Rufino Gomes, Joviano Freire e outras.

A referência à família do Sr. José Alexandre se deve ao fato de que seu filho, Lazaro Alexandre da Silva, doou, na década de 1980, o terreno de meio alqueire para criação do Povoado de Araras, na proximidade de um córrego com o mesmo nome. Em entrevista concedida pelo Sr. Lazaro Alexandre da Silva, camponês, morador da região do Povoado de Araras em 2019, ao Núcleo de Audiovisual do Recanto das Araras – NARA, sob coordenação do professor e morador da região Leandro Bezerra Cunha – ele falou deste processo, demonstrou sua religiosidade, o trabalho camponês e as intencionalidades ao doar o terreno para a criação do povoado.

Eu tava tocando uma roça aqui mesmo, onde é que nós tá aqui, era um arroizal. Era dia de quinta-feira, três horas da tarde eu tava limpando, eu não lembro se eu tava nessa sombra aqui, se era outra sombra, eu tava dando um forguinho nos braços e me deu na minha cabeça de fazer uma cidade aqui, aí eu prometi à Nossa Senhora Aparecida de adoar meio arqueiro de terra aqui. E aí nesse dia pra cá, eu firmei mesmo pra fazer a cidade, né? O povo aí juntando, aí eu dei meio arqueiro de terra aqui, eu quero, meu nome, minha foto, qualquer jeito que quiser. Eu quero também aqui na Arara que discípulo eu sou o fundador, porque essas pessoa que vêm nascendo

vai criando, tudo vai reparar, reconhecer e ver, né? (Entrevista Sr. Lazaro Alexandre da Silva, 2019).<sup>1</sup>

Na década de 1990 foi inaugurado o novo prédio da escola (figura 1). A denominação Bruno Freire de Andrade é uma homenagem aos primeiros moradores do povoado de Araras, especificamente ao patriarca da família Freire, pai de Terezinha Alves de Andrade (*in memoriam*), primeira professora da referida escola. Atualmente os parentes de primeiro grau ainda são funcionários na escola. A escola atende estudantes da Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II, no período matutino.

Os estudantes são de origem camponesa, pertencentes a três assentamentos de Reforma Agrária, (Assentamento 17 de Abril, Assentamento Patativa do Assaré e Assentamento Cora Coralina), assim como de trabalhadores rurais, empregados, sobretudo como peões em fazendas nas adjacências do povoado. Isso evidencia que se trata de uma escola no campo. Sendo que a criação dos Assentamentos mencionados ampliou o número de estudantes que frequentam a instituição. (Foto 1)

A realidade da escolarização no município de Faina segue a linha tênue do estado de Goiás. Segundo a Lei municipal nº 89, de 08 de setembro de 1989, foram criadas trinta e seis escolas municipais. Todas elas localizadas em áreas rurais e nomeadas conforme a denominação das fazendas locais. Em pesquisa de campo realizada em 28 de maio de 2019, para o projeto “Territórios em disputa no fechamento de escolas no campo no Estado de Goiás”<sup>2</sup>, declarações fornecidas por representante da Secretaria Municipal de Educação de Faina e por uma professora aposentada do município, além do fornecimento de documentos oficiais, permitiram compreender a situação de criação, fechamento e condições de funcionamento atual das escolas no município.

- 
- 1 Entrevista concedida do Sr. Lazaro Alexandre da Silva camponês até então morador da região do Povoado de Araras em 2019 ao Núcleo de Audiovisual do Recanto das Araras (NARA), sob coordenação do professor e morador da região Leandro Bezerra Cunha. Compõe o Documentário no Recanto das Araras, 2019. Desde o ano de 2020 Sr. Lazaro se mudou para o Mato Grosso, por decisão dos seus filhos, pois ele e a esposa estavam já debilitados.
  - 2 Projeto aprovado no âmbito da Chamada Universal pública, MCTI/CNPQ 01/2016 e coordenado pela professora Francilane Eulália de Souza. Fiz parte da pesquisa, juntamente com o professor Edson Batista da Silva, como colaborador. A pesquisa de campo foi realizada nas mesorregiões do estado de Goiás, por meio de aplicação de roteiros de entrevistas elaborados pelos pesquisadores envolvidos no projeto.

**Foto 1** – Estado de Goiás – Faina – povoado de Araras – Espaço físico externo da Escola Municipal Bruno Freire de Andrade – 2019



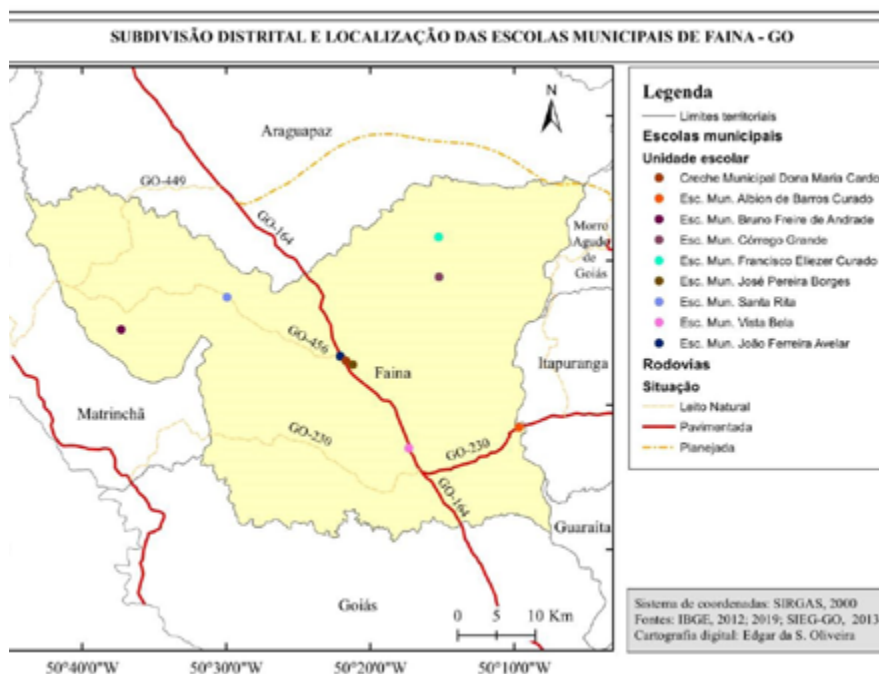
Fonte: trabalho de campo, 2019. Autor: Isaías Rodrigues Silva.

Das trinta e seis escolas criadas, conforme Lei n.º 14/89, de 08 de setembro de 1989, restaram atualmente apenas nove escolas municipais (Mapa 1), uma diminuição de vinte e sete escolas. Esse processo se deu pela nucleação de diversas unidades escolares em uma escola central, então denominada de escola “polo”. Nos anos de 2002 e 2003, esse processo integrou uma política de governo que ocorreu concomitante em outros municípios do estado de Goiás.

Dessas escolas, as localizadas na sede do município recebem alunos transportados do campo, as que estão situadas nos distritos e nos povoados têm estudantes apenas do campo, moradores dos distritos/povoados e das Comunidades Camponesas. A criação de trinta e seis escolas, conforme lei citada anteriormente e a realidade de apenas nove escolas ativas no município, aponta para redução significativa do número de escolas em funcionamento no campo.

Entre o encerramento das atividades nas escolas municipais em vista da polarização delas e o processo de legalização deste ato há uma lacuna devido à ausência de informações documentais, o que causa prejuízo ao processo de interpretação dos dados desta ação do município. É o caso da Escola Municipal Curralinho, que foi fechada em 2002 e passou a se denominar Escola municipal Bruno Freire de Andrade. Contudo, a primeira ficou caracterizada como paralisada até o ano de 2010, quando foi declarado seu fechamento.

### Mapa 1 – Estado de Goiás – Município de Faina – Mapa Subdivisão distrital e localização das escolas municipais-2021



Fonte: Silva (2021, p.73).

Um documento em que consta o fechamento de mais 13 unidades escolares foi expedido em Ofício nº 029/2018, com data de 11 de julho de 2018, relacionando as escolas fechadas e explicando que elas já constavam como extintas no Educacenso há mais de 10 anos. Isso comprova o processo moroso de legalização, estruturação e fechamento dessas escolas, ou ainda, a tentativa de camuflar esta ação que poderia ser contestada pelas comunidades camponesas.

Essas informações, fornecidas pela então representante da Secretaria Municipal de Educação de Faina, reafirmam as declarações da professora aposentada deste mesmo município, entrevistada em 04 de junho de 2019. Ela atuava na Escola Municipal Crusmalta, unidade escolar multisseriada de 1º ao 4º ano, que foi nucleada à Escola Municipal Bruno Freire de Andrade em 2002:

A Escola Municipal Crusmalta iniciou suas atividades em um rancho com bancos construídos de madeira em 1983. A escola era multisseriada de 1º ao 4º ano. Em 1990, a prefeitura municipal construiu um prédio com sala e cantina, em terreno cedido pelo dono da Fazenda Traíra. Havia inicialmente 52 alunos matriculados, tinham apenas 40 cadeiras, então era preciso fazer o revezamento. Não havia energia e a água vinha de uma cisterna. A professora era responsável, além de suas funções, pelas atividades de limpeza e lanche. Foi fundada pelas próprias famílias agricultoras, funcionários das fazendas vizinhas<sup>3</sup>.

O depoimento revela a realidade na qual as escolas no campo foram criadas, bem como suas condições de funcionamento. É evidente que a estrutura dessas escolas não oferecia condições adequadas de bom funcionamento e escolarização digna. A estrutura das escolas multisseriadas apresentava diversos elementos claramente inadequados ao processo de ensino-aprendizagem. Além disso, todas as séries estavam alocadas em uma única sala e apenas uma professora era responsável por todo o processo educacional. No entanto, como revela ainda a declaração da professora, algo que é comum no histórico das escolas que estão no campo, essas foram criadas pelos anseios dos camponeses da região e tinham como princípio escolarizar os seus membros. Destaca-se também o fato de estarem inseridas no contexto de vida desses estudantes. Agostini, Taffarel e Santos Júnior (2012, p. 315) avaliam que

As posições sobre a multisseriação são controversas, por terem a seriação como referência de lógica escolar mais adequada à aprendizagem. Há muito preconceito e desqualificação das escolas multisseriadas, porém elas são uma forma possível e necessária de organização escolar no campo e podem ser referência de qualidade de ensino se organizadas por ciclos e por princípios multidisciplinares. Isso porque toda criança tem direito a estudar próximo à sua casa e aos seus familiares. O transporte escolar é demasiado perigoso para crianças pequenas, o cansaço causado pelo mesmo é um agravante para a aprendizagem.

As escolas multisseriadas podem/devem se organizar de forma a superar a seriação e a fragmentação do conhecimento, favorecendo um trabalho por ciclos de aprendizagem. Se estão localizadas no campo, próximas das famílias camponesas, constroem e mantêm uma relação

---

3 Entrevista concedida em 04 de junho de 2019 pela professora aposentada do município de Faina, Divina Basílio Lopes.

de reciprocidade, de coletividade, de referência cultural e de organização social nas comunidades em que estão inseridas (AGOSTINI, TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2012).

Alguns dos problemas enfrentados pelas escolas no campo do município, conforme declaração da representante da Secretaria Municipal de Educação, foram sanados com as escolas polo, substitutas das escolas multisseriadas. No entanto, surgiram outros, quicá com mais impedimento para a escolarização dos camponeses, como o transporte escolar, entre outros elementos:

Deslocamento dos estudantes para a escola, há estudantes que saem de casa quatro horas da manhã e retornam somente às quatorze horas. A única alimentação recebida por muitos nesse período é o lanche. Associado a isso, o transporte escolar sofre contínuas interrupções, com defeitos mecânicos nos veículos. Ademais, a rotatividade de professores, visto a maioria serem temporários, prejudica o processo de ensino/aprendizagem. Por exemplo, na Escola Municipal Bruno Freire de Andrade, no primeiro semestre de dois mil e dezenove, as atividades de ensino da segunda fase do ensino fundamental tiveram de ser paralisadas. Visto que a interposição de ação judicial contra a Prefeitura Municipal de Faina, dado a não convocação de professores aprovados em concurso público, promoveu a demissão de todos os professores temporários <sup>4</sup>.

Santos e Sclaro (2002) atentam que a implantação do modelo das escolas Polo foi a alternativa encontrada, dentro do processo de municipalização do Ensino Fundamental, para otimização da educação nos municípios. Contudo, na verdade foi uma imposição da política neoliberal em âmbito nacional. Uma tentativa de diminuir investimentos, sem considerar a realidade dos estudantes e das famílias atendidas por essas escolas. Ademais, as famílias não foram consultadas a respeito da mudança. Como é recorrente nestas escolas, a tomada de decisão pelas famílias e estudantes e não com eles, como deveria ser. Essa realidade revela que a práxis da escolarização no município está distante dos princípios da Educação do Campo, que deve ser pensada junto com as famílias camponesas.

---

4 Entrevista concedida pela coordenadora das escolas municipais, então representante da Secretaria Municipal de Educação de Faina, em 28 de maio de 2019.

Observa-se que existe aí uma relação de poder claramente verticalizada do Estado, enquanto agente promotor da escolarização para os sujeitos do município. O Estado, portanto, assume um lugar de poder heterônomo, ao impor toda a matriz unificada de ensino para escolas que estão no campo, enquanto os camponeses são subalternizados frente o modelo de escolarização neoliberal. No entanto, embora prevaleça a ação do Estado, os camponeses incomodados com tal situação, apresentaram sua insatisfação com este modelo de ensino que lhes é imposto.

Os dados de matrículas disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, por meio do Censo Escolar, revelam as características da estrutura educacional do município de Faina, além de possibilitar análises quanto à diferenciação do atendimento escolar no campo e na cidade. A apresentação e análise dos dados dos últimos seis anos, de 2015 a 2020, teve como intento visualizar o comportamento do quantitativo de estudantes atendidos pela rede municipal de educação de Faina.

O número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, Tabelas 1 e 2, reafirma que existe atendimento de creche apenas na cidade e que os anos finais do Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, são ofertados apenas nas escolas no campo; isso porque na cidade este ciclo de ensino é ofertado pelas escolas estaduais. As crianças do campo, ao não terem acesso à creche, são tratadas de modo desigual, comparadas àquelas que residem no urbano. Nesse caso, a localização é determinante para o acesso a direitos e para reprodução da subalternização.

Dos anos de 2015 à 2020 o número de matrículas tem um comportamento semelhante, tanto nos diferentes níveis de ensino, quanto na localidade das escolas rurais e urbanas. As matrículas têm uma curva de aumento e decréscimo simultaneamente, esse é o caso das matrículas na pré-escola que no ano de 2015 foram 117 e em 2020 foram 101. Uma diminuição de 14% do número total de estudantes (Tabela 1).

**Tabela 1** – Estado de Goiás – Município de Faina – número de matrículas na Educação Infantil de 2015 à 2020

| Classificação    | Matrículas        |      |      |      |      |      |            |      |      |      |      |      |
|------------------|-------------------|------|------|------|------|------|------------|------|------|------|------|------|
|                  | Educação Infantil |      |      |      |      |      |            |      |      |      |      |      |
|                  | Creche            |      |      |      |      |      | Pré-Escola |      |      |      |      |      |
|                  | 2015              | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015       | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| <b>Rural</b>     | 0                 | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 33         | 25   | 28   | 26   | 28   | 22   |
| <b>Urbana</b>    | 28                | 41   | 45   | 35   | 41   | 31   | 84         | 82   | 87   | 95   | 85   | 79   |
| <b>Total/ano</b> | 28                | 41   | 45   | 35   | 41   | 31   | 117        | 107  | 115  | 121  | 113  | 101  |

Fonte: INEP, Censo Escolar. Acesso em: junho de 2021.

Organização: Isaias Rodrigues da Silva.

No ensino fundamental, os anos iniciais, de 1º ao 5º ano, em 2015, somou 469 matrículas, diminuindo para 398 no ano de 2020, uma diminuição de 15% do número total de estudantes. Nos anos finais do ensino fundamental o decréscimo de matrículas é ainda maior, em 2015 somavam 129 e em 2020 diminuiu para apenas 75, uma diminuição de 42% do número total de estudantes, (destaca-se que esta modalidade de ensino é ofertada apenas nas escolas no campo do município). Portanto, um índice maior ocorreu nestas unidades escolares, (Tabela 2). Esta realidade tem relação com o contexto populacional do município, que vem diminuindo. A população total de Faina, que era de 6.983 habitantes em 2010, reduziu para 6.576 pessoas em 2020 (IBGE, 2010).

**Tabela 2** – Estado de Goiás – Município de Faina, número de matrículas no Ensino Fundamental de 2015 à 2020<sup>5</sup>

| Classifi-<br>cação | Matrículas        |      |      |      |      |      |            |      |      |      |      |      |
|--------------------|-------------------|------|------|------|------|------|------------|------|------|------|------|------|
|                    | Educação Infantil |      |      |      |      |      |            |      |      |      |      |      |
|                    | Creche            |      |      |      |      |      | Pré-Escola |      |      |      |      |      |
|                    | 2015              | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015       | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Rural              | 234               | 239  | 241  | 218  | 210  | 214  | 129        | 0    | 120  | 112  | 74   | 75   |
| Urbana             | 235               | 238  | 216  | 182  | 185  | 184  | 0          | 8    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Total/ano          | 469               | 477  | 457  | 400  | 395  | 398  | 129        | 8    | 120  | 112  | 74   | 75   |

Fonte: INEP, Censo Escolar. Acesso em: junho de 2021.

Organização: Isaías Rodrigues da Silva.

Na Escola Municipal Bruno Freire de Andrade, o comportamento e a diminuição do número de matrículas, coincide com o atendimento dos estudantes de 32 famílias originárias do assentamento Patativa do Assaré, que foi constituído no ano de 2015. Conforme o livro de matrículas desta unidade escolar, o ano que obteve maior número de estudantes foi 2017, 93 matrículas no total. Entre outros fatores, podemos considerar que a diminuição gradativa do número de estudantes atendidos se deve à saída de famílias assentadas do campo. Destaca-se também o contexto da Pandemia da Covid-19, no qual muitas famílias camponesas assalariadas foram dispensadas dos seus postos de trabalho. Além disso, cerca de 8 estudantes oriundos da região do Povoado de Araras, desde 2020, optaram por estudar nas escolas em Matrinchã ou em outros municípios. Discutindo as condições gerais da escolarização no município de Faina, segue o texto com uma análise dos resultados da pesquisa com os pais e/ou responsáveis dos estudantes atendidos pela Escola Municipal Bruno Freire de Andrade.

5 A tabela do Censo Escolar disponibilizada pelo INEP em 2016 não consta o quantitativo de matrículas rurais. E apresenta 8 matrículas urbanas. Provavelmente uma falha na divulgação dos dados.

## **OS CAMPONESES E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTOS DE VIDA E PERCEPÇÕES SOBRE A ESCOLA MUNICIPAL BRUNO FREIRE DE ANDRADE**

O espaço em que os camponeses do município de Faina estão inseridos reflete contextos históricos de recreação universais, portanto, compõem as realidades vividas da questão agrária nacional, a condição de explorados pelo capitalismo e individualidades territoriais locais. Para conhecer com detalhes essas nuances, entre os dias 18 de maio e 09 de junho de 2021 foram aplicados junto às famílias camponesas onze questionários, respondidos por meio virtual.

Destes, dois questionários foram aplicados com mulheres, os demais foram respondidos pelos casais, portanto, vinte camponeses responderam aos questionamentos. As questões versaram sobre as características sociais, a origem, a produção, a organização e a concepção desses camponeses sobre o ensino que é oferecido pela Escola Municipal Bruno Freire de Andrade. A pesquisa se deu com seis famílias camponesas assentadas, três famílias camponesas da comunidade intergeracional e dois camponeses assalariados.

Considerando o quantitativo de quarenta e seis estudantes matriculados, sendo que parte destes são irmãos, então o número de questionários alcançou um universo de 30% das famílias camponesas atendidas pela escola. Este momento revelou aspectos expressivos desses sujeitos e da participação deles na escolarização de seus filhos(as). Um aspecto que chamou a atenção é que dos onze questionários aplicados, nove foram respondidos exclusivamente por mulheres e apenas dois por homens. Embora a abordagem não tenha feito distinção de gênero, esse resultado revela a assunção e o acompanhamento da escolarização dos filhos pelas mulheres camponesas.

Refletimos, dessa forma, que permanece aqui uma distinção de gênero no acompanhamento do processo de escolarização dos filhos(as) pelas mulheres. Esse papel destinado às mulheres camponesas revela manifestações de uma organização familiar patriarcal, com permanência de padrões tradicionais de organização intra e interfamiliar. É muito comum, nas atividades promovidas pela escola, como os plantões escolares e as reuniões de pais, a participação majoritária das mulheres. Geralmente os homens participam mais de momentos festivos.

Isso denota o entendimento das famílias de que a responsabilidade de acompanhar a escolarização dos filhos é das mulheres, ou mesmo que elas assumem essa tarefa desafiadora, por compreender a importância disso para a formação dos filhos camponeses. A origem dos camponeses revela que a maioria deles sempre viveram no campo ou que em algum momento da vida tiveram ligação com o campo. Desse modo, doze dos entrevistados responderam que sempre viveram no campo, cinco deles tiveram origem no campo, mas já viveram na cidade e voltaram para o campo, e somente três tiveram origem na cidade e vieram para o campo. Os camponeses intergeracionais revelam suas origens, bem como a de seus familiares. A Sra. Joana afirmou que:

[...] meu esposo sempre foi do campo, a origem dele sempre foi do campo. Ele veio do interior de Hidrolândia, [...] ele sempre viveu no campo. A família dele, os avós, a origem dele é do campo e lá de Hidrolândia. Ele tinha em torno de uns de 5 a 6 anos. O finado pai dele resolveu mais o avô vim para cá, também chegaram aqui no município, aqui de Araras, aqui desse povoado era só mato, pode-se falar que eles foram os Pioneiros.

Além da origem, as respostas revelam a relação da vida com o campo e como se deu o processo de escolarização, como constatamos no depoimento da Sra. Ana,

Eu adolescente, fui pra Goiânia pra estudar, fiquei uns anos lá e aí depois voltei pra cá e logo nos casamos e sempre nascemos aqui, né? E crescemos aqui também. Meu esposo também sempre morou aqui, só morou uns tempos em Faina, também para estudar. Porque na época, acho que a escola aqui era mais difícil, mas é isso. A nossa vida é quase que toda só aqui na roça mesmo.

A continuidade da vida desses camponeses no campo é influenciada pela escolha de ficar no campo ou estudar. A continuidade dos estudos desses sujeitos depende da migração para a cidade. Esse contexto evidencia também a relação que existe entre ser camponês e o processo de escolarização, pois os níveis de escolaridade reduzidos estão vinculados à dificuldade de acesso e a ausência de escolas no campo, não apenas a escolha e a vontade desses sujeitos. Ainda que a escolarização pouco corrobore com a recriação camponesa.

Essa realidade permanece, com mudanças diminutas, no que tange a escolarização no campo, para os estudantes, filhos(as) dos camponeses ouvidos. Então, admite-se, como hipótese, que os estudantes

trilharão os mesmos caminhos de seus pais. Os camponeses assentados, também sempre tiveram relação com o campo, portanto, historicamente participam da recriação do campesinato, ora estiveram na condição de proletários, doravante como assentados da Reforma Agrária.

Além disso, há um valor que demonstra pelo seu lugar de vida: *“Meu esposo sempre morou em fazenda com os avós. Tem muita experiência com trabalho no campo. Eu morei na cidade a vida toda. Quando me casei com 17 anos ganhamos um pedaço de terra. Desde então moramos aqui e não vejo outro lugar melhor pra viver e criar meus filhos”* (Sra. Julia). Os processos de recriação do campesinato também são impulsionados pela organização, luta e atuação dos movimentos socioterritoriais.

A Sra. Claudia revela: *“[...] a gente veio parar aqui na zona rural, através do MST, a gente entrou no acampamento e aí conseguimos essa terra aqui, já tem treze anos que a gente mora aqui”*. Misnerovicz (2015) discute a caracterização do camponês contemporâneo, considerando a realidade dos camponeses intergeracionais e os assentados. Para esse autor, o primeiro tem sua forma de recriação num processo natural e familiar, já o segundo é nomeado como “novo camponês em movimento”.

O camponês tradicional, que não acumulou experiência do modo de vida urbano, tem sua forma de recriação num processo natural e familiar. O Novo Camponês em Movimento é uma criação nova, em movimento coletivo e resultado do conflito organizado. Portanto, compõe uma fração do campesinato, porém com características próprias, de modo que muitos desses novos camponeses precisam aprender a fazer agricultura. Sua criação se dá como resultado da disputa territorial, da desterritorialização do capital representada pelo latifúndio. Ao ser criado, cria-se concomitantemente um território camponês com autonomia relativa. A partir do *habitus* urbano, já formado, tem início a formação de um *habitus* rural, mas que traz a marca do urbano no padrão e modo de vida que vai sendo recriado (MISNEROVICZ, 2015, p. 131-132).

Fazendo essa reflexão, Silva (2018) diz que a recriação do campesinato, por meio dos assentamentos de Reforma Agrária, particulariza características aos camponeses que:

[...] contém especificidades, como preponderância do modo de vida urbano. Mas a despeito de exceções, esse modo de vida não é puro. Nas suas trajetórias espaciais, podem ter assimilado aspectos do modo de vida camponês,

pela residência no campo, ou por influências do contexto de reprodução social (SILVA, 2018, p. 271).

Ademais, reflete que “[...] gerações camponesas que permaneceram na terra também não possuem o mesmo modo de vida. A difusão de ideias pelos agentes capitalistas impõe novos valores de uso, hábitos de consumo, práticas e sistemas de pensamento favoráveis à cobiça capitalista” (SILVA, 2018, p. 271). O processo produtivo e de geração de renda dos camponeses da região do Povoado de Araras tem como base a produção e a comercialização de leite. Os camponeses relatam também a criação de pequenos animais, cultivo da mandioca e produção de seus derivados. Entre os assentados é unânime a necessidade de fazer trabalhos extras para complementar a renda familiar.

Conforme a Sra. Cláudia: *“Aqui a nossa renda principal é o leite, né? A criação das vaca, né? Do leite. Os bezerros também, né? Mas só que esse fixo mensal é o leite. E o meu esposo também trabalha fora. Assim, pra poder se diz, complementar a renda, ele trabalha fora sim”*.

Além desse arranjo produtivo familiar, aparece também o acesso aos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. De acordo com a Sra. Neusa: *“A única renda que nós temos da terra é o leite. E agora nós tá num período de desmama dos bezerros. Então, aí nós buscamos ajuda fora, meu marido trabalha de pedreiro e eu tenho a Bolsa Família também, que é uma renda que ajuda muito”*.

Santos (1984) utiliza a noção de “trabalho acessório” ao referir-se ao trabalho complementar desempenhado pelos camponeses. O autor relata que é comum entre os camponeses, pois em determinadas situações há a necessidade, de um lado, de complemento de mão de obra familiar e de outro de complemento da renda. Há também os filhos dos camponeses que ora ociosos, pela idade suficiente para o trabalho, são dispensados para o trabalho acessório.

Santos (1984, p. 37) analisa que os camponeses

Não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica

particularmente valiosa para os filhos que desde há algum tempo migram para as cidades.

No processo produtivo os camponeses são donos dos meios de produção. Santos (1984, p. 54-57) diz que são “[...] mercadorias as matérias-primas intermediárias, (fertilizantes, defensivos e corretivos agrícolas) e os meios de trabalho (arame, parte das estacas, moto bomba pulverizadora, mangueira, arado de tração animal) [...]”. No uso das técnicas e dos meios de produção pelos camponeses da região há diferenciação destes pelos camponeses intergeracionais e assentados. Referenciado em Santos (1984), percebe-se que o primeiro grupo de camponeses é dono das matérias-primas intermediárias e também dos meios de trabalho, sendo que o principal deles é o trator e seus implementos.

O segundo grupo de camponeses é dono apenas das matérias-primas intermediárias. Quando precisam de serviço de trator pagam por isso e o valor é estipulado em horas/máquina. Ainda, os camponeses intergeracionais mencionam maior uso de agrotóxicos, enquanto os camponeses assentados utilizam técnicas com ferramentas manuais e adubos orgânicos. A produção dos camponeses assentados é mais diversificada se comparada ao primeiro grupo de camponeses. Entre as respostas dos camponeses intergeracionais, destaca-se a narrativa de Sra. Joana.

Sim, têm trator, faz a batida do veneno sim. Faz a plantação do silo que [é] a ração para tratar das vacas na época da seca. Compra também ração, tanto para dar para as vacas, sal, milho para as galinhas, milho para os porcos, tudo isso aqui a gente consome, aqui tem esse trabalho na fazenda sim. [...] muito de vez em quando reforma um pasto, e aí compra adubo, semente, as vezes colhe um pouco também da própria terra, né? E vacina mesmo, compra, né? Porque hoje é lei, tem que vacinar o gado é tudo. É isso. E tratorzinho é pequenininho mesmo, é só mesmo pra serviço diário mesmo.

Entre os camponeses assentados pontuam-se os argumentos da Sra. Neusa.

[...] tudo nosso aqui é comprado, vacina, remédio, ração, tudo é comprado. E aqui a gente não tem trator. Quando a gente precisa, a gente tem que contratar. Assim, nós aqui planta nossa plantação é sem agrotóxico. Única coisa que a gente compra é adubo, quando vai plantar milho, alguma coisa assim, mas eu tenho mais é coisas de horta mesmo, não uso veneno, não usa

essas coisas não. Nós têm plantação de pimenta. Nós planta a mandioca, tem plantação de limão. Nós têm 19 pés de limão e também nós cria vacas. Tem quatro vacas leiteiras, elas dá um leitinho. Nós têm umas galinhas aqui no terreiro, é isso. E aí produz as pimentas também, nós não processa ela não. Assim nós não usa nem um tipo de veneno nas nossa plantações, tudo que nós usa é orgânico. Questão de plantar é tudo braçal, não tem grana para pagar trator, vai ser no braço mesmo.

A participação em grupos organizados ou em instituições que representam os camponeses é frágil. Constatou-se que há pouco ou nenhum envolvimento em associações e/ou cooperativas, sindicatos ou em grupos informais. Entre os camponeses intergeracionais aparece a partição de duas famílias na ABRAXP. No Assentamento 17 de Abril existe uma associação consolidada. No entanto, das famílias entrevistadas nenhuma participa da associação. Duas famílias mencionam serem integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STTRs, que em Faina é extensão do sindicato do município de Goiás, como revela a declaração da Sr. Claudia.

Não, aqui a gente não participa de nenhum tipo de coisa assim. Não, aqui até tem a associação do assentamento, mas a gente preferiu não fazer parte. A gente já fez parte durante um tempo, só que não estava tendo fruto nenhum e aí a gente preferiu não participar mais. A única coisa que a gente participa é do sindicato. Mas é assim, a gente só paga mesmo a mensalidade e quase não tem participação nenhuma, a não ser quando a gente precisa deles pra alguma coisa, do Incra, e a gente precisa do sindicato.

No Assentamento Patativa do Assaré, por ter constituição recente, a associação está em consolidação, os entrevistados declaram ser associados, sendo que uma delas é membra da diretoria como secretária: “*Nós temos aqui a associação, que é Associação dos Agricultores Rurais do Assentamento Patativa do Assaré – ARAPA, eu sou secretária nessa associação*” (Sra. Neusa). Os assentados revelam ainda a participação em um grupo informal mobilizado pelo Movimento Terra Livre, denominado de “*Mulheres Jacinta Passos*”. Segundo a assentada,

Nós tínhamos também o grupo de mulheres Jacinta Passos, que era do movimento Terra Livre. Só que o movimento Terra Livre afastou do assentamento. O Jacinta Passos é uma organização de mulheres que mexe com artesanato. Quando tem alguma feira, como a Agro Centro-oeste familiar a

gente vai, leva nossos produtos artesanais e da produção de outras famílias, como doces. Aí a gente representa o assentamento.

Verificamos que o processo organizacional em grupos é mais presente nos assentamentos. No entanto, a frágil presença dos movimentos socioterritoriais pós-acampamento, como revela as respostas dos assentados, é desfavorável aos processos de reafirmação da luta dos camponeses na terra. Essa conjuntura organizacional dos camponeses também reflete nas leituras sobre a lutas de classes, bem como na maneira que lidam com a educação. Consideramos que os movimentos socioterritoriais como o MST são fundantes no processo de formação, sua importância é fundamental no processo reflexivo e na produção da Educação do Campo.

A ausência dos mecanismos organizacionais no território pode ser um determinante para alienação dos camponeses e para o consequente conformismo com a escolarização que é ofertada no campo. Nessa perspectiva, se questionou aos camponeses acerca do ensino que a Escola Municipal Bruno Freire de Andrade desenvolve, se este oferece perspectiva de vida aos seus filhos e a respeito da compreensão sobre as possibilidades de permanecerem no campo ou irem para a cidade. Eles consideram a escolarização dos filhos importante, mas revelam de forma esporádica a participação da escola no processo decisório de permanecerem no campo ou irem para a cidade. Ainda demonstram que parte dos estudantes tem pretensão de se formarem em áreas das ciências agrárias, o que denota a possibilidade de permanecerem no campo, como declaração da Sra. Joana.

Acredito que o ensino na escola é de grande importância para o futuro de nossos filhos. Tanto na cidade quanto no campo, acho muito importante o estudo. No campo é um ótimo lugar pra viver, porém é trabalhoso. Mas deixo a escolha pra eles, se eles quiserem se formar para veterinário ou agronomia, vamos dar todo apoio. Mas se quiserem se formar em direito ou enfermagem, da mesma forma. O que acho importante é investir nos estudos para terem uma vida mais tranquila no futuro e um bom salário.

Do mesmo modo explica a Sra. Neusa: *“Eu acredito que contribui. É tanto que um dos meus filhos quer fazer agronomia. Quer fazer agronomia pra continuar aqui, pra não ter que ir pra cidade, pra ter que trabalhar por aqui mesmo, na região onde ele mora”*. Por outro lado,

há estudantes que as famílias acreditam que a pretensão deles é ir para a cidade, ou mesmo que ainda não se decidiram. *“Acredito que vai acabar incentivando o estudo dele, eu acredito que vai incentivar ele [ir] pra cidade”* (Sra. Julia). *“Eles não vão fica aqui, todos querem ir embora”* (Sra. Cleusa).

Foi solicitado aos camponeses, a partir da percepção sobre o ensino oferecido pela escola, fazerem uma avaliação e sugerir melhorias caso entendessem essa necessidade. A intencionalidade foi obter elementos que estivessem relacionados com o ensino no campo, as possibilidades, os anseios das famílias para o atendimento dos estudantes no campo. No entanto, os camponeses avaliam questões estruturais do ensino, mas não há menção a elementos que direcionem o ensino de uma escola que atenda as especificidades do campo e dos camponeses.

Também compreendem que a escolarização está relacionada com a meritocracia. Portanto, para os camponeses nada tem a ver com a diferenciação de classes, como manifestam a Sra. Julia e a Sra. Joana, respectivamente: *“Não vejo problemas no ensino da escola de Araras. Até porquê quando o aluno quer ele consegue o conhecimento que ele precisa”*. Além disso, afirma: *“Em termos de ensino eu estou feliz com a escola. Os professores são bem preparados, bem formados. Eu estou feliz, eu agrado. E o que eu gostaria melhorar da nossa escola, era uma estrutura física, um espaço melhor para os nossos alunos”*. No depoimento da Sra. Neusa, há uma avaliação importante no que diz respeito ao ensino oferecido pela escola.

Eu gosto bastante do ensino da escola de Araras. Mas, pra mim, ela poderia sim melhorar e muito, principalmente nessa questão a qual duas séries em uma sala, isso eu nunca concordei. Desde o começo que meus filhos começaram lá, eu nunca concordei com isso. Porque eu acho muito ruim o aprendizado assim, igual eu acompanho desde o começo meus filhos, um deles entrou na escola mesmo com cinco anos, hoje ele está com dez. Então assim, desde o começo que ele entrou na escola de Araras, eu acompanho essas aulas duplas e não é fácil numa sala só. E tem muitas atividades que são iguaizinhas, tipo, quarto, quinto ano tem atividades que são iguais. É primeiro e segundo ano, atividades que são iguais, porque não tem como fazer diferente. E o horário também por nós ser da zona rural. Então assim, tem a questão que os meus filhos acorda aqui é quatro e meia da manhã pra ir pra escola, aí anda essa distância toda e vai pra escola, chega na escola cansado. Muitas das vezes dorme dentro da sala de aula. Então, assim, a

escola ideal pra mim seria uma escola que não tinha duas séries junto, uma escola que meus filhos pudesse entrar normal, né? Sem acordar tão cedo pra não ficar com a mente cansada e ter melhor aproveitamento no ensino.

Constatam-se duas realidades estruturais no ensino da escola pesquisada que, avaliadas pela camponesa, são entraves no processo de escolarização. A primeira fase do Ensino Fundamental na Escola Municipal Bruno Freire é organizada com duas turmas em uma única sala, o chamado “agrupamento”, além do fato de que o mesmo professor atende ambas as turmas. Esta realidade é justificada pelo município como consequência do pequeno número de estudantes por ano escolar.

Também é determinada pelo número de salas na escola, que são insuficientes para separar essas turmas. Na verdade, uma imposição do Estado, para contenção de investimentos. Esta realidade limita a propositura de um ensino de qualidade para os estudantes. A segunda questão apontada diz respeito ao horário na escola, as aulas iniciam as 07h e vão até 11h25min. Os estudantes que residem em locais distantes e dependem do transporte escolar precisam acordar cedo para chegarem à escola. O que se observa é que essas nuances apresentadas pelas famílias são recorrentes e não são discutidas no âmbito do ensino oferecido. Portanto, neste contexto os anseios das famílias são desconsiderados. Também são levantadas pelos camponeses a problemática do transporte escolar:

Então, particularmente não tenho nada que reclamar da escola de Araras. Pra mim ela é muito boa, os professores são muito bons, eu não tenho nada que reclamar do ensino. A única coisa que eu tenho de reclamação [é] do transporte escolar, que deixa muito a desejar. As crianças ficam muito prejudicada pelo fato do transporte faltar muito (Sra. Maria).

A resposta de uma assentada avalia a escola como ruim, além do transporte cita a distinção entre os estudantes do povoado com os assentados. *“Eu não acho a escola de araras boa não. A questão para começá, o transporte que custa vim buscá a menina minha que estuda aí. E também tem descaso no tratamento que nós mora no assentamento. Também é aí a preferência das pessoas que moram aí, com a da nossa aqui”* (Sra. Cleusa). Essa camponesa assentada, que ressalta a diferenciação no tratamento dos estudantes camponeses assentados com os intergeracionais, embora seja a única que faz essa consideração, merece

atenção. Há um descontentamento em relação ao tratamento, ou mesmo à escolarização oferecida aos assentados.

Se existe distinção no tratamento destes sujeitos, as raízes desta podem estar arraigadas no preconceito histórico, na estigmatização dos camponeses sem terra. De fato, os filhos dos assentados sofrem preconceito nas relações interpessoais na escola. Isso é constatado em diversos momentos, tanto entre os estudantes, quanto por parte de alguns servidores, que os responsabilizam pela condição social. Negligenciam, portanto, o contexto histórico-social em que esses sujeitos estão inseridos. No entanto, há momentos em que os estudantes assentados rejeitam essa condição em que são colocados e se reafirmam enquanto sujeitos de direitos.

As análises apresentadas nesta sessão deram conta de que o *habitus* de classe das famílias camponesas tem reflexos no ensino que é oferecido pela Escola Municipal Bruno Freire de Andrade. Em contraposição, a avaliação das famílias camponesas aponta para a necessidade de a escola adotar uma postura que considere o olhar das famílias camponesas. Consideramos que as famílias camponesas demandam uma escola que prepare mão de obra qualificada tanto para o trabalho urbano quanto rural, priorize melhorar as condições socioeconômicas de existência dos estudantes em detrimento da qualidade de vida no campo. Distanciam, portanto, do sentido da escolarização proposto pelo projeto de Educação do Campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos *a priori* que a recriação do campesinato acontece pela articulação de diversos fatores. Não é, portanto, responsabilidade única da escolarização, seria um fardo pesado demais para ser carregado. No entanto, entendemos que a escolarização pode desempenhar um papel importante para o sucesso da recriação do campesinato. É com essa finalidade que discutimos a práxis de escolarização realizada no município de Faina.

O estudo do histórico e das territorialidades da Escola Municipal Bruno Freire de Andrade, bem como dos sujeitos camponeses atendidos pela unidade escolar reafirmou sua condição de escola no campo.

No território do município de Faina e do Povoado de Araras é eminente a luta de classes no campo e não é diferente na práxis de escolarização da educação nas escolas no campo deste município. A opção em aderir ao modelo de escola urbana do Estado para as escolas no campo, evidência o controle deste território na perspectiva neoliberal, que aliena, explora e expropria os camponeses.

Dessa forma, a escolarização no campo no município de Faina é controlada pelo projeto de campo do Estado, que se aproxima do agro-negócio, resultando em escolas desterritorializadas da realidade camponesa, reforçando assim a dualidade entre campo e cidade. O campesinato plural que compõe os sujeitos da região do Povoado de Araras, em Faina, explorados, reafirmam sua resistência e recriação no âmbito do capitalismo. No entanto, a ação do capitalismo os torna individualistas, suas organizações inexistentes ou fragilizadas para mobilização e luta por uma educação que atenda as perspectivas do campesinato.

A práxis de escolarização, realizada pela Escola Municipal Bruno Freire de Andrade, permite obter leituras ilustrativas de que a escola está desterritorializada da realidade vivida pelos camponeses. Não há espaço para participação, discussão, apresentação das vontades e intencionalidades que os camponeses têm para a escolarização de seus filhos. Os documentos oficiais da escola e o currículo escolar não reconhece a realidade dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Interpretamos dessa forma, que a efetivação da Educação do Campo neste município não ocorrerá por iniciativa do Estado, como não ocorreu em âmbito nacional e estadual. A produção e a efetivação da práxis da Educação do Campo sempre foi iniciativa das organizações e movimentos socioterritoriais do campo, preocupados com a recriação camponesa.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Taffarel.; SANTOS Júnior. Escola Ativa. In: AGOSTINI, Taffarel.; CALDART, R. S. *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Participar-pesquisar*. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org). *Repensando a pesquisa participante*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAINA(GO). *Site oficial Prefeitura*. 2019. Disponível em: <https://www.faina.go.gov.br/pagina/165-historia>. Acesso em: 09 jun. 2019.

IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. ISSN 0103-6157. Rio de Janeiro, 2006. p. 33.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar, 2015-2020*. Brasília: MEC, 2020.

MACHADO, Gleice. *Nas asas da esperança: a história de dor e resistência da comunidade de Araras*. Goiânia: 2ª edição Kelps, 2011.

MISNEROVICZ, José Valdir. *A Territorialização do Capital e os Novos Sujeitos da Questão Agrária brasileira na Contemporaneidade*. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Goiânia: 2015.

SILVA, Edson Batista da. *Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente (1970-2015)*. 525f. Tese (Doutorado em Geografia), Goiânia – Goiás: 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2ª ed; São Paulo: Ed HUCITEC; 1984.

SANTOS, L C e SCOLARO, A (Org). *História Religiosidade e Cultura: Comunidades do Município de Goiás*. Goiânia: UCG, 2002.

# A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MARINS  
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

O estado do Mato Grosso, com pouco mais de 3 milhões de habitantes, é o terceiro maior estado brasileiro em extensão territorial – 903.207,019 km<sup>2</sup>, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Retratado nas mídias como um expoente do agronegócio, esse estado tem, com frequência, sua economia “celebrada” a partir de índices de produção e receita fiscal. Em 2019, o Produto Interno Bruto – PIB de Mato Grosso atingiu R\$ 142,12 bilhões, resultando em PIB *per capita* próximo aos R\$ 40.000, o sétimo maior do país (IBGE, 2021).

Na Geografia Agrária brasileira há um vasto repertório de pesquisas que revelam as bases predatórias – do trabalho e da natureza – sobre a qual se sustenta o modelo do agronegócio no Brasil. Essas bases mantêm na subalternidade milhões de brasileiros.

Diante das contradições apontadas, parece-nos uma tarefa ética posta ao intelectual, interpelar o caráter desigual do modelo de desenvolvimento vigente. E a investigação no campo educacional apresenta-nos como uma das chaves de compreensão deste modelo.

Qual a ordem espacial subjacente à espacialidade do fenômeno educacional no estado do Mato Grosso? Há um investimento proporcional ao do agronegócio em instituições que têm por objetivo garantir ao cidadão a promoção de seus direitos? Os planos nacionais e estaduais

de Educação, que têm a equidade social e espacial como um dos princípios norteadores, assumem a primazia das políticas públicas do estado? Qual o peso de políticas que visam o desenvolvimento intelectual da população, promovendo a inclusão do seu povo (em especial as camadas mais pobres) na cultura, nos esportes, na política, na cidadania e no mundo do trabalho?

Estas questões guiam um processo que culminará em uma dissertação de mestrado no campo da “Geografia da Educação”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina. Aqui, porém, limitamo-nos a apresentar um panorama dos principais temas, grupos e instituições situadas em Mato Grosso, que têm entre suas preocupações a relação entre a produção do espaço e a educação, no sentido de traçar um estado da arte deste emergente campo de pesquisa.

## **A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

Na fronteira entre Geografia e Educação situam-se diferentes campos de pesquisa. Giordani (2020) identifica, ao menos, quatro: Ensino de Geografia, Educação Geográfica, Geografia Escolar e Geografia da Educação. O primeiro trata, majoritariamente, de aspectos metodológicos do ensino; o segundo, envolve outras modalidades de educação, destacando o desenvolvimento de uma inteligência ou sensibilidade geográfica nos processos de socialização; o terceiro, volta-se ao estudo dos processos e agentes que incidem sobre a escola; o último reúne um conjunto de pesquisas interessadas na espacialidade do fenômeno educacional.

Gomes e Serra (2019) definem a Geografia da Educação (GdE) como

[...] um conjunto de trabalhos dedicados ao estudo e à especulação sobre as causas e formas de entendimento do fenômeno da dispersão em relação às redes, lugares, objetos e ações educacionais. Dito de outra forma, trata-se a GdE de um campo da Geografia, em interface com a Educação, que tem por característica a reunião de temáticas aparentemente preocupadas em responder sobre os porquês que envolvem a localização de práticas, objetos e arranjos relativos à educação, seja qual for a sua modalidade – formal ou não formal –, considerando os seus respectivos efeitos dentro da rede na qual esses elementos estão inseridos. (GOMES e SERRA, 2019 p. 15).

Segundos tais autores, a emergência da GdE enquanto um campo remete às décadas de 1970/1980, na Grã-Bretanha. Os sociólogos foram os pioneiros em sua conformação, diante da “virada espacial” que revelou o geográfico como fator condicionante dos fenômenos sociais. Nas décadas seguintes, despontaram os primeiros trabalhos de geógrafos e geógrafas.

A denominação de um campo de pesquisa não supõe, todavia, uma homogeneidade de temas, escalas e arcabouço teórico-conceitual.

Segundo o britânico [Chris Taylor], com base nas publicações existentes e em vista dos fenômenos que emergiam na primeira década do século, os geógrafos da educação poderiam considerar a existência de, ao menos, quatro níveis escalares para pesquisas em GdE [Geografia da Educação]: (a) *uma geografia dos locais de aprendizagem*, que diz respeito a temas como a “geografia da sala de aula”, a “geografia da escola”, a “geografia das crianças e os seus espaços” e a “geografia da acessibilidade e inclusão na escola”; (b) *comunidade de alunos / bairro*, o que inclui desde pesquisas que podem tratar do papel educativo do bairro, por exemplo, a outras que retomam a tradição sociológica da relação escola-entorno; (c) *região local*, na qual os trabalhos que operam sob essa lógica atentam-se, especialmente, ao papel dos governos locais na oferta educacional e suas diferenciações segundo o espaço; (d) *internacional*, nível escalar em que a abordagem geográfica comparada, tal como aquela desenvolvida por Colin Brock, atenderia pelas suas principais preocupações. (GOMES E SERRA, 2019 p. 10).

Simultaneamente à sistematização da GdE na Europa, vivia-se no Brasil uma revisão crítica do estatuto da ciência geográfica: o Movimento de Renovação. E o ensino de Geografia não passara ao largo. Desde então, um conjunto crescente de pesquisadores interpe-lam o ensino/educação mediados por categorias que lhes relevam as perspectivas políticas e ideológicas.

Parte-se do pressuposto de que há um “plano de dispersão” (GOMES, 2009), ou uma “lógica distributiva” (SANTOS, 2002) escamoteada na aparência das coisas, passível de ser desvendada e graficamente representada. Cabe à GdE esquadriñar a ordem espacial subjacente ao fenômeno educacional. Essa é a condição para se compreender os sentidos das localizações das escolas, dos estudantes, dos professores

e das ações. A localização enquanto condicionante da identidade dos agentes e da dinâmica dos processos educacionais.

Ao revelarem o caráter desigual da espacialização dos objetos, sujeitos e práticas educativas, geógrafos da educação aproximam o debate da produção do espaço – urbano e rural – da sociedade e da política. Espaço, sociedade e política que, por sua vez, compõem o currículo escolar. Na GdE produz-se, portanto, conhecimento que retroalimenta o currículo, afinal:

[...] como pode a Geografia escolar ignorar o fato de uma criança ser morta por uma bala perdida no pátio da escola em um bairro pobre do Rio de Janeiro? Qual a distância entre a Geografia que se ensina e a captura dos jovens pelos smartphones? Por acaso, o aumento acelerado do número de pessoas morando nas ruas das metrópoles brasileiras não está no raio das preocupações da Geografia nas escolas? As políticas de educação não são, também, políticas territoriais, não possuem dimensão espacial? Não é uma abstração, quase um dogma, considerar a sala de aula como um espaço acabado, isolado do mundo, ao ponto de ser possível propor uma Geografia única a ser ensinada, em qualquer bolha desse tipo? Tais questões são, de fato, enfrentamentos da realidade que mobilizam elementos práticos e teóricos. Não são “conteúdos de ensino de Geografia”, pois são mais do que conteúdos. São demandas de pesquisa, questões que precisam ser complexificadas, mais do que transformadas em respostas para depois se converterem em conteúdo de currículo inerte. (GIORDANI, 2020 p. 275)

O aspecto recente e difuso da GdE impede que se realize um traçado rigoroso do seu estado-da-arte no Brasil. Nota-se a incipiente produção com menção à GdE na busca em bancos de teses, dissertações, periódicos, anais de eventos, diretórios de grupos de pesquisa. Daí a necessidade de se considerar “os trabalhos já desenvolvidos e que não necessariamente se identificam ou se localizam como pertencentes ao campo” (GOMES e SERRA, 2019 p. 17). Essa premissa orientou a compilação e análise das produções acerca da espacialidade do fenômeno educacional no estado do Mato Grosso.

## CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

### Os procedimentos metodológicos

Realizou-se um levantamento de trabalhos e grupos de pesquisa em plataformas oficiais de instituições públicas que fomentam a qualificação profissional e promovem pesquisas de cunho científico no estado de Mato Grosso. Foram elas:

- Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;
- Banco de dados da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT;
- Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
- Biblioteca Eletrônica Científica *Online* – *Scielo* e *Google Acadêmico*.

No diretório do CNPq procedemos de uma busca a partir de termos presentes no “nome do grupo”, na “linha de pesquisa” e nas “palavras-chave”. Os termos informados foram: ensino, escola, educação e políticas educacionais. Os resultados quantitativos foram agrupados segundo áreas do conhecimento e, em seguida, analisados aspectos locais e qualitativos dos grupos vinculados à Geografia.

A busca realizada na UFMT se deu por meio do acesso ao *site* da Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPeq, que disponibiliza os projetos que podem ser acessados através de um *link*, no qual o arquivo em formato XLS (Excel) é baixado. Nele, é possível explorar todos os projetos de pesquisa que foram realizados por essa instituição, bem como aqueles que estão em andamento. As informações contidas na planilha indicam o título, orientador(a), campus, departamento ou diretoria responsável, além do período de vigência dos trabalhos. Com base nos dados quantitativos, utilizou-se a ferramenta de busca por palavra-chave a partir dos seguintes termos: Educação, Ensino e Escola. Dessa forma, os resultados gerados foram alocados segundo aspectos qualitativos dos trabalhos ligados à Geografia.

Não se realizou a busca na Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, pois a instituição informa apenas os grupos de pesquisa – os quais já serão catalogados na busca do CNPq.

No catálogo de teses e dissertações da CAPES, procedeu-se de uma busca a partir dos mesmos termos, acrescidos da base territorial (Mato Grosso). Intencionou-se localizar as principais instituições em que as pesquisas acerca da Geografia da Educação mato-grossense (ainda que não se denominem como tal) foram/são desenvolvidas, e quais os temas recorrentes.

Por fim, realizou-se a busca por periódicos na Biblioteca Eletrônica Científica *Online* – Scielo. Dado o volume de publicações e a impossibilidade de estabelecer um recorte espacial (apenas temático), reduziu-se a amostra limitando-a em três anos – 2019 a 2021 –, à modalidade “artigo” e às coleções publicadas no Brasil. Procedeu-se da busca a partir dos termos “educação” e “Mato Grosso”.

Os mesmos termos foram utilizados na pesquisa no *Google Acadêmico*. A dinâmica desta plataforma não permite, entretanto, restringir a busca pelo conjunto integral de palavras-chave informadas no campo de pesquisa. Ao contrário, a plataforma reúne os trabalhos que fazem menção a qualquer uma das palavras, multiplicando o volume de produções. Diante disso, restringiu-se a busca ao ano de 2022, com foco nas primeiras páginas dos resultados.

## ÁREAS DO CONHECIMENTO, IES E TEMAS RECORRENTES

O fenômeno educacional encerra distintas dimensões, tais como social, econômica e geográfica. Impossível seria traçar uma cartografia de toda a produção científica brasileira acerca da Educação. Por isso, a importância dos recortes, das amostras e da busca por índices.

Entre os grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq, situados no estado do Mato Grosso, 55 mencionam a “escola” no nome do grupo, nas linhas de pesquisa ou nas palavras chave. Para a “Educação”, o número alcança 183 grupos. Quanto ao “ensino”, totalizam 134. No que tange às “políticas educacionais”, apenas 20. Nenhum resultado foi encontrado na busca por “Geografia da Educação”.

Educação indígena, quilombola e campesina, gênero, infância, inclusão, currículo, meio ambiente, formação de professores, corporeidade, ludicidade, material didático, etnoconhecimento, novas tecnologias e gestão educacional são temas que circulam entre as centenas de grupos pertencentes, em sua maioria, à área da Educação. Pontualmente, participam outras áreas do conhecimento como Educação Física, Medicina, Geografia, História, Economia, Linguística, Ciências da Computação, Psicologia e Ecologia.

A partir deste levantamento, e estabelecido o recorte para a Geografia, elaborou-se o Quadro 1.

A princípio, identificou-se dois focos de pesquisa geográfica da realidade educacional de Mato Grosso: 1. Cuiabá, onde se destaca a UFMT com pesquisas no campo do “Ensino de Geografia” (aspectos metodológicos e formação de professores); 2. Rondonópolis, com pesquisas aplicadas à educação ambiental.

Chamou-nos atenção a versatilidade do grupo “Território Educativo e Escolarização”, coordenado pelo professor Marco Antônio Pagel, da Universidade do Estado do Mato Grosso (Cáceres). Dos grupos mapeados, esse apresenta a maior variedade de temas de interesse (ensino, escola e políticas educacionais).

A tese de doutorado de Pagel (2020), defendida no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, sublinhou três tendências que confirmaríamos em nosso levantamento nos demais bancos de dados: 1. A força das Ciências Sociais como matriz da investigação de temas de interesse da “Geografia da Educação”; 2. A Educação Ambiental como expediente pedagógico prioritário nas pesquisas fora do âmbito do “ensino de Geografia”; 3. O Sul e o Sudeste brasileiros como centros de formação dos professores/pesquisadores da realidade educacional mato-grossense.

**Quadro 1** – Grupos de pesquisa em Geografia situados no estado de Mato Grosso, segundo palavras-chave (CNPq, 2022)

| Ensino (6)                                                                             | Escola (3)                                                                                            | Educação (4)                                                                   | Políticas Educacionais (1)             |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Elaboração e Ensino de Material Didático em Geografia e Cartografia Escolar – EnsiGeCE | Elaboração e Ensino de Material Didático em Geografia e Cartografia Escolar – EnsiGeCE                | Análise Ambiental, Gestão Territorial e Educação Ambiental – AGETEA            | Território Educativo e a Escolarização |
| UFMT (Cuiabá)                                                                          | UFMT (Cuiabá)                                                                                         | UFMT (Rondonópolis)                                                            | UNEMAT (Cáceres)                       |
| Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA         | Núcleo de Estudos e Pesquisa em Formação Docente, Saberes e Práticas de Ensino de Geografia – NEPEGEO | Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA |                                        |
| UFMT (Cuiabá)                                                                          | UFMT (Cuiabá)                                                                                         | UFMT (Cuiabá)                                                                  |                                        |
| Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia – SERPEGEO                        | UFMT                                                                                                  | Planejamento, Ambiente e Educação Ambiental – PLANEA                           |                                        |
| UNEMAT (Cáceres)                                                                       | UFMT (Cuiabá)                                                                                         | UFR (Rondonópolis)                                                             |                                        |
| Sociedade, Ambiente, Representação e Educação – SARE                                   | Território Educativo e a Escolarização                                                                | Sociedade, Ambiente, Representação e Educação – SARE                           |                                        |
| UFMT (Cuiabá)                                                                          | UNEMAT (Cáceres)                                                                                      | UFMT (Cuiabá)                                                                  |                                        |
| Território Educativo e a Escolarização                                                 |                                                                                                       |                                                                                |                                        |
| UNEMAT (Cáceres)                                                                       |                                                                                                       |                                                                                |                                        |

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, 2022.

No catálogo de teses da CAPES, estabelecidos os devidos parâmetros de busca, foram identificados 17 trabalhos, todos vinculados à área de Educação e em diferentes localidades. Desse total, 3 teses foram produzidas no âmbito da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Presidente Prudente; 1 na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; 3 na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; 4 na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; 1 na Universidade Estadual Paulista – UNESP; 3 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; e 2 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Dessa forma, verificou-se que 76% das teses produzidas sobre a Educação de Mato Grosso estão vinculadas a instituições do Sul e Sudeste.

A pesquisa no banco de dados da UFMT resultou em centenas de projetos, compreensível diante do caráter polissêmico dos termos “educação”, “ensino” e “escola”. Diante da amplitude dos resultados e a impossibilidade de tratamento dos dados no contexto desta pesquisa, utilizou-se um recorte temporal: os projetos em vigência ou cujo prazo se encerra em 2022.

**Quadro 2** – Projetos de pesquisa da UFMT, segundo palavras-chave (2022)

| <b>Título</b>                                                                                                                                                      | <b>Campus<br/>Localidade</b> | <b>Vigência</b>          | <b>Departamento/<br/>Unidade</b>                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------------|
| A culturalidade africana na dinâmica miscigenica da América Latina e Caribe: uma questão e problema da educação e semiótica na dimensão pedagógica do cinema negro | Cuiabá                       | 01/08/2020<br>31/08/2022 | Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação |
| Trabalho, educação e cultura: múltiplas determinações e dimensões da produção da existência dos povos e comunidades tradicionais                                   | Cuiabá                       | 01/01/2021<br>31/12/2023 | Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação |

| <b>Título</b>                                                                                                                                       | <b>Campus<br/>Localidade</b> | <b>Vigência</b>          | <b>Departamento/<br/>Unidade</b>                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| As relações étnico-raciais e a educação                                                                                                             | Cuiabá                       | 30/07/2021<br>30/07/2022 | Departamento de Ensino e Organização Escolar                         |
| A educação ambiental nos espaços formais e não-formais de aprendizagem no município de Barra do Garças                                              | Barra do Garças              | 05/05/2022<br>05/05/2025 | Diretoria do Instituto de Ciências Exatas e da Terra – CUA           |
| Educação e Geografia: as tecnologias e os recursos didáticos no ensino espacial                                                                     | Barra do Garças              | 15/04/2022<br>31/03/2024 | Diretoria do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – CUA           |
| Ensino e aprendizagem de figuras planas e espaciais nos anos iniciais do ensino fundamental: um olhar à desconstrução dimensional das formas        | Sinop                        | 03/05/2022<br>02/05/2022 | Diretoria do Instituto de Ciências Naturais, Humanas e Sociais – CUS |
| A linguagem cartográfica e as suas aplicações no ensino da geografia escolar: a elaboração e a leitura de representações espaciais                  | Barra do Garças              | 01/05/2020<br>30/04/2022 | Coordenação de Ensino de Graduação em Geografia do ICHS – CUA        |
| Elementos da geodiversidade mato-grossense: potencial para o geoturismo e para a prática de ensino em geografia                                     | Cuiabá                       | 01/04/2022<br>31/03/2025 | Departamento de Geografia                                            |
| Educação e geografia: as tecnologias e os recursos didáticos no ensino espacial                                                                     | Barra do Garças              | 15/04/2022<br>31/03/2024 | Diretoria do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – CUA           |
| Ensino de relevo e geografia: uma proposta de identificação e caracterização de Pontos Geográficos Locais – PGL na planície do pantanal e arredores | Cuiabá                       | 09/05/2022<br>09/05/2025 | Departamento de Geografia                                            |

| <b>Título</b>                                                                                             | <b>Campus<br/>Localidade</b> | <b>Vigência</b>          | <b>Departamento/<br/>Unidade</b>                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------------|
| Etnosaberes: perspectivas e desafios para formação de professores atuantes em educação escolar quilombola | Cuiabá                       | 15/04/2019<br>15/04/2022 | Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação |

Fonte: PROPeq/UFMT.

Dos 11 projetos em andamento, mais de 50% estão sediados na capital, Cuiabá. Apenas dois estão vinculados ao Departamento de Geografia, circunscritos às práticas de ensino. Destacam-se o Departamento de Educação e os Institutos de Ciências Humanas, Sociais, Naturais e Exatas. Entre os temas, destacam-se: educação ambiental, populações tradicionais, educação indígena e quilombola, cartografia e relações étnico-raciais.

Na *SciELO*, a partir dos recortes temático (educação, Mato Grosso) e temporal (2019 a 2021), deparou-se com 36 artigos. Destes, a maioria publicada em periódicos da Educação, apenas 1 em periódico da Geografia. Sobressaem temas como a questão indígena, ensino em assentamentos rurais, escolas do campo, educação ambiental, expansão da pós-graduação, inclusão no ensino superior, currículo e tecnologia educacional.

A pesquisa realizada no Google Acadêmico revelou produções com temas similares aos supracitados. Notou-se que o termo “educação” acolhe um conjunto de trabalhos em que os aspectos metodológicos têm primazia. Daqueles que destoam desta perspectiva, destaca-se uma dissertação de mestrado defendida no Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da UNICAMP. De autoria de Franciele Nates dos Santos (2020), o trabalho intitulado *Eficiência dos Gastos Públicos em Educação no Estado de Mato Grosso: uma investigação através da análise envoltória de dados*, oferece elementos potentes para se interpelar a espacialidade da educação. A partir de variáveis como o custo por aluno, a despesa municipal corrente em educação, o número de escolas, professores e alunos, e as notas obtidas no SAEB, timidamente se revela uma Geografia da Educação mato-grossense na qual o Centro e Norte mato-grossenses apresentam melhores índices

educacionais (ainda que tais índices sejam questionáveis), em contraste com o Sudoeste e Nordeste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fronteira entre Geografia e Educação, repete-se, entre as instituições situadas em Mato Grosso, a hegemonia do campo “Ensino de Geografia”, ou seja, dos trabalhos que exploram a dimensão metodológica do ensino, debatendo o currículo, a formação e as práticas docentes, materiais didáticos. Acerca da espacialidade da educação, encontrou-se mais subsídios em outras áreas do conhecimento.

Apesar de tal hegemonia, cresce a quantidade de produções que extrapolam a questão metodológica. É notável, por exemplo, a expansão das pesquisas das realidades indígenas, quilombolas e camponesas (assentamentos rurais), num movimento entre a Educação do Campo e a Educação Ambiental. Na taxonomia proposta por Chris Taylor, poderíamos situar estes trabalhos no nível escalar da “comunidade de alunos/bairro”.

A inclusão de Pessoas com Deficiência – PcD, nos níveis básico e superior, está também entre as preocupações de uma gama considerável de pesquisadores. O mesmo acerca das políticas educacionais, presentes e passadas. Nessa perspectiva, foram encontradas pesquisas que se debruçam sobre a gestão dos governos municipais, situando-se, assim, no nível escalar da “região local”.

Poucas são as pesquisas que mobilizam a escala “internacional”, sobretudo com a utilização de métodos comparados. Todavia, textos como o de Medici et. al. (2020) explicitam uma análise global da educação, destacando aspectos geográficos (ou locais). Os autores problematizam, entre outras coisas, o impacto da militarização de uma escola, no interior de Mato Grosso, nos itinerários de estudantes.

Em suma, há uma diversidade de temas/problemas correlatos ao campo da Geografia da Educação que já figuram entre as produções existentes acerca da educação em Mato Grosso: a discrepância entre o *status* deste estado na produção agropecuária e os índices educacionais; a militarização das escolas; o fechamento de escolas urbanas e rurais; a educação indígena, quilombola e camponesa; a Educação Ambiental;

a expansão e interiorização do Ensino Superior; a inclusão das Pessoas com Deficiências etc. Entretanto, ressalta-se o caráter minoritário desses trabalhos na Geografia e a incipiente atenção atribuída aos aspectos locais da escola e dos sistemas educacionais.

## REFERÊNCIAS

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Painel de informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Directório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes*. Consulta parametrizada. Disponível em: [http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta\\_parametrizada.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf). Acesso em: 26 jun. 2022.

GIORDANI, Ana C. Reverberações das fronteiras entre a Geografia e a Educação. LIMONAD, Elias.; BARBOSA, Jorge Luiz (org.). *Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

GOMES, M. V. Palestra – *Diferenças entre a Geografia da educação e a Educação Geográfica*. Youtube, 29 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xy4690uredg>. Acesso em: 22/05/2022.

GOMES, M. V.; SERRA, E. (2020). Por que falar sobre geografia da educação?. *Giramundo*: Revista de Geografia do Colégio Pedro II, 6(12), 7-21.

GOMES, Paulo César. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. MENDONÇA, Francisco de Assis.; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza.; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar – 2021*. MEC. Brasília, 2022. Disponível em: <https://in.epdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 21 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mato Grosso*. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em: 21 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 24 maio 2022.

PAGEL, Marco Antoni. *A emergência dos territórios educativos: entre a sociedade dos indivíduos e a sociedade política*. Tese (Doutorado no Instituto de Geociências e Ciências Exatas), UNESP, 2020

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Franciele Nates dos. *Eficiência dos Gastos Públicos em Educação no Estado de Mato Grosso: uma investigação através da análise envoltória de dados*. Dissertação (Mestrado no Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica), UNICAMP, Campinas (SP), 2020.

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. *Projetos de Pesquisa*. Pró-Reitoria de Pesquisa. Disponível em: <https://www.ufmt.br/pro-reitoria/propeq/pagina/projetos-de-pesquisa/6881>. Acesso em: 27 jun. 2022.

# CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E DE (RE)OCUPAÇÃO DE GOIÁS ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

WINDER RODRIGUES PIRES  
MARIA JOSÉ RODRIGUES

O fenômeno da migração está entrelaçado à história da humanidade, visto que, individualmente ou em grupo, indivíduos sempre se deslocaram para diferentes lugares a fim de fugirem de adversidades ou encontrarem melhores condições de sobrevivência. A partir desse fenômeno, ocorre uma relação na qual tanto o migrante quanto o território para o qual se deslocou podem passar por transformações importantes.

A (re)ocupação do território goiano ocorreu de forma lenta e desigual desde o período colonial, do início do século XVI ao final do século XIX, quando o Brasil se tornou uma república. Com efeito, a presente pesquisa apresenta uma análise sobre esse processo, com ênfase na contribuição dos movimentos migratórios internos em sua dinâmica populacional.

A compreensão da formação dessa estrutura elucida as influências da migração nas transformações socioespaciais sucedidas em Goiás durante o século XX. Entre elas, destacam-se a transferência da capital federal para

---

1 Este texto faz parte das pesquisas realizadas pelos autores para a construção da tese intitulada provisoriamente como “Migração e organização espacial: uma análise da contribuição dos movimentos migratórios sulistas para a formação do município de Jataí-Go”, a ser defendida e publicada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal de Jataí – UFJ.

o território goiano, a expansão e concentração do setor agropecuário em determinadas regiões do estado e a elevação do índice de urbanização.

## PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO INTERIOR DO BRASIL: A GÊNESE DO TERRITÓRIO GOIANO

O modelo econômico estabelecido no Brasil colonial durante os primeiros séculos de dominação tinha como base o sistema produtivo de *plantation*, cujas características eram a produção de monoculturas a fim de se obter manufaturas voltadas para o abastecimento do mercado externo, com destaque o açúcar; a formação de grandes propriedades rurais (latifúndios); e o uso de mão-de-obra escrava, inicialmente indígena e depois africana. Tal sistema fez com que os fluxos entre a colônia e Portugal se concentrassem principalmente na faixa litorânea brasileira, na qual também foram se formando os primeiros núcleos urbanos.

As primeiras incursões para o interior da colônia ocorreram nos primeiros séculos da colonização portuguesa e tinham como finalidade tanto o alargamento da fronteira como também a obtenção de mão-de-obra indígena para o trabalho escravo ou aldeamento dos mesmos. Porém, foi a partir das primeiras décadas do século XVIII, com a descoberta de metais preciosos, que houve incentivos para a formação de movimentos populacionais de ocupação dessas áreas. Nesse processo, a excursão exploratória do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, saindo da capitania de São Paulo em 1722, é considerada como um marco inicial simbólico do povoamento colonial do território goiano. De acordo com Brasil (1980, p. 31),

A notícia da descoberta do novo El-Dourado atraiu às vistas dos habitantes de Minas Gerais, Baía, S. Paulo e até do norte do Brasil que ocorreram pressurosos atraídos pela fama do ouro e pelo fanatismo que inspirava os Martírios de Cristo então revelados.

Dessa maneira se foi povoando Goiás e em poucos anos estavam fundados os arraiais de Meia Ponte, S. Cruz e mais tarde Crixás, Traíras, S. José, Água Quente, Antas, Flores e em plena prosperidade as minas de Ferreiro e outras já então encetadas.

No entanto, destaca-se que a chegada dos primeiros europeus ou descendentes dos mesmos não pode ser considerada como a gênese do povoamento de Goiás. Essa localidade já era povoada por diversos

grupos indígenas, nos quais os registros arqueológicos datam de ao menos 9.000 AEC (Antes da Era Comum). Os registros também revelam toda organização social e identitária desses grupos que, com a chegada dos exploradores, foram sendo suprimidas ou transformadas a partir de então (Wüst, 2001).

No início do processo de ocupação colonial foram se formando pequenos núcleos urbanos, com destaque ao arraial Nossa Senhora de Sant'Ana, que posteriormente transformou-se na capital política e administrativa da Capitania Geral de Goyazes sob o nome de Villa Boa. O arraial de Meia Ponte (que depois foi denominada de Pirenópolis) também se consolidou como uma localidade na qual se concentravam grande parte das explorações auríferas durante esse período. Tais núcleos eram interligados com a capitania de São Paulo através da rota dos bandeirantes, conhecida como Picada de Goiás ou caminho dos *Goiyazes*, como uma estratégia por parte da Coroa para o controle da entrada e saída dos metais preciosos obtidos pelos mineradores (MELO, 2003).

Segundo Viera (2018), a (re)ocupação da capitania de *Goyaz* durante as primeiras décadas do século XVIII ocorreu de forma lenta e esparsa. A fim de manter a conquista do território, vários incentivos foram fornecidos pela Coroa para portugueses e luso-brasileiros que viessem a ocupá-la, como patentes, cargos ou isenção de dízimos. Mesmo assim, houve uma grande dificuldade de se encontrar pessoas dispostas a migrar para essas áreas, visto a fama que se tinha de um local longínquo, adverso e povoado por índios bravios. Por isso, outra estratégia utilizada foi a cooptação de grupos indígenas para torná-los aliados dos exploradores. Porém, as ações de resistências desses grupos em defesa do seu território demonstram protagonismo. Isso pode ser constatado a partir dos numerosos embates registrados na historiografia.

O processo de ocupação motivado pela mineração teve um ciclo relativamente curto dentro do território goiano. De acordo com Chaul (2015), já em meados do século XVIII houve um declínio constante de ouro nessa localidade e que pode ser constatado a partir dos registros de arrecadação do quinto, imposto destinado à Coroa, que passou de 40 arrobas em 1753 para apenas 0,5 arroba em 1823. Parte dessa derrocada deve-se tanto ao uso de técnicas rudimentares de exploração e falta de mão-de-obra constante, como também da falta de

investimentos por parte do poder administrativo, que priorizava apenas a obtenção dos impostos.

1753 é o ano que marca a maior produção de ouro, depois começa a decadência. Daqui por diante o aumento de população sempre bastante lento, deve-se exclusivamente, a um aumento vegetativo, não a imigração de novos trabalhadores. Podemos ficar com a apreciação de Eschwge, embora talvez um pouco curta que a população de Goiás, na metade do século, subia a 30.000 habitantes dos quais uns 10.000 trabalhavam na mineração (PALACIN, 1972, p. 34).

Todavia, às margens dos caminhos percorridos pelos exploradores e nas proximidades das regiões mineradoras foram se estabelecendo sítios e fazendas cuja produção agropecuarista tinha como finalidade o abastecimento tanto da população local como dos viajantes. A concessão de sesmarias nessas áreas, sistema vigente desde o início do período colonial, também pode ser considerada como uma estratégia por parte da Coroa para manter a ocupação e a produção agrária nesse território, além de possibilitar a ampliação da fiscalização e controle da produção aurífera.

A partir da segunda metade do século XVIII, com refreamento dos fluxos migratórios para Goiás, a agricultura de autoabastecimento e a pecuária extensiva foram atividades econômicas cruciais para a manutenção daqueles que permaneceram na capitania após o fim do ciclo de produção aurífera. Inclusive, muitos daqueles que já estavam estabelecidos aproveitaram da falta de visibilidade e fiscalização da Coroa para se apossarem de grandes extensões de terras. No entanto, de acordo com Oliveira (2015), em sua análise sobre a população goiana na fase de transição da economia da mineração para a pecuária em 1804, apesar da decadência da atividade mineradora em Goiás, a maioria da população urbana ainda se concentrava nas vilas formadas a partir do auge dessa atividade, como na capital Vila Boa e em Meia Ponte, embora a sua população já se dedicasse às atividades agropecuárias.

Sendo assim, a tradição agropastoril a partir de grandes propriedades rurais, a constituição de poucos e dispersos núcleos urbanos e um relativo isolamento das regiões mais populosas e economicamente dinâmicas do Brasil foram fatores que caracterizaram o território goiano a partir das primeiras décadas do século XIX. Para Teixeira Neto (2017),

o colapso da atividade mineradora marca a gênese de um modelo de organização espacial peculiar ao território goiano, uma relação entre ruralidade e urbanização na qual, fora pouquíssimas exceções, o surgimento das cidades passou a ter uma interação direta com a atividade agropecuária desenvolvida a partir de então.

[...] em Goiás, diferentemente do que deveria ser – o campo dando origem e sustentando inicialmente as cidades em homens e víveres –, o processo de urbanização teve início com o surgimento dos arraiais do ouro, de onde, após a decadência da mineração, saiu boa parte dos contingentes populacionais que se instalaram nos seus arredores, criaram gado à solta, plantaram roças, multiplicaram as fazendas e fundaram os lugarejos rurais que, paulatinamente, à medida que se intensificaram as dinâmicas e articulações espaciais de toda ordem – trocas comerciais de longa distância, abertura de estradas e, sobretudo, fluxos migratórios – tornaram-se cidades e bases de conquista, povoamento e urbanização recente do território estadual (TEIXEIRA NETO, 2017, p. 4).

A pouca influência administrativa da Coroa Portuguesa, e posteriormente do governo imperial, a partir da decadência da mineração marcou a origem da estrutura de organização espacial conhecida como Fazenda-roça goiana (BORGES, 2016). Esse sistema, que é predominantemente rural, foi o que imprimiu as singularidades e contradições sociais, políticas, econômicas e culturais e de costumes da população desse território até as primeiras décadas do século XX. Neste sentido, foi a gênese de uma identidade territorial especificamente goiana.

Tal constatação é importante, pois os movimentos migratórios que adentraram o território goiano tinham o modo de vida sertanejo como referência identitária do seu povo. Diferente do que ocorria nos núcleos de maiores densidades populacionais, a manutenção e a reprodução da existência na maior parte desse território se davam a partir da lógica de acumulação lenta e voltada ao autoabastecimento, uma hierarquia social estabelecida a partir do domínio e das ocupações da terra (agregado, parceiro, fazendeiro e peão), e um conjunto de crenças, festividades e tradições ligadas a oralidade, tendo como base um cristianismo sincretizado à realidade local.

A descrição dessa realidade pode ser observada a partir dos relatos de viajantes europeus que percorreram o território goiano durante a primeira metade do século XIX. Desses, um dos mais emblemáticos

foi elaborado pelo naturalista francês Saint-Hilaire, que percorreu parte do território goiano durante o ano 1819 com o propósito de compor um quadro geral da capitania. A abrangência de sua obra vai desde a descrição histórica e natural até a caracterização da população, vias de comunicações e das instituições públicas. Contudo, ressalta-se que seus relatos partiam de um paradigma civilizatório europeu, o qual o levava a comparar a realidade observada com o nível de desenvolvimento técnico já estabelecido na Europa.

Em relação aos costumes do povo goiano da época, de acordo com Saint-Hilaire (1937), a decadência econômica que se estabeleceu a partir da estagnação da atividade mineradora fez com que se tornasse uma população mais rústica do que a que ele encontrou na província de Minas Gerais. Devido a carência de uma base cristã, o povo se apoiava na supersticiosidade e na busca da manutenção dos instintos, inclusive resolvendo grande parte das pendências a partir do uso da violência. Além da descrição, Saint-Hilaire também sugeriu uma série de ações que poderia resultar na elevação do nível de desenvolvimento econômico dessa Província:

Succede com os goyanos o mesmo que com o seu solo: quasi que só dá, hoje em dia, por toda a parte, plantas inuteis; a cultura e alguns cuidados inteligentes seriam suffientes para faze-la produzir abundantes colheitas. A administração conduziu a verdadeira degradação os desgraçados colonos da provincia de Goyaz; é tempo que faça esforços para restituil-os á dignidade de homens e de christãos; bons germens existem ajnda entre elles; ha, apenas, necessidade de fecundal-os. *Demonstrei como seria facil fazer florescer a agricultura neste paiz e della auferir productos que possam ser exportados com vantagem*; façam-se alguns esforços para atingir esse fim, modifique-se completamente o modo de arrecadar os impostos; faça-se, por fim, que o colono tenha interesse em produzir, e ele sahirá da apathia em que o lançou a extrema dificuldade, quase direi, a impossibilidade de melhorar a sua sorte (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 338-339, grifo nosso)

Pode-se constatar que essa visão do naturalista acerca território goiano, bem como as soluções para os “problemas” apresentados, eram as mesmas da elite brasileira daquela época. Tais proposições para a superação do atraso da província goiana se consolidariam a partir da modernização agrária, com uma produção voltada à exportação através do avanço do modelo de desenvolvimento imposto pelo viés capitalista, em contraposição a lógica produtiva “atrasada” do modo de vida do sertão.

De acordo com Chaul (2015), a imagem europeia que imperava sobre Goiás era a de um lugar da ociosidade, da calma e do tempo lento representada pela atividade pecuarista. Inclusive, essa concepção de decadência imposta ao território goiano após o declínio da atividade mineradora serviu como justificativa para futuras ações por parte do Estado com a finalidade de modernizá-la e integrá-la nacionalmente, como o da Marcha para o Oeste durante a década de 1930. Contudo, cabe aqui a consideração do autor de que: “A sociedade local não era indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por suas preocupações próprias e buscava satisfazer as necessidades vitais à sua maneira” (CHAUL, 2015, p.15).

Foi justamente a pecuária extensiva que, aos poucos, manteve-se como suporte econômico da província<sup>2</sup> durante o século XIX, visto que as condições naturais, sociais e econômicas prevalentes – grandes áreas de pastagens naturais, necessidade de pouca mão-de-obra, baixo investimento de capital e instalações rústicas – favoreceram essa atividade. Soma-se também o fato de que a demanda interna pelos produtos procedentes da pecuária foi aumentando gradualmente, principalmente nos grandes núcleos populacionais das províncias do sudeste brasileiro (MENDES; FERREIRA, 2012).

A promulgação da independência do Brasil, em 1822, constituiu o fim do sistema de sesmarias presente no território brasileiro desde o início da colonização. A aquisição de terras a partir das posses se tornou legítima, porém ocorrendo de forma desgovernada e com pouca regulamentação. Essas mudanças resultaram na expansão do fluxo migratório advindo de outras províncias para o território goiano, inclusive para localidades antes ignoradas do processo de ocupação populacional ocorrido a partir da atividade mineradora durante o século XVIII.

Sob alguns aspectos, a sociedade goiana organizou-se de forma própria e original. Passadas duas décadas de declínio populacional, por volta de 1820, tem início uma constante corrente migratória, proveniente de diversas regiões do País, demandando as abundantes e promissoras terras de Goiás. São mineiros, em grande número, que se deslocam com suas famílias e rebanhos, apossando-se de vastas glebas e fundando fazendas e arraiais. No Norte e Nordeste da Província, baianos, pernambucanos, piauienses e maranhenses

---

2 Título adquirido a partir da proclamação da independência brasileira em 1822.

fizeram de Goiás o ponto de união de todos os brasileiros. Paulistas e gaúchos preferiram as regiões do Sul e Sudeste (FREITAS, 20011, p. 9).

Por consequência, no próximo tópico analisa-se a constituição política-territorial e demográfica dos municípios da província de Goiás durante o século XIX a fim de verificar como as mudanças estabelecidas no sistema de organização socioespacial do território brasileiro refletiu no processo de espacialização e composição da sua população.

## MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO GOIANO NO FINAL DO SÉCULO XIX

O sistema político-territorial vigente no Brasil após a independência se estruturou a partir de uma hierarquia na qual vilas e cidades se constituíam como sedes dos municípios<sup>3</sup>. Nos municípios podiam existir um ou mais pequenos núcleos urbanos, denominado de arraiais (ou também popularmente conhecidos como aldeias, povoados ou mesmo freguesias) que poderiam tornar-se distritos municipais. De acordo a Carta da Província de Goiás de 1875, o território goiano estava dividido em 16 comarcas (área de abrangência na qual cabia os encargos de um juiz de direito), que por sua vez abarcavam 27 municípios, sendo 8 cidades e 19 vilas; e, distribuídos nesses, 27 arraiais (SILVA; VIEIRA JÚNIOR, 2018). Porém, os dados levantados no Censo de 1872 para a província de Goyaz correspondiam à 26 municípios, uma vez que a vila de Coxim não foi abrangida dentro do seu território.

Esse sistema de hierarquização se manteve intrinsecamente ligado às atividades exercidas pela igreja católica naquele período. Geralmente, assim como ocorria com a fundação de uma freguesia no Brasil colonial, um dos atributos que caracterizavam o surgimento de um arraial era a instalação de uma capela, que, por sua vez, centralizava os poucos agrupamentos populacionais existentes em uma localidade. A elevação da capela à categoria de igreja matriz, trazia consigo também a dimensão territorial de sua abrangência, a qual era denominada de paróquia.

---

3 “O que diferenciava essas duas categorias não era o seu contingente populacional ou importância dentro da província, mas sim como se estabeleceu seu surgimento. Somente a Coroa tinha o direito de conceder a fundação de uma cidade, enquanto as vilas podiam se formar a partir de ações de donatários, capitães ou governadores” (Abrel, 2010 *apud* Silva; Lima, 2011, p. 16).

Além dos batismos e casamentos, os registros oficiais de nascimento, matrimônio e óbito que ocorriam dentro deste território eram realizados e contabilizados pela igreja paroquial.

A delimitação territorial das paróquias, assim como os seus registros, serviu como base de dados populacionais para o primeiro censo demográfico realizado no Brasil, em 1872. De acordo com esse Censo, as 54 *freguesias* (denominação correspondente a paróquias e equivalente a soma das cidades, vilas e arraiais) que compunham a província de Goiás neste período contabilizava uma população de aproximadamente 160 mil habitantes, o que correspondeu a 1,6% da população total do Brasil na época. Destes, 10,5 mil foram registrados como escravos, representando 6,6 % da população total da província. A título de comparação, das 26 províncias do Brasil, Goiás era a que registrou a sexta menor população. A província vizinha de Minas Gerais, com dois milhões de habitantes (deles, 370 mil eram escravos), era a mais populosa do período.

O Mapa 1 apresenta os municípios presentes na província de Goiás, bem como a divisão dos mesmos a partir do quantitativo populacional registrado no Censo de 1872. Pode-se constatar que a distribuição populacional dentro do território goiano ocorreu de forma esparsa, apresentando grandes contrastes.

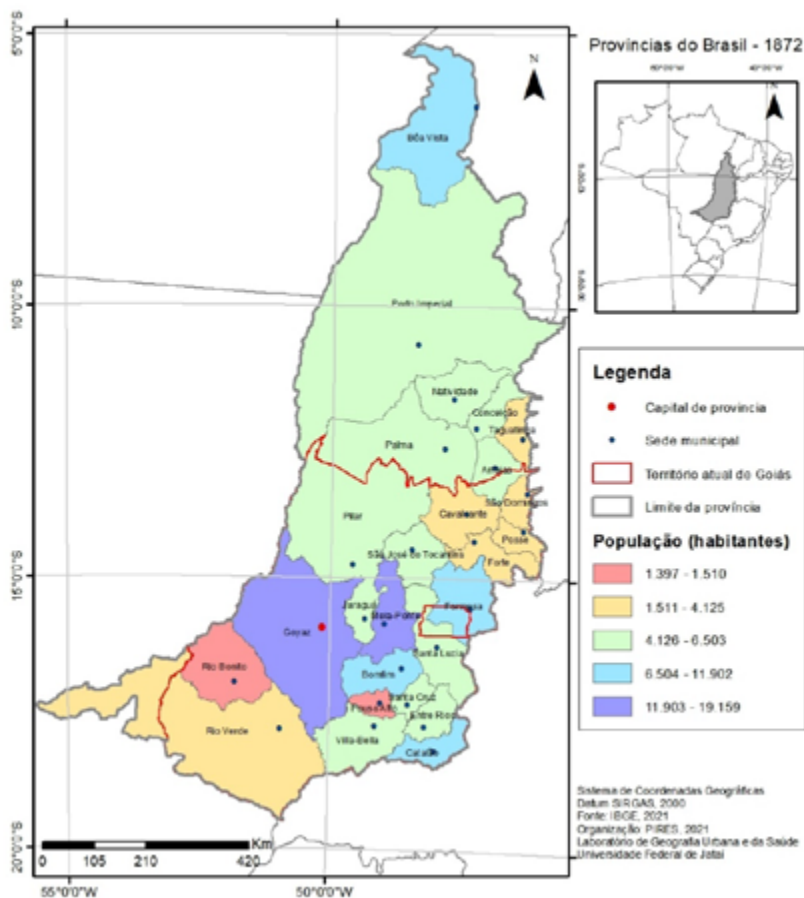
Em 1872, a maioria dos 26 municípios goianos (21) apresentava uma população abaixo de dez mil habitantes. Pode-se observar, conforme o Mapa 1, que os municípios com o menor quantitativo populacional se situavam onde atualmente localizam as regiões nordeste e sudoeste do estado de Goiás. A formação territorial dos municípios que compõem a atual microrregião Sudoeste de Goiás teve início com a criação do Distrito de Rio Verde em 1848 e seu desmembramento da Cidade de Goiás em 1854. O distrito de Torres do Rio Bonito, subordinado ao município de Rio Verde, foi criado no ano seguinte. A expressiva dimensão territorial original desses municípios<sup>4</sup> (próxima a do

---

4 Mesmo após o desmembramento desses municípios em vários outros, a dimensão territorial dos primeiros municípios que se formaram na região Sudoeste de Goiás ainda permaneceu expressivas, sendo Mineiros, Caiapônia, Rio Verde e Jataí, respectivamente, o segundo, terceiro, quarto e sexto maiores municípios em área territorial do estado de Goiás.

atual território de Portugal)<sup>5</sup> deve-se ao desinteresse inicial de ocupação e manutenção de atividades econômicas nessa região, dada a dificuldade de acesso, a distância de outros núcleos urbanos e a não descoberta de metais preciosos em suas áreas.

**Mapa 1** – População dos municípios da província de Goiás – 1872



Fonte: IBGE, 2021.

5 De acordo com o Censo Agrícola de 1920, a área territorial dos municípios de Jataí, Mineiros, Caiapônia e Rio Verde, que em 1872 equivalia a área dos municípios de Rio Verde e Rio Bonito, era de 87 mil Km<sup>2</sup>. Atualmente, a área de Portugal é de 92,2 mil Km<sup>2</sup>.

Sendo assim, Rio Verde e Rio Bonito, apesar de corresponderem a uma parte considerável da área do território goiano, até o fim do século XIX apresentavam uma ínfima parte da sua população. De acordo com o Censo Demográfico de 1872, o total da população desses dois municípios era de 3,7 mil habitantes, o que representava apenas 2,3% da população da província na época. Esses dados confirmam a análise de Melo (2003) de que, até então, o Sudoeste Goiano era praticamente uma “terra de ninguém”. Portanto, algumas características vão diferenciar o processo de ocupação das terras do Sudoeste Goiano no século XIX em comparação ao ocorrido nas áreas cuja finalidade era a exploração mineral, no século anterior.

Alguns dos desbravadores mineiros e paulistas que partiam em busca de áreas para a criação extensiva de gado em Goiás já exerciam essa atividade na sua província de origem, arriscando-se na busca do aumento de suas posses a partir de informações do sucesso de outros poucos que já haviam se consolidado em uma determinada localidade. Diferente da atividade mineira, que exigia uma baixa quantia de investimento e pouco conhecimento prévio por aqueles migravam em busca de enriquecimento no século XVIII, as explorações visando a expansão da atividade pecuarista demandavam um considerável aporte financeiro inicial tanto para manter a expedição, quanto para a obtenção e manutenção do gado. Isso auxilia a compreensão do lento crescimento demográfico e a formação dos poucos núcleos urbanos no Sudoeste Goiano após as primeiras décadas de ocupação em comparação com o quantitativo de cidades localizadas na parte leste da província.

A capital da província era denominada de *Goyaz*, o que apresentava a maior população, com aproximadamente 19 mil habitantes. Porém, esse também era o município com o maior número de freguesias, 12 no total. Isso demonstra que a sua população estava distribuída em diversos núcleos populacionais. Analisando apenas o quantitativo de pessoas livres<sup>6</sup> por freguesia, Sant’Anna de Goyaz, a sede administrativa da província, apresentava apenas 3.071 habitantes, enquanto a freguesia de Meia-ponte e a de Corumbá (ambas compondo o município de Meia-Ponte) continham, respectivamente, 7.023 e 6.171

---

6 Os dados do Censo de 1872 apresentam um comparativo populacional entre as freguesias apenas em relação as pessoas livres presente nos mesmos. Por esse motivo é que utilizaremos tal parâmetro aqui.

habitantes, demonstrando assim já serem núcleos populacionais mais dinâmicos do que a capital da província.

A distribuição da população na província de Goyaz até o fim do século XIX era bastante irregular, concentrando-se principalmente nas cidades, vilas e arraiais da porção central e leste do atual território goiano. Quanto ao isolamento e baixa ocupação populacional de Goiás no final do século XIX, o geógrafo francês Élisée Reclus (1900, p. 158) destacou que

Longos annos porém se hão de escoar sem duvida antes que a rede das estradas de ferro do Brasil convirja para este dominio nacional. Em 1899, os habitantes não são bastante numerosos para que a população reunida do Estado possa encher uma cidade de segunda ordem sequer: as duas agglomerações urbanas d'esta região, a antiga cidade dos Couros (hoje Formosa, situada perto da Iagôa do mesmo nome) e Meia-Ponte (recentemente chrismada em Pyrenopolis) têm só onze a doze mil almas, cada uma.

Em relação ao quantitativo de escravos que compunha a população goiana durante aquele período, proporcionalmente, ela representava apenas 0,7 % do total de escravos contabilizados em todo território brasileiro pelo Censo de 1872. Era, assim, a quarta província com o menor número de escravos (na frente apenas das províncias do Amazonas, Matto Grosso e Paraná). Com foco na população da província, o número de escravos representava 6,6% do total, o que a posicionava como a quinta menor proporção em relação a população livre do Brasil (na frente das províncias do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, e Parayba). No entanto, essa população escrava não apresentava uma distribuição homogênea nos municípios goianos. No arraial de Peixe (dentro do atual território do estado de Tocantins), dos 1507 habitantes, 29 pessoas estavam na condição de escravos (1,9% do total). Em Torres do Rio Bonito (atual município de Caiapônia – Go), dos 1397 habitantes, 309 viviam como escravos (22,1% do total).

Esses dados evidenciam a relevância da população escrava na formação populacional que se estabeleceu no território goiano durante o século XIX. Também demostram que as narrativas de progresso a partir de migrantes livres, que se tornaram a “história de origem” de muitas cidades goianas formadas durante esse século, tinham como

base o uso da mão-de-obra da população em condição escrava, que foi forçada a migrar para esta localidade.

No que tange a origem da população goiana recenseada em 1872, 14% eram de migrantes advindos de outras províncias, juntamente com algumas centenas de indivíduos estrangeiros. A tabela 1 apresenta a divisão desses migrantes a partir de alguns requisitos. Quanto a origem, nota-se que a maioria, 89%, advinham de quatro das províncias brasileiras: Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Mato Grosso (todas fronteiriças ao território goiano).

Dentre os migrantes da população livre, independentemente de sua localidade de origem, havia um quantitativo maior de pessoas do sexo masculino. Nesse quesito, destacam-se os migrantes originários do estado da Bahia, cuja população masculina era 38% maior do que a população feminina. Já em relação à população escrava, não houve uma variação expressiva em relação ao sexo biológico por província de origem, sendo inclusive a população escrava feminina originária de Minas Gerais superior a população escrava masculina.

A prevalência de migrantes de Minas Gerais (63%) confirma a influência dessa província no processo de ocupação e (re)povoamento de Goiás durante o século XIX. Devido a base da economia goiana durante esse século consistir principalmente da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência, o pequeno intercâmbio comercial existente derivava da exportação de produtos originários dessas atividades (couro, algodão, café) e da importação de produtos manufaturados (sal, tecidos, bebidas, metais), através de estradas que procediam ou recortavam, sobretudo, o território mineiro (ARRAIS, 2013). Este fluxo comercial favoreceu tanto a entrada como a permanência de migrantes mineiros, sobretudo nas áreas ao sul da província de Goiás.

**Tabela 1** – Província e país de origem dos migrantes em Goiás – 1872

| Província         | Masculino |          | Feminino |          | Total |         |
|-------------------|-----------|----------|----------|----------|-------|---------|
|                   | livres    | escravos | livres   | escravos | Total | % total |
| Minas-Geraes      | 6345      | 546      | 5096     | 595      | 12582 | 63,2    |
| Bahia             | 1556      | 144      | 958      | 118      | 2776  | 14,0    |
| S. Paulo          | 700       | 50       | 461      | 42       | 1253  | 6,3     |
| Matto-Grosso      | 635       | 18       | 514      | 19       | 1186  | 6,0     |
| Norte e Nordeste* | 507       | 44       | 363      | 31       | 945   | 4,7     |
| Sudeste e Sul**   | 330       | 58       | 312      | 83       | 783   | 3,9     |
| Africanos         | 91        | 89       | 50       | 51       | 281   | 1,4     |
| Europeus          | 57        | 0        | 31       | 0        | 88    | 0,4     |
| Total***          | 10221     | 949      | 7785     | 939      | 19894 | 100     |

\*Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe \*\* Espírito-Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul \*\*\* São contabilizados ainda 3 paraguaios, sendo 2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

Fonte: Brasil, [1874?].

Quanto à importância da expansão da atividade agropecuária no território goiano durante o século XIX e a sua relação com o aumento dos movimentos migratórios em direção a essa província, Teixeira Neto (2007, p. 16) observa que,

[...] mesmo comandada e dominada por uma poderosa classe ruralista, a pecuária, como é próprio desta atividade, introduziu movimento e mobilidade no imenso território goiano de então, enquanto que, por seu lado, o fluxo de migrantes e a agricultura como atividade permanente “plantavam” os primeiros embriões de futuras cidades agropastoris.

Um dos fatores que teve influência direta na atração de migrantes para as terras goianas foi o fim do sistema de sesmarias, em 1822, no qual a distribuição e organização das propriedades agrárias

passaram por um período de desregulação legal ainda maior do que o vigente no período colonial. Muitos mineiros e paulistas (conhecidos como entrantes) adentraram o território goiano com o objetivo de encontrarem localidades que tivessem bons pastos e cursos de água para se estabelecerem como suas posses. De acordo com Oliveira (2016), a extensão das terras devolutas e a incapacidade de fiscalização por parte do Estado resultaram na formação de grandes latifúndios conforme o território goiano passava pelo processo de (re)ocupação.

A implementação da Lei de Terras de 1850, que, entre outros aspectos, substituiu a aquisição de terras a partir da posse pelo sistema de títulos de compra, venda ou doação do Estado, não foi de início aderida pelos ocupantes das terras goianas. A Lei de Terras, quando aprovada, serviu para que os posseiros já estabelecidos demarcassem enormes dimensões do território como suas posses, pois garantia o título de propriedade para aqueles que já fizessem algum tipo de uso da terra ocupada.

Outro fator apontado por Lisita (1996) como sendo de grande influência na expansão dos fluxos migratórios para a província de Goiás durante o século XIX foi o deslocamento do eixo econômico brasileiro do Nordeste para o Centro-Sul brasileiro. Com a produção do café ganhando cada vez mais destaque na economia nacional, o que levou a uma valorização das terras nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, muitos migrantes desses estados adentraram o território goiano, sobretudo em sua parte meridional, almejando encontrar terras com menor valor de mercado.

Sendo assim, a província de Goiás foi passando por um lento, porém constante processo de integração comercial com outras províncias do império, ainda que de forma fragmentária quanto comparada ao território como um todo. A região Sudoeste, antes negligenciada no ciclo minerador e constituindo-se praticamente de terras devolutas, atraindo alguns “aventureiros” de origem mineira e paulista interessados em localidades propícias à criação de gado para que pudessem tomar posse. Isso ocorreu de um regime político imperial que, mesmo após sua independência, manteve-se praticamente com as mesmas estruturas do sistema colonial: a escravidão da população negra e uma produção econômica voltada à exportação de matérias-primas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico no qual ocorreu o processo de formação do território goiano desde o período colonial, contou com a importante presença dos fluxos migratórios de Minas Gerais, Bahia e São Paulo, principalmente. Essas migrações, inicialmente foram motivadas pela vontade de se obter riquezas a partir da mineração e, posteriormente, sob a vontade de adquirir ou trabalhar nas atividades ligadas a agropecuária.

Dessa forma, os objetivos que impulsionaram as primeiras correntes migratórias colonizadoras para o interior do Brasil também exerceram uma influência direta na formação das estruturas demográfica, social, política, econômica, cultural e territorial que se estabeleceram desde então. Esses migrantes foram as bases para a (re)ocupação do território que atualmente é o estado de Goiás.

## REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu. A. *A produção do território goiano*. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BORGES, Júlio César P. *Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano*. 2003, 179 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2016.
- BRASIL, Americano do. *Pela história de Goiás: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges*. Goiânia: Ed. UFG, 1980.
- BRAZIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: [1874?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 4. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2015.
- LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, vol. 16, n. 1, p. 30-40, jan-dez 1996.
- MELO, Nágela Aparecida.. *Interação campo-cidade: a (re)organização socioespacial de Jataí no período de 1970 a 2000*. 179 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2003.
- MENDES, Estevane de P. P.; FERREIRA, Idelvone M. Ocupação e povoamento dos territórios centrais do Brasil: política fundiária e trabalho do século XVIII a XX. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios Em Disputa:

os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012, Uberlândia-MG. *Anais...* Uberlândia-MG: UFU, 2012.

OLIVEIRA, Hamilton A. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). *História Revista*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan-abr 2016.

PALACIN, Luis. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Oriente, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ás nascentes do rio s. Francisco e pela provincia de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SILVA, Elias M. da; VIEIRA JÚNIOR, Wilson. *Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

TEIXEIRA NETO, Antônio. *Ruralidade e urbanização do território goiano*. Palestra no IESA – Parte I: Dinâmicas territoriais antigas e modernas. Goiânia-Go. nov. 2019.

VIEIRA, Marta Victor A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v.17, n. 34, p. 169-185, jan./jun. 2018

WÜST, I. A ocupação de Goiás antes da chegada do europeu (Goiás Pré-Colonial). In: ROCHA, Leandro Mendes. (org.). *Atlas histórico – Goiás pré-colonial e colonial*. Goiânia: Editora do CECAB, 2001.

# OS RESÍDUOS SÓLIDOS DO SEGMENTO HOTELEIRO EM CALDAS NOVAS-GO

JOELMA DE SOUZA MESQUITA  
SAMARA DE SOUZA MESQUITA  
ANA BARBARA FERNANDES  
JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS  
VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

**E**sta pesquisa interpreta as questões ambientais provocadas pela atividade turística do segmento hoteleiro de Caldas Novas, Goiás (Mapa 1). Enfatizam-se problemas relativos a resíduos sólidos, que compreendem lixo ou restos resultantes das atividades humanas e são considerados inutilizados, mas podem ser empregados como insumos para reciclagem ou reuso.

Assim, a pesquisa tem o objetivo central de compreender e analisar o gerenciamento de resíduos sólidos no residencial Millennium Thermas Residence, uma empresa com sistema *pool* de hospedagem<sup>1</sup>, além de verificar o impacto ambiental gerado pela atividade turística. Para tanto, a problemática inicial diz respeito à seguinte questão: a consciência ambiental dos consumidores do turismo termal faz as empresas adotarem medidas de preservação, ao buscar soluções direcionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos?

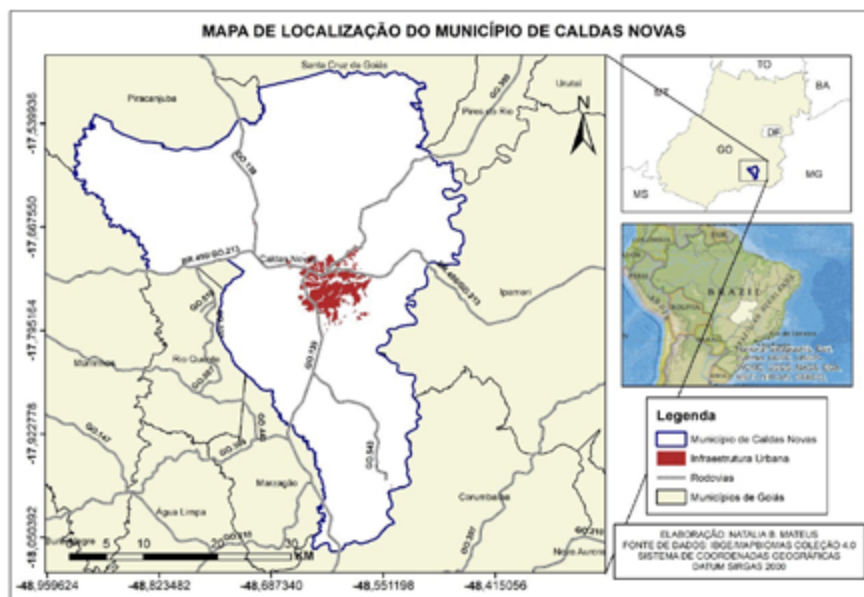
O presente estudo é relevante, pois visa também analisar a gestão de resíduos sólidos no setor hoteleiro, um dos responsáveis pela geração desse tipo de lixo e pelo aumento da quantidade nos lixões urbanos.

---

1 Forma comum de exploração em condomínios de hotéis no destino turístico Caldas Novas. Como o próprio nome indica, visa-se à exploração hoteleira dessas unidades imobiliárias, o que inclui as áreas comuns. No destino goiano, os proprietários fazem a locação do imóvel por intermédio de uma empresa imobiliária ou do próprio proprietário.

Portanto, os caminhos de desenvolvimento deste texto estão fundamentados no método e nas técnicas da pesquisa qualitativa, com base na participação dos pesquisadores no contexto investigado. Nesse ínterim, Demo (1998) salienta que várias técnicas são utilizadas na investigação qualitativa, como observações, entrevistas, pesquisa-ação e discurso do sujeito coletivo.

**Mapa 1** – Mapa de localização de Caldas Novas – Goiás



Fonte: VIEIRA SANTOS et al., 2020.

Inicialmente, para alcançar os resultados apresentados, realizou-se um estudo bibliográfico e procedeu-se do levantamento de referências relativas a livros, artigos e *websites*. Segundo Treinta *et al.* (2012, p. 1, *apud* VANTI, 2002), a pesquisa bibliográfica é um “[...] conjunto de métodos de pesquisa utilizados para mapear a estrutura do conhecimento em um campo científico através de uma abordagem quantitativa e estatística de diversos dados bibliográficos”.

Na segunda parte, foi realizado o trabalho de campo e/ou visita técnica definida por Veloso (2007) como o estudo empírico relativo à vistoria, inspeção, ato ou efeito de visitar e/ou ver, seja por dever,

interesse ou curiosidade. Para o referido autor, a visita técnica deve se basear no aprofundamento dos conhecimentos do objeto anteposto para estudo, análise e avaliação.

Marques (2011) discorre que o trabalho *in loco*, além de enriquecer a pesquisa com material ilustrativo e fontes primárias, permite ler a paisagem, especializar a investigação e decifrar/desvendar a problemática ao desenvolver o trabalho e buscar respostas aos questionamentos levantados. Para obter os resultados apresentados, foram realizadas duas visitas técnicas à empresa em dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Na primeira etapa, inclusive, foi obtida a autorização da gestão da empresa para realizar o estudo de caso propriamente dito.

Também no primeiro contato, conseguiram-se dados da empresa como nome, endereço, ramo de atividade, quantidade de apartamentos, moradores e funcionários, além da divisão de setores. Enquanto isso, na segunda etapa, visitou-se a empresa onde foi feita uma entrevista semiestruturada com um funcionário do setor de manutenção que trabalha no residencial/hotel há 12 anos (Entrevistado A). Esse sujeito acompanhou os pesquisadores e explicou o processo de coleta, separação e destinação dos resíduos sólidos gerados na organização. Os depoimentos obtidos resultam das “vivências do pesquisador durante o trabalho de investigação no campo” (SANTOS, 2021, p. 79).

Na terceira etapa, elaborou-se o questionário respondido por *e-mail* pela síndica e responsável pelo funcionamento do residencial/hotel (Entrevistada B). Foram abordadas questões como setores da empresa que mais geram resíduos sólidos; os principais tipos de resíduos; o setor que mais gera resíduo; como se fazem a coleta, a separação e o descarte; as parcerias com cooperativa; a conscientização de hóspedes e funcionários; e o impacto econômico e financeiro.

## **HOTELARIA E GESTÃO AMBIENTAL: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA INTERDISCIPLINAR**

Na discussão teórica inicial, apresentou-se a reflexão sobre o conceito de gestão ambiental que consiste na administração de recursos naturais com ênfase na sustentabilidade. São apresentados métodos eficazes que reduzem os impactos ambientais, de forma que as atividades econômicas causem menores índices de danos ao meio ambiente (SOUZA; CAMPARE, 2014).

Tachizawa (2011) acredita que a tendência de preservação ambiental não é passageira, e sim definitiva. Em se tratando do aspecto econômico, se as empresas tomarem as decisões certas para se integrar às causas ambientais, poderão visualizar vantagens como a redução de custos e o aumento nos lucros. “A gestão ambiental e a responsabilidade social, enfim, tornam-se importantes instrumentos gerenciais para a capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico” (TACHIZAWA, 2010, p. 6).

Salienta-se que, para a Organização das Nações Unidas (ONU, 2007), a sustentabilidade é a capacidade de desenvolver a atividade econômica, ao atender às necessidades da geração atual sem comprometer as futuras. Por seu turno, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2013) preconiza um turismo sustentável e ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente equitativo, cujas dimensões natural, cultural e humana do ambiente devem se integrar de modo equilibrado, ao proporcionar qualidade de vida para os municípios e turistas.

Com base nesses pressupostos, Tachizawa (2011) sublinha que a gestão ambiental se tornou uma função administrativa relevante na empresa, ao interferir no planejamento estratégico e exigir uma nova estruturação para ela ser integrada por meio de um trabalho de comunicação social consciente. Essa pauta deixou de ser apenas uma atividade filantrópica e tornou-se lucrativa ao apresentar soluções para as empresas alcançarem o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que aumentam a lucratividade.

Nesse prisma, “[...] a geração de resíduos sólidos vem se tornando um problema cada vez maior nos empreendimentos turísticos, tornando-se importante o desenvolvimento de programas de gerenciamento

integrado desses resíduos” (CONTO; CORRÊA; ZARO, 2013, p. 326). Essa exigência é expressa na Lei n. 12.305 de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil.

Para sobreviver, as organizações precisarão adaptar-se a esse fato. Exigências para a criação de novas práticas de gestão, ainda não existentes, induzem os gestores a novo patamar organizacional, coerente ao novo ambiente empresarial, que se caracterizará por ser cada vez menos previsível e com crescente instabilidade ao longo do tempo (Tachizawa, 2010, p. 63).

Segundo Donaire (2010), se uma empresa se interessar pela criação de um programa de gestão ambiental, a administração organizacional deve promover uma análise interna de sua condição atual, visualizar a política a ser usada em relação às questões ambientais e criar estratégias precisas para atingir o objetivo final. A partir do contexto abordado sobre gestão ambiental, consideram-se as análises teóricas e conceituais de resíduos sólidos na atividade hoteleira, na qual os modelos de gerenciamento devem se atentar aos possíveis impactos ambientais causados por diferentes consumos dos hóspedes.

Em decorrência do aumento da população, elevou-se a quantidade de lixo urbano gerado pelas atividades humanas, sejam elas domésticas ou industriais. Por consequência, é notório que tais resíduos agredem o meio ambiente e poluem o solo, a água e o ar. Outro contexto observado em Caldas Novas-GO, principalmente com o desenvolvimento da atividade turística, é o crescimento do número de empresas hoteleiras e a realização de grandes eventos.

Fiorillo e Rodrigues (1997) ressaltam que diante do aumento do consumo pela sociedade urbanizada, que passou a ter acesso aos produtos industrializados e à produção em massa impulsionada pelo avanço tecnológico, o lixo urbano classificado em resíduos perigosos (classe

1)<sup>2</sup> e não perigosos (classe 2)<sup>3</sup>, denominados como não inertes<sup>4</sup> e inertes<sup>5</sup>, tornou-se um problema ambiental grave. Isso não modifica o fato de se tratar de poluentes, pois, apesar de serem incinerados, enterrados ou passarem por processos de reciclagem, eles agredem o meio ambiente de alguma forma.

Com base nessa abordagem teórica, evidencia-se a diferença entre lixo e resíduo, por ser uma realidade vivenciada em empresas hoteleiras. Dessa maneira, para Fiorillo e Rodrigues (1997), ambos os termos tendem a significar o mesmo aspecto, por serem substâncias que resultam da atividade humana em desacordo com o sistema ecológico. Com efeito, o resto, o que sobra e não é reaproveitado ou reciclado, pode causar um desequilíbrio ecológico.

Em que pese à referida definição, é necessária outra que se abstraia do conceito, até mesmo do fenômeno físico da entropia, para que adentremos num sentido mais estrito, para não dizer econômico e jurídico do que seja lixo. Neste ponto, faz-se mister que se trace um paralelo entre o lixo e o resíduo, para que possamos perceber se há ou não diferença entre os mesmos (FIORILLO; RODRIGUES, 1997, p. 350).

- 
- 2 A NBR 10.004/2004 cita que os resíduos de classe 1 apresentam as seguintes características de periculosidade: a) Inflamabilidade – catalisadores gastos; solventes como acetona, acetato de etila, éter etílico, n-butanol e metanol; resíduos de solventes e outros; b) Corrosividade – borras e resíduos ácidos; acumuladores elétricos à base de chumbo; resíduos de ácidos carboxílicos; ácido sulfúrico; cromo; chumbo e outros; c) Reatividade – lodo industrial e soluções exauridas de operações de galvanoplastia; carvão usado em tratamento de efluentes líquidos que contêm explosivos e outros; d) Toxicidade – solventes halogenados; lodo de tinta; pós e fibras de amianto; lâmpadas com vapor de mercúrio (após uso); óleos lubrificantes; fluidos e outros; e) Patogenicidade – resíduos que contêm microrganismos patogênicos, proteínas virais; ácido desoxirribonucleico ou ribonucleico recombinantes; organismos geneticamente modificados; plasmídeos, cloroplastos, mitocôndrias ou toxinas causadoras de doenças em homens, animais ou vegetais.
  - 3 Apesar da denominação supostamente inofensiva, os resíduos não perigosos (classe 2) requerem manejo criterioso e seguro para não causar impactos socioambientais, prejuízos financeiros e institucionais. Eles estão divididos em dois tipos (inertes e não inertes), conforme a NBR 10.004/2004.
  - 4 A NBR 10.004/2004 pontua que a classe II A (não inertes) pode apresentar características como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.
  - 5 A classe II B (inertes) compreende resíduos que possuem propriedades estáveis, ou seja, que não são biodegradáveis, inflamáveis ou solúveis em água. Eles devem ser reciclados, reutilizados, beneficiados ou dispostos em destinos ambientalmente licenciados, de acordo com a NBR 10.004/2004.

Para Fiorillo e Rodrigues (1997), lixo é tudo o que se joga fora, o que não serve mais para o consumo, foi descartado e não possui mais possibilidade de reaproveitamento. “Atualmente, usamos o termo lixo para nos referir a qualquer material de origem doméstica, industrial, agrícola ou comercial que se joga fora por não ter utilidade [...]” (ASSAD, 2016, p. 22). Por seu turno, o resíduo corresponde ao que foi descartado por alguém, sem nenhuma serventia para ele, mas com a possibilidade de ser empregado por empresas ou cooperativas no reaproveitamento ou na fabricação de novos produtos por meio da reciclagem. “Técnicamente, o que chamamos de lixo é constituído por materiais que podem ser reaproveitados (os resíduos) e por materiais que não podem ser aproveitados (os rejeitos)” (ASSAD, 2016, p. 22).

Neste sentido, Lamas (2015, *apud* ABNT, 2004) postula que, para atender às necessidades de um mercado de turismo cada vez mais consciente e exigente no que tange a questões ambientais, é preciso adequar os serviços aos programas de gestão ambiental e em conformidade às estratégias administrativas. O meio de hospedagem que pretende trabalhar com ações sustentáveis e procura certificações para isso demonstra a iniciativa por um diferencial relativo à organização (SOUZA; ALVAREZ, 2014, *apud* HOLCOMB; UPCHURCH; OKUMUS, 2007).

Todavia, não se pode afirmar que empresas com boas políticas, como o uso das normas técnicas, implementam ações assertivas na prática, pois a maioria é reticente quanto a críticas e não as apresentam de fato (SOUZA *et al.*, 2014, *apud* STIFELMAN, 2008). Sustenta-se, pois, que o turismo é um setor estratégico do desenvolvimento das sociedades, “[...] concretizando fluxos de pessoas e bens que, a nível mundial e europeu, assume uma importância apenas ultrapassada por setores globalizados” (SILVA; PERNA, 2005, p. 449).

O turismo pode ser concebido e praticado atual e futuramente apenas de acordo com os princípios do desenvolvimento e as questões ambientais,

[...] onde a parceria entre agentes públicos e privados é essencial para assegurar a perenidade da atividade, os meios complementares de satisfação do turista e a manutenção do patrimônio natural e cultural das regiões em interação. A sustentabilidade joga-se num plano multidimensional de melhoria do bem-estar do turista e da comunidade receptora, de proteção e

valorização do patrimônio e de promoção do crescimento e competitividade das empresas (SILVA; PERNA, 2005, p. 451).

Tais autores asseveram que, sem planejamento e uma integração adequada do turismo com outras áreas estratégicas, poderão ocorrer sérios problemas ambientais e de sustentabilidade das atividades econômicas. Sintetiza-se que a complexidade da reflexão teórica ambiental no campo do turismo, associada às questões geográficas e da gestão do território, indica uma abordagem impossível de ser esgotada em qualquer pesquisa científica.

#### Residencial turístico em Caldas Novas: resultados da pesquisa

O recorte espacial de estudo foi o residencial Millennium Thermas Residence (Foto 1). Esse condomínio residencial possui sistema *pool* de hospedagem e foi construído pela empresa GR Construtora e Incorporadora em 2002, com 140 donos de apartamentos. Tal empresa, localizada à Rua São Bento, Bairro Turista 1, Caldas Novas, atua no referido ramo e, para Santos, Sousa e Cruz (2020, p. 269)

A modernização do lazer e turismo e o planejamento territorial levaram a cidade de Caldas Novas, no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil, a se tornar um dos principais destinos hidrotermais do país. Tal processo foi fortalecido pelo engendramento de uma política de Estado e de preços que atendessem às necessidades de todas as classes sociais [...].

Nos 140 apartamentos do residencial Millennium Thermas Residence, há cinco famílias que possuem residência fixa e outras unidades são alugadas pelos proprietários para temporada, feriados e fins de semana. O espaço de lazer possui um parque aquático com sete piscinas, dois ofurôs, um restaurante, uma lanchonete, um bar molhado, um salão de festas, uma sala de eventos, um solário, uma quadra poliesportiva e garagem subterrânea com 140 vagas. Além da coleta seletiva de resíduos, o hotel desenvolve ações educativas para o uso consciente e sustentável da água.

Durante os trabalhos de campo, notou-se que a empresa possui um sistema de tratamento em que a água utilizada nas piscinas perpassa um rígido processo de descontaminação para ser reutilizada. Todas as piscinas e banheiros do hotel são abastecidos com água reciclada; o

restaurante, o bar e a lanchonete são terceirizados; e no hotel é feita a coleta seletiva de resíduos. Porém, não há um programa de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos pela organização.

**Foto 1** – Piscinas do residencial Millennium Thermas Residence, Caldas Novas-GO



Fonte: trabalho de campo, 2020.  
Autora: Joelma de Souza Mesquita.

Os resíduos são coletados, separados e encaminhados para uma empresa de reciclagem da cidade que adquire esses materiais. Os responsáveis pela coleta são os funcionários da organização que, além do recolhimento, realizam a separação adequada. Parte do dinheiro adquirido com a venda dos recicláveis é dividida entre eles, e a outra se destina à festa de confraternização dos funcionários ao final de cada ano.

No hotel, também há uma biblioteca comunitária, cujos livros e revistas, que seriam descartados, foram doados e disponibilizados para a leitura de moradores, hóspedes e funcionários. É possível realizar empréstimos ou trocas por outras obras, o que corresponde a uma forma de reutilização com o novo uso desses materiais, além do incentivo à prática da leitura.

Nesse viés, os entrevistados A e B citam que:

[...] o impacto econômico e financeiro que a empresa percebe com esse tipo de consciência ambiental é que, com o sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos e a reciclagem de água, é possível perceber que há uma qualidade considerável no ambiente (mais limpo) e na economia de água, fazendo com que a empresa melhore sua imagem diante dos hóspedes e visitantes, trazendo resultados sociais, financeiros, ambientais e também na vida econômica dos participantes da coleta seletiva. Boa parte do lucro adquirido com a venda do material reciclável é repartida entre os funcionários que a executam, fazendo com que eles se empenhem cada dia mais, pois com a remuneração eles se sentem mais motivados a continuarem a desenvolver esse trabalho, ocasionando melhorias no desempenho da execução da tarefa, trazendo mais lucro para eles (ENTREVISTAS, 2020).

A situação enfatizada demonstra que, com a ampliação da consciência das pessoas quanto ao gerenciamento adequado de resíduos, passou-se a dar importância à preservação do meio ambiente urbano. Com isso, a empresa investigada neste texto indica um comprometimento com a causa ambiental, ao buscar soluções para a gestão de resíduos sólidos e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Nesse caso, cada setor fica responsável pelo lixo produzido e desenvolve formas de minimização e destinação adequada, questão discutida durante o trabalho empírico. Ressalta-se que o descarte correto leva ao manejo em que os resíduos sólidos podem se tornar úteis para a produção de produtos oriundos de matérias-primas recicladas. Com isso, reduz-se o uso de recursos naturais que seriam utilizados na fabricação de novos produtos, bem como ameniza os impactos ambientais causados pelos empreendimentos residenciais.

Com a demanda de turistas em Caldas Novas (Foto 2), eleva-se a quantidade de resíduos gerados na cidade. De acordo com Barbosa *et al.* (2002), a média de resíduos é de aproximadamente 60 t/dia em períodos normais e de 80 t/dia em alta temporada. Nesta última, inclusive, a população pode chegar a aproximadamente 200 mil habitantes que produzem 200 t/dia de lixo (COSTA; SILVA, 2011). Segundo Soares (2010), o contexto hoteleiro é responsável pelo acréscimo na quantidade de lixo, ao passar de 80 para 140 toneladas/dia.

**Foto 2** – Turistas em residencial da cidade de Caldas Novas, junho de 2022, aumento da demanda possibilitada pelos avanços da vacinação contra a doença do novo coronavírus (Covid-19)



Fonte: pesquisa de campo, 2022.  
Autora: Joelma de Souza Mesquita.

Assim, cabe a cada hotel se responsabilizar pelo gerenciamento dos resíduos de forma adequada, com vistas a diminuir o impacto ambiental. Por isso, é imprescindível a conscientização dos hóspedes e funcionários por meio de programas, treinamentos e incentivos, ao iniciar com a separação adequada dos resíduos.

Reitera-se, pois, a imprescindibilidade de conscientização dos hóspedes no que diz respeito a pequenos gestos de preservação do meio ambiente. A implantação da coleta seletiva pode iniciar com programas de incentivo e informação aos hóspedes, ao destacar o uso de recipientes específicos para cada tipo de material. Também se considera que a instalação de lixeiras em locais estratégicos e próximos a bares, lanchonetes, restaurantes, piscinas, saídas dos elevadores, corredores e estacionamento, é um método que facilita o descarte propriamente dito.

Geralmente nos hotéis de Caldas Novas, a maior parte do público é formada por famílias que pretendem passar férias, feriados prolongados ou simplesmente finais de semana. Sendo assim, os pais precisam

transmitir a seus filhos a importância de tais atitudes, como forma de despertar a consciência ambiental e os ensinar a separar lixo em casa ou em outros lugares; a economizar energia e água e a se responsabilizar pelo espaço onde vivem.

Nos hotéis de Caldas Novas, inclusive, há atividades específicas para as crianças aprenderem sobre o meio ambiente e a relevância de preservá-lo, a exemplo da forma correta de descartar cada tipo de resíduo. De acordo com Silva e Perna (2005, p. 449-450),

[...] um patrimônio natural intacto e bem valorizado é um trunfo considerável, sobre o qual as ações de promoção turística não se cansam de insistir. Este é o paradoxo do turismo, quanto mais bem sucedido for um local na oferta de um ambiente agradável para férias, mais visitantes atrairá e maior será o potencial de impactos negativos na qualidade ambiental do destino. A resolução do paradoxo passa pelo atenuar da dependência entre os níveis de bem-estar provenientes da atividade turística e o consumo da natureza, isto é, pelos esforços de garantir mais bem-estar para todos em simultâneo com uma menor intensidade de uso dos recursos naturais.

Observou-se que, na área interna dos hotéis, é essencial o uso de lixeiras específicas para cada tipo de resíduo e o incentivo aos hóspedes e visitantes para fazer o descarte correto. Isso facilita o trabalho dos coletores e representa uma forma de dever cumprido perante o meio ambiente, apesar de ser uma atitude simples como separar o lixo.

De acordo com os entrevistados A e B, os tipos de resíduos mais gerados no residencial turístico

[...] são latas de cerveja e refrigerante, plásticos (PET), copos descartáveis, papéis e orgânicos como restos de alimentos. Destes resíduos, os que mais são gerados no residencial/hotel são as latinhas de alumínio. Os setores que mais geram esses resíduos são os bares, a lanchonete e o restaurante (ENTREVISTAS, 2020).

Conforme as informações obtidas em campo, os setores que mais geram resíduos são os bares, onde a maior quantidade é composta por latas e garrafas de Politereftalato de Etileno – PET<sup>6</sup>; a lanchonete, com

---

6 A sigla PET deriva das primeiras letras do nome científico dado a esse plástico: Politereftalato de Etileno. O PET é classificado como um termoplástico quando são analisadas suas propriedades de solubilidade e fusibilidade, em que não sofre alterações

latas, garrafas PET e orgânicos (restos de alimentos); e o restaurante, com orgânicos, latas, papéis e plásticos.

Além disso, os entrevistados A e B indicaram que, nos apartamentos, há mais geração de lixo orgânico (restos de alimentos) e resíduos não recicláveis (papel, materiais higiênicos, absorventes, fraldas descartáveis, lenços de papel e cotonetes). Na alta temporada, enquanto são obtidos 50 quilos de garrafas PETs, há 70 a 80 quilos (ou mais) de latinhas por dia. Para a entrevistada B,

Os funcionários designados para a coleta seletiva são os do setor de serviços gerais e piscineiros, que fazem a separação dos resíduos que são vendidos para uma empresa de reciclagem. O lixo é depositado em latões localizados nos andares próximos à saída de emergência. Na empresa não há um trabalho de reaproveitamento de resíduos, todos são direcionados para a reciclagem (terceirizada) ou para a coleta municipal (container da Prefeitura Municipal) (ENTREVISTA, 2020).

Nesses termos, de acordo com os depoimentos (A e B, 2020), o trabalho de coleta seletiva é feito manualmente com o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, como luvas de proteção, sapatos apropriados etc., pois, certa vez, um funcionário cortou o braço na hora em que foi recolher um lixo onde havia cacos de vidros. Por estar sem luva de proteção, o ferimento provocado pelo acidente o levou a se afastar por vários dias com atestado médico. Por isso, é primordial a conscientização dos hóspedes e moradores sobre o descarte correto do lixo e o fato de os funcionários utilizarem os equipamentos apropriados.

Quando perguntada sobre a adoção de algum sistema de tecnologia para facilitar o gerenciamento dos resíduos sólidos, a entrevistada B (2020) respondeu que, “[...] até o presente momento, não houve nenhuma proposta de melhoramento por parte da empresa”. Reafirma-se que, no residencial/hotel, realizam-se ações de conscientização para hóspedes, moradores e funcionários quanto à importância da questão ambiental por meio de treinamentos, palestras periódicas e cartazes informativos nos apartamentos.

Para os entrevistados A e B,

---

na estrutura química durante o aquecimento até a fusão. Os termoplásticos, após serem resfriados, podem ser novamente fundidos, ou seja, o PET pode ser remoldado (Pereira; Machado; Silva, 2002).

Mesmo com o trabalho de conscientização, ainda há hóspedes e moradores que não separam os lixos nos apartamentos, dificultando o trabalho dos coletores. Quem faz a separação e a coleta dos materiais são os funcionários do parque, os piscineiros e serviços gerais, que juntam o dinheiro das vendas dos recicláveis durante o ano todo e, no final, do ano fazem a contagem e uma parte do dinheiro vai para a festa dos funcionários. O restante é dividido somente entre os responsáveis pela coleta (ENTREVISTAS, 2020).

Durante o trabalho empírico, foi realizada uma visita ao depósito onde são armazenados os resíduos que posteriormente são recolhidos por uma empresa particular de reciclagem que era cooperativa antes do período de realização da pesquisa. Os entrevistados A e B (2020) explicaram que os coletores recolhem os resíduos dos andares e do parque para separá-los depois disso, pois no parque há somente uma lixeira de coleta seletiva. As demais estão espalhadas no empreendimento e são únicas e com apenas depósito. Geralmente, os resíduos são não dispostos de maneira correta, o que dificulta o recolhimento e a separação realizados pelos funcionários.

As informações disponibilizadas pelos entrevistados A e B (2020) consideram que os coletores retiram todo tipo de resíduo, fazem a separação e o depositam em um local apropriado até ser recolhido pela empresa de reciclagem, visto que o serviço de coleta seletiva no ambiente interno do residencial/hotel não é uma função ligada à empresa. Cooperados que trabalham com o gerenciamento dos resíduos são os próprios funcionários do parque que possuem outras funções na empresa e não são obrigados a realizar tal função. Por isso, eles assinam um termo de responsabilidade em que consta desobrigatoriedade desse tipo de serviço, a não ser que o realizem de maneira autônoma.

Nesse caso, o dinheiro obtido com a arrecadação não é contabilizado no caixa da organização, por ser feita uma reserva separada para inserir o dinheiro arrecadado durante o ano com as vendas dos materiais recicláveis.

Segundo o entrevistado A:

[...] mesmo que haja uma conscientização dos hóspedes sobre a disposição correta dos lixos, eles nem sempre fazem isso, colocando os lixos todos misturados *[sic]*. Nos apartamentos, os lixos são colocados todos *[sic]* misturados nas lixeiras. No parque, é muito raro os clientes descartarem os lixos no lugar certo para cada tipo de resíduo. Foi destacado que são poucos

os clientes que se preocupam com a questão ambiental dentro do hotel (ENTREVISTA, 2020).

Resultados da pesquisa demonstram que as atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo, principalmente as que se associam à hotelaria, reproduzem as contradições do modo de vida capitalista, pois materializam relações espaciais e de poder em lugares diversos. Dessa forma, o estudo sobre a hotelaria remete ao entendimento de uma lógica em espaços urbanos, a exemplo de Caldas Novas, pois, a partir desse negócio, os territórios são transformados em objetos de venda para o consumo de turistas que aportam no destino hidrotermal (SANTOS; SOUSA; CRUZ, 2020).

Visualiza-se que, no período em que foram obtidos os depoimentos dos entrevistados (2019/2020), o trabalho de gestão de resíduos sólidos representa algo necessário, principalmente em destinos turísticos como Caldas Novas, nos quais o uso e o consumo dos recursos naturais são intensos e construídos a partir de lógicas não sustentáveis. No recorte espacial estudado, é explicitado que a gestão do território fica sob a responsabilidade de todos – residentes, poder público, turistas e empresas –, que precisam considerar os impactos ambientais provocados pelo turismo e por demais atividades em um contexto desafiado constantemente pelo capital e consumo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas análises feitas a partir do estudo de caso no Millennium Thermas Residence, conclui-se que há um sistema de gerenciamento de resíduos no hotel, no qual a coleta e a separação são feitas pelos funcionários que também possuem outras funções na organização. Porém, esse papel não é ligado à empresa, e sim realizado de maneira autônoma, cujos recursos são divididos entre eles, de modo que o dinheiro não é uma receita do referido empreendimento.

Notou-se que, para haver uma boa gestão ambiental na empresa, ela precisa estar engajada na conscientização de hóspedes, moradores e funcionários fixos e terceirizados sobre a importância da separação adequada dos resíduos. É necessário implantar programas por meio de medidas simples e de baixo custo que trarão benefícios para a

empresa e ao meio ambiente, como palestras, treinamentos e cartazes informativos.

Ademais, evidenciou-se que a preservação do meio ambiente se inicia com pequenas ações. Para a gestão ambiental ser eficaz, é necessário dispor de recursos para unificar a gestão ambiental com as demais áreas da empresa, ao tornar as causas ambientais um princípio básico na organização, com base na PNRS.

Destarte, cada hóspede, morador e colaborador deve se inserir nesse contexto, se engajar e auxiliar nas causas ambientais juntamente com a empresa. Esta última, por seu turno, deve adotar treinamentos para os funcionários que trabalham na área de gestão de resíduos sólidos. Finalmente, é essencial associar informações sobre o gerenciamento com a conscientização de outros colaboradores sobre a responsabilidade ambiental.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Norma Brasileira n. 10.004, 2004 (resíduos sólidos – classificação)*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSAD, Leonor. Lixo: uma ressignificação necessária. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 4, p. 22-24, dez. 2016.

BARBOSA, Morgana. *A reciclagem do lixo como forma de transformação econômica e proteção do meio ambiente em Caldas Novas*. Caldas Novas: UEG – Monografias, 2002.

CONTO, Suzana Maria de; CORRÊA, Luciara Bilhalva; ZARO, Marcelo. Empreendimentos turísticos e a geração de resíduos sólidos: a importância do planejamento de abrigos de armazenamento no projeto arquitetônico de meios de hospedagem. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 13, n. 3, p. 324-340, dez. 2013.

COSTA, Rildo Aparecido; SILVA, Giliander Allan da. Avaliação da qualidade ambiental do aterro sanitário de Caldas Novas-GO. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 22, p. 01-10, dez. 2011.

DEMO, Pedro. Pesquisa Qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. *Revista Latino Americana*, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril de 1998.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1997.

HOTSTAR PLAZA HOTEL. *A história de Caldas Novas*. Disponível em: <http://www.hotelhotstar.com.br/turismo-caldas-novas/a-historia-de-caldas-novas#mt>. Acesso em: 17 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS)*. Brasília: MMA, 2010.

LAMAS, Suellen Alice. Gestão de Resíduos Sólidos em Meios de Hospedagem: um estudo de caso do projeto lixo mínimo do hotel bühler em visconde de Mauá, RJ. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*. Jan – mar, 2015.

AMAT – Manual Básico. Disponível em: [http://www.amatgo.org.br/manual\\_.pdf](http://www.amatgo.org.br/manual_.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

MARQUES, Luana M. *A Festa em nós: fluxos, coexistências e fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia – Uberlândia-MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Sustentabilidade*. 2007. Disponível em: [www.abic.com.br/arquivos/sust\\_norma\\_pqcsust\\_19jun07.pdf](http://www.abic.com.br/arquivos/sust_norma_pqcsust_19jun07.pdf). Acesso em: 8 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. *Turismo sustentável*. 2013. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/sustainable.htm>. Acesso em: 7 mar. 2022.

PEREIRA, Rita de Cássia Campos; MACHADO, Andréa Horta; SILVA, Glaura Goulart. (Re) conhecendo o PET. *Química Nova na Escola*, n. 15, p. 3-5, maio 2002.

SANTOS, Jean Carlos V. *Vidas Oleiras: uma viagem pela tradição e arte*. São Paulo: All Print, 2021.

SANTOS, Jean Carlos V.; SOUSA, Ana Carolina F.; CRUZ, Marcus V. M da. Turismo, negócios e sujeitos em Caldas Novas, Goiás: manifestações, movimentos e perspectivas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 14, n. 3, p. 268–282, 2020.

SILVA, João Albino; PERNA, Fernando. Turismo e desenvolvimento autossustentado. COSTA, José Silva (Coord.). *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Gráfica de Coimbra/APDR, 2005. P. 449-472.

SOARES, Marcel. *Gestão de resíduos sólidos: um estudo de caso no município de Caldas Novas-GO*. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Pontifícia Universidade Católica de Goiás, São Leopoldo, 2010.

SOUZA, Claudio Alexandre; ALVARES, Rafaella Caroline Simão. Certificação Sustentável em Meios de Hospedagem – Caso da Certificação NBR 15401 no Brasil. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, Out-dez, 2014.

SOUZA, Guilherme Castanheiro de; CAMPARE, Rodrigo. *Revista InterAtividade*. Andradina-SP, Edição Especial, 1º sem. 2014

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 6. ed. revista e ampliada – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TREINTA, Fernanda Tavares *et al.* *Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão*. Disponível em: [http://www.prod.org.br/files/v0n0/aop\\_prod0312.pdf](http://www.prod.org.br/files/v0n0/aop_prod0312.pdf). Acesso em: 19 out. 2017.

VELOSO, Marcelo Pereira. *Visita técnica: uma investigação acadêmica*. Goiânia: Kelps, 2007.

# POVO KARAJÁ DE ARUANÃ-GO TERRITÓRIO E VIDA INDÍGENA

Entre a cidade e a aldeia

JOANNES DE SOUZA MEDRADO  
LORRANNE GOMES DA SILVA

O presente texto apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada no mestrado, defendida em 2021 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina. O objetivo foi mostrar a importância do território indígena Karajá no município de Aruanã-GO, para a reprodução da vida e cultura do povo Karajá.

O povo indígena Karajá possui uma história marcada por conflitos, mortes, massacres e aldeamentos, a partir do momento que a aldeia tradicional foi invadida pela cidade de Aruanã. Esse processo teve início com a construção do Presídio Militar Leopoldina, cuja finalidade era preservar a passagem do ouro através do rio Araguaia para outros Estados, acelerando, assim, a povoação da região.

O crescimento da cidade pressionou e pressiona o território indígena Karajá, levando a redução e fragmentação do mesmo. Desse modo, no mesmo espaço da cidade de Aruanã existem duas aldeias do povo Karajá e 3 terras diminutas e descontínuas. Essa divisão afeta diretamente a cultura e a vida indígenas, já que dependem de espaço de caça, pesca, coleta e, sobretudo, de elementos para confecção de artesanatos.

Destaca-se também que a cidade de Aruanã é conhecida no estado de Goiás como “as portas do rio Araguaia”. Aruanã, com aproximadamente 10.340 mil habitantes (IBGE, 2010), foi se tornando uma das

cidades mais atrativas do turismo do estado. Em 2012 chegou a receber cerca de 150 mil turistas. E No ano de 2022, por sua vez, a estimativa era receber 400 mil turistas ao longo da alta temporada (junho, julho, agosto).

Desse modo, além do espaço urbano, Aruanã é um território de vivência e de distintas apropriações do rio Araguaia. Se para os moradores da cidade e turistas não indígenas o rio Araguaia é um elemento de lazer, descanso e pesca muitas vezes predatória; para os *Iny* (modo como o povo Karajá se autodenomina), o rio é, na sua história de origem da vida, o útero, a mãe progenitora da existência. Essa compreensão de pertencimento ao rio está nas narrativas dos indígenas.

Além das atividades turísticas, o território indígena Karajá sofre pressão da pecuária. O município de Aruanã tem destaque estadual na criação de gado, atividade que também pressiona o território indígena, sobretudo o entorno da TI, como demonstrado nesta pesquisa.

O surgimento da cidade de Aruanã e a presença de atividades criadas e desenvolvidas a partir dela, como o comércio, o turismo e a pecuária, além de reduzir, pressionam o território indígena a se reorganizar de acordo com novas dinâmicas espaciais. Nesse contexto, que parece irreversível, o mais agravante é não existir depois de tantas décadas de violação aos direitos indígenas, projetos adequados de inclusão dos indígenas nessas atividades. A ausência de projetos e políticas públicas elucidam problemas e impactos, sobretudo, no modo de vida ressignificado através das práticas de alimentação educação, vestuário e língua materna.

A pesquisa é qualitativa e teve como metodologia a observação participante. A pesquisa de campo foi um procedimento metodológico basilar e possibilitou a realização de observações, entrevistas e rodas de conversas.

## **TERRITÓRIO ORIGINAL, SEGUNDO O POVO KARAJÁ DE ARUANÃ**

O território tradicional para os Karajá está associado às suas memórias preservadas pelas histórias orais. O movimento dos sujeitos aos seus costumes tradicionais é essencial para as relações culturais que

constituem a identidade e a existência deste povo. Conforme o relato de um indígena Karajá de Aruanã,

Pro povo *Iny*, pra nós o território é onde nós nacemu né, assim onde a nossa mãe enterra o nosso umbigo né, e porque é assim que nós tem um vínculo com a terra né. É desse modo que nós estabelece uma conexão com a natureza, para que nós possamos ser guiados pelos espíritos da natureza né, onde nós devemos ir pra caçar e pra coletar a matéria-prima, então o território pra nós é assim a natureza onde nós temos a conexão espiritual (ENTREVISTADO E, 2019).

Conforme as relações culturais estabelecidas pelo povo Karajá de Aruanã, em suas memórias, o território *Iny* era muito mais que os olhos deles podiam alcançar. As palavras de um indígena Karajá entrevistado na aldeia *Buridina* sintetizam o cotidiano de seu povo.

Ixe, aqui era diferente né, era uma cultura viva né, porque tinha a Aruanã, a dança de Aruanã, o costume era bem usado mesmo né, não do jeito que tá hoje né, aqui era grande né, tinha muito índios né, o que tirou os índios daqui foi a doença do homem branco né, então aqui era grande né, porque naquele tempo dududu, naquele tempo era Karajá puro né, Karajá o certo né, com só riquezas culturais forte né, no casu de pajé, artesanô, dançari-nos, trabalho em roça, pescadores, lutadores né, tudo isso tinha aqui nesse tempo né, até nono ano 40 tinha isso tudo aqui, porque ai veio a doença e foi separando né, aí os Karajá foi fazendo moradinhas até Santa Izabel (ENTREVISTADA E, 2019).

Nas histórias orais dos Karajá, a aldeia *Buridina* foi separada da cidade até o ano de 1940 e a sua divisão era o córrego Bandeirante. Do lado norte do município, ficava a aldeia *Buridina* e ao sul, a cidade de Aruanã. A aldeia fica localizada entre os dois córregos: Bandeirante e o Xibio.

A demarcação da TI Karajá de Aruanã I, em 13 de julho de 1999 (BRASIL, 2020), e a homologação da demarcação pela Câmara dos Deputados, em 12 de setembro de 2000 (BRASIL, 2021<sup>1</sup>), foram grande conquista para os Karajá. Apesar disso, existem muitas casas de não indígenas dentro da TI demarcada. Destaca-se que a área da aldeia tem como limites os córregos Bandeirantes e Xibio, além da Avenida Caio

---

1 Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/\\_sn/2000/decreto-49626-12-setembro-2000-597753-publicacaooriginal-120536-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/_sn/2000/decreto-49626-12-setembro-2000-597753-publicacaooriginal-120536-pe.html). Acesso: 12 nov. 2021.

Pacheco. Essa demarcação mostra o quanto o território desse povo foi invadido pelo processo capitalista: o cemitério antigo foi desapropriado para a construção de um guarda barcos. Houve o cercamento da aldeia pela malha urbana e a redução do lugar de caça e roça; além do contato direto e contínuo com não indígenas.

No que se refere ao território dos Karajá, em uma roda de conversa com indígenas de *Buridina*, ao lembrarem-se de como era o território tradicional e a aldeia antes da invasão dos não indígenas, eles descreveram a diminuição de suas terras, com o passar dos anos e o crescimento da cidade, restando a eles somente o espaço da aldeia. Com isso, esse povo foi ficando sem terra para criar seus filhos, sem espaço para plantar, caçar e colher matéria-prima. Assim, o relato de uma das lideranças *Buridina* revela o drama do processo de diminuição de seu território.

Olha, está cercado por casas do homem branco né, é a mesma coisa de uma cerca de arame farpado né, onde não tem jeito de sair né, pra caçar né, pra pescar e colher material né pra os artesanatos né, e nem tem jeito de plantar roça né, então eu me sinto assim, um pássaro na gaiola, então isso é muito triste pra o povo *Iny* (ENTREVISTADO A, 2019).

O povo Karajá luta pela permanência dessa área desde a chegada do não indígena, que estabeleceu uma divisão do território pelo córrego Bandeirante, onde eles fixaram a aldeia. Porém, mesmo quando a aldeia era separada da cidade, os não indígenas quiseram expulsá-los de seu território e retirá-los da cidade. Segundo Helena Schiel (2017, p. 359): “[...] a aldeia estaria separada de Leopoldina apenas por um pequeno córrego. Sugeriu, ademais que removesse a aldeia para outro local, para afastá-la da cidade”.

De acordo com um Karajá entrevistado,

Esse corgo, no passado tinham muita água né, o ano todo, nós banhava nesse corgo, até peixe nós pescava né, no corgo né, olha tinha épuca que esses corgo dava até uma cachoeira né, mais com a chegada do não índio aqui foi acabando tudo né, até o povo Karajá foi indo embora né, por causa da doença desconhecida que o homem branco trouxe né, pra nós Karajá (ENTREVISTADO D, 2019).

Nessa perspectiva, outro entrevistado Karajá relata que

Quando eu cheguei aqui, na aldeia de Buridina né, a aldeia e a cidade era separada pelo corgo Bandeirante né, isso no ano de [19]40 né, aí com o tempo foi passando a cidade foi invadindo o nosso território né, e a aldeia (ENTREVISTADO D, 2020).

Mediante esse relato, o senhor Renan *Wasuri* fez um mapa mental de como era a organização cultural da aldeia *Buridina*.

**Figura 1** – Mapa mental da aldeia *Buridina* na década de 1950



Autor: Renan *Wasuri*.

Fonte: trabalho de campo, fev. de 2020.

No mapa mental produzido pelo senhor Renan *Wasuri*, a aldeia *Buridina* tinha o que chamam de *Ijasò*, *Ijòina* e *Itxeò*. *Ijasò* são os homens mascarados com vestimentas feitas do buriti para a dança Aruanã, o canto e rituais na passagem do menino para a fase adulta. O *Ijòina* é a casa dos homens, casa de Aruanã e também o espaço dos homens para realizar a festa de Aruanã. O *Itxeò* é a cruz do *wabde* (cemitério). O mapa mental também mostra as casas em fileira à margem do *Berohoky* (rio Araguaia). Existia ainda um curral dentro da aldeia. Mostra ainda que a aldeia *Buridina* e a cidade eram separadas pelo córrego Bandeirante; e que a cidade ficava à margem do rio *Ibèsò Bero* (rio Vermelho).

Essas lembranças mostram como a memória dos elementos culturais do povo Karajá é importante. A partir do mapa mental, observavam-se as mudanças que o tempo trouxe para o espaço da aldeia *Buridina* e como o território foi aos poucos pressionado pelas atividades capitalistas e retirado dos indígenas. Diante disso, os entrevistados afirmaram que a reprodução de muitas práticas culturais (roça, caça, pesca e coleta), foi impossibilitada no território Karajá.

O território tradicional para os Karajá de Aruanã é uma fonte permanente de socialização cultural – trocam memórias das caças, das roças, da abundância e escassez, dos materiais de coleta, dos aspectos sobrenaturais da natureza e do rio. Segundo Silva (2010), o território não é apenas fonte da subsistência material, mas, também é um lugar onde eles constroem suas realidades sociais e simbólicas.

Silva (2010, p. 68) relata que

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, não podem ser percebidos apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, pois representa uma identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

Para os Karajá de Aruanã, o território representa o lugar de nascimento, onde eles socializam. Nele todos têm o direito de utilizar os recursos da terra e da natureza através da caça, pesca e roça. Assim, para esse povo, a propriedade privada não se estabelece em suas concepções de vida, porque o trabalho pode ser individual, porém a colheita do trabalho pertence a todos os indígenas da aldeia. Desse modo, “[...] para os povos indígenas não é o território, mas a terra a base material sobre a qual gravam os padrões identitários, de parentesco e afinidade; determinam suas regras de residência e descendência” (SILVA, 2010, p. 68).

Nessa perspectiva, “[...] em um sentido material, os vínculos da cultura com o território não devem ser rompidos. Os povos indígenas parecem ter claro isso, pois constantemente “relembra” suas origens através da tradição oral, em que as histórias dos mais velhos são contadas e recontadas” (SOUZA, 2007, p. 77).

Em suas histórias, na aldeia *Buridina*, até meados da década de 1940, havia a “casa de Aruanã”<sup>2</sup>, espaço para fazer a dança Aruanã, fazer as roças, os guerreiros e os rituais culturais. De acordo com o cacique da aldeia *Buridina*, os deslocamentos abrangiam um raio de até duzentos quilômetros, tendo a aldeia atual como ponto principal.

Nóis demarcava o nosso território era assim né, pegando aqui a aldeia né, nós tinha como ponto de partida a aldeia né, uma perambulação de 150 a 200 km da aldeia né, mais que naquela época né, assim dizia meu avô, que o meu avô contava né, que nós Karajá antes do homem branco chegar, nós tinha essa perambulação assim né, de 150 a 200 km da aldeia, e ele falava assim, que nós era tipo nômades né, devido a essa perambulação, assim, pra nós caçar e coletar matéria-prima pros artesanato né, pra alimentar a comunidade né, então era assim (ENTREVISTADO A, 2019).

De acordo com o cacique da aldeia *Buridina*, os deslocamentos mais distantes aconteciam entre os anos de 1650 a 1800, mas devido ao encontro constante com os não indígenas, eles foram aos poucos deixando essa prática. O mapa 1 apresenta parcialmente o território tradicional do povo Karajá de Aruanã, nos séculos XVI, XVII e XVIII. (Mapa 1)

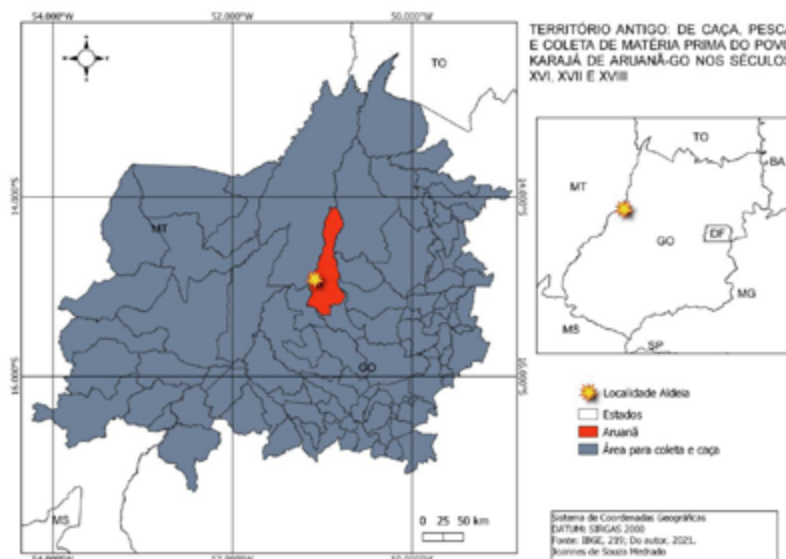
Este mapa foi elaborado após diálogo com o cacique da aldeia *Buridina* sobre o território de caça, pesca e colheita de matéria-prima nos séculos XVI, XVII e XVIII. O mapa foi concebido através da informação que os deslocamentos eram de até 200 km de raio do atual território. Os saberes desse povo estão presentes nos relatos de um dos indígenas participantes da pesquisa.

Nosso povo também tinha uma prática de reconhecimento da mata, para se proteger de outras etnias e dos não indígenas. Este conhecimento da mata se dava através dos guias espirituais (os pajés) que percorria todo o lugar onde os Karajá se deslocavam para caçar e colher os materiais dos artesanatos, através dos animais, que no qual eles se conectavam com eles, assim os pajés conseguiam ver toda a área que eles podiam percorrer com segurança (ENTREVISTADO B, 2019).

---

2 Casa de Aruanã: nas falas dos Karajá, nessa casa só podem entrar os homens, onde eles fazem rituais de sua cultura, sendo esses rituais pertencentes aos homens.

**Mapa 1** – Território de deslocamento dos Karajá de Aruanã, nos séculos XVI, XVII e XVIII, de caça, pesca e coleta de matéria-prima



Fonte: IBGE, 2016.

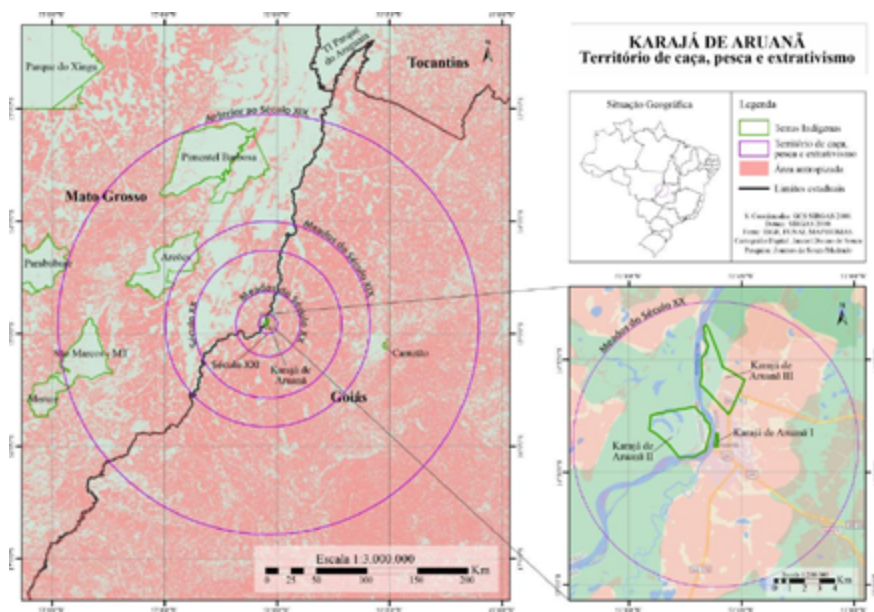
Elaboração: Joannes de Souza Medrado, 2020.

Os impactos causados pelas formas capitalistas de ocupação da terra promoveram um processo de diminuição do território do povo Karajá de Aruanã. A partir do século XIX e, sobretudo no XX, com a intensificação das atividades econômicas em Terras Indígenas, nota-se que praticamente todos os povos no Brasil perderam território. Em relação ao povo Karajá de Aruanã, as informações do mapa da Figura 3 demonstram a diferença entre a dimensão histórica do território e o que se tem hoje. A redução é violenta e preocupante para a permanência e reprodução da vida indígena.

O mapa 2<sup>3</sup> mostra como as atividades econômicas foram promovendo uma fragmentação do território deste povo.

3 Este mapa foi construindo através de informações e percepções da memória indígena.

**Mapa 2**– Território de caça, pesca e extrativismo dos Karajá de Arauã, nos séculos XIX e XX



Fonte: IBGE; FUNAI; MAPBIOMAS, 2000.

Elaboração: Janiel Divino de Souza, 2021.

Como observado no mapa 2, houve um decréscimo significativo no território de caça, pesca e coleta de matéria-prima utilizada pelos Karajá de Arauã. Dentro os aspectos que contribuíram para fragmentação do território deste povo, está o vasto processo de construção de estradas, que contribuiu e facilitou o acesso do não indígena ao território originário. Isso facilitou a expansão da pecuária, um dos principais elementos que levou à redução e fragmentação do território dos Karajá de Arauã. Com o avanço dessa atividade econômica, teve-se um desenvolvimento e crescimento dos núcleos urbanos, que também contribuiu para a redução desse território.

Dentre as implicações impostas ao território do povo Karajá de Arauã que levaram à diminuição e fragmentação do mesmo, destaca-se o processo capitalista imposto pelo agronegócio. A partir do século XX ele foi se intensificando e produzindo elementos que desapropriaram referências da cultura Karajá.

## TERRITÓRIO ATUAL KARAJÁ: IMPLICAÇÕES PARA A VIDA INDÍGENA

O povo Karajá de Aruanã está organizado em duas aldeias que são *Buridina* e *BdèBure*, ambas localizadas no município de Aruanã. A aldeia *Buridina* fica à margem do rio Araguaia, na TI Karajá de Aruanã I, e a aldeia *BdèBure* fica mais na extremidade norte da cidade, na TI Karajá de Aruanã III. Além dessas aldeias, a TI Karajá de Aruanã II é uma reserva, localizada no município de Cocalinho – MT, onde eles fazem suas roças e colhem matéria-prima para seus artesanatos. Segundo dados do Posto de Saúde Indígena de Aruanã (SESAI, 2020), o povo Karajá de Aruanã é composto por 72 famílias, com aproximadamente 293 pessoas, distribuídas nas duas aldeias – *Buridina* com 37 famílias (169 pessoas), e *BdèBure* com 21 famílias (81 pessoas), além de 14 famílias com 43 indígenas que vivem fora das aldeias.

Desde a década de 1980, a cidade de Aruanã vem tendo um crescimento desordenado, tornando o território dos Karajá cada vez mais ameaçado. Além da pecuária no entorno da Terra Indígena, o turismo também contribui para a atual configuração do território Karajá. As atividades turísticas, sobretudo após a década de 1990, desencadearam uma expansão da especulação imobiliária, como mostra o Figura 2.

O croqui da Figura 4 ilustra que as casas dos não indígenas foram invadindo a TI Karajá de Aruanã I, fazendo com que a aldeia fosse cercada pela malha urbana. Nessa perspectiva, segundo Silva, Lima e Nazareno (2019, p. 223),

Os Karajá foram sendo obrigados a estar ilhados dentro de seu próprio território. Nesse sentido, menos que aceitar as imposições do avanço da cidade de Aruanã e do turismo sobre suas terras, os Karajá tiveram que negociar a manutenção de sua permanência na região, a exemplo do que ocorreu durante todo o processo de colonização e contato, iniciado no século XVI.

No início do século XXI, a aldeia *Buridina* também teve uma divisão interna de seu território, com os Karajá cercando suas casas, cuja razão é: a cultura do não indígena está inserida na cultura deste povo, especialmente com os casamentos do não indígena com o indígena e, assim, mudando a configuração das casas na aldeia. A organização original das casas está exposta em fileiras, sendo que uma das fileiras de casas tem a porta da frente virada para o Rio Araguaia, e a outra está

virada para a Avenida Altamiro Caio Pacheco (Avenida do SESI). As casas atuais estão sendo construídas de forma aleatória, com a maioria fora dos padrões originais (símbolo da cultura deste povo), tendo como um dos motivos dessa alteração os casamentos interétnicos.

**Figura 2** – Croqui da aldeia *Buridina*



Fonte: elaborado pelo primeiro autor.  
Projeto gráfico: Keren Karoline Pereira de Souza.

Nos olhares dos Karajá mais antigos da aldeia *Buridina*, os casamentos dos indígenas com os não indígenas não teriam problema, desde que houvesse a continuidade da aprendizagem das crianças no processo cultural do povo, o que não acontece. Os casamentos com não indígenas trouxeram conflitos dentro da própria aldeia e uma das consequências tem sido o cercamento das casas com cerca de arame e até mesmo com telas de alambrados.

Não bastasse o avanço da cidade no território indígena, as mudanças das casas dentro da aldeia alteram as estruturas físicas e, consequentemente, as políticas internas deste povo. Por exemplo, a dimensão sociocultural das relações tradicionais dos Karajá não possui mais a forma original. Quando havia qualquer mudança na aldeia, o assunto era compartilhado com o cacique que, como liderança, reunia a comunidade para comunicar e decidir com todos.

## **UM BREVE RELATO: BURIDINA, DO TERRITÓRIO AOS LUGARES FRAGMENTADOS. BDÈBURÈ, O TERRITÓRIO CONQUISTADO**

*Buridina* é uma aldeia que sofreu tantas mudanças impostas por atividades econômicas como o turismo. Isso acarretou implicações como a especulação imobiliária devido ao crescimento da cidade de Aruanã, afetando a configuração sociocultural desta aldeia. Assim, o processo de diminuição do território de *Buridina* está associado ao aspecto cultural do lugar indígena, que, pela invasão dos não indígenas, apresenta perdas como o a remoção do cemitério original deste povo.

O processo de retirada do cemitério da aldeia *Buridina* ocorreu devido a invasão do território original deste povo pelos não indígenas. Pode-se afirmar que esse elemento causou uma desterritorialização do cemitério tradicional e impôs aos Karajá de *Buridina* uma nova organização cultural. Consequentemente, eles teriam que se adaptar ao cemitério dos não indígenas para o enterro de seus entes queridos.

Diante disso, as interpretações de Haesbaert (2019) sobre território, territorialização e desterritorialização contribuem com as análises sobre o cemitério da aldeia *Buridina*.

Discutida a relevância de tratarmos o território e a desterritorialização a partir de uma dimensão cultural, entendida como cultura política, podemos propor um tratamento da des-territorialização a partir dos diferentes níveis de interação cultural que ela envolve. Assim, teríamos territórios culturalmente mais fechados – cujos grupos poderiam ser vistos, ao mesmo tempo, como territorializados (internamente) e desterritorializantes (na relação com grupos de outros territórios, deles excluídos), e territórios culturalmente mais híbridos, no sentido de permitirem/facilitarem o diálogo intercultural, quem sabe até possibilitando a emergência de novas formas, múltiplas, de identificação cultural (HAESBAERT, 2019, p. 229).

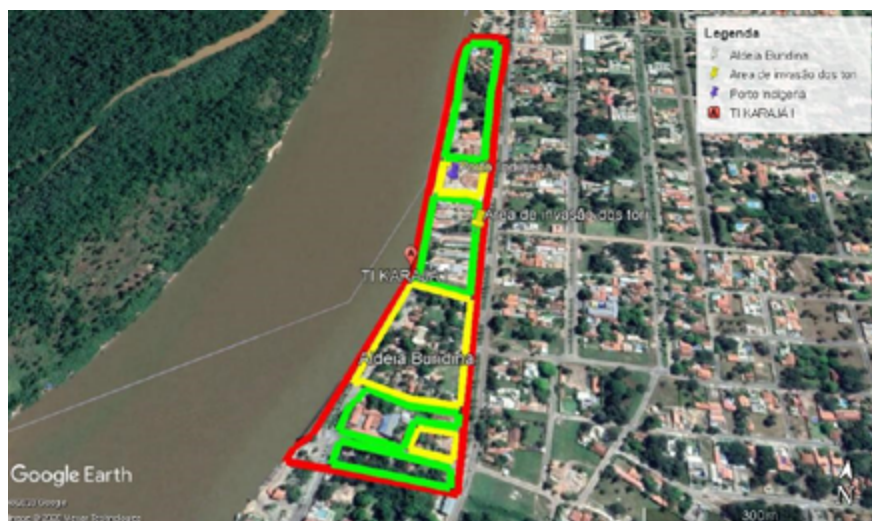
Assim, no contexto de desterritorialização e reterritorialização do cemitério Karajá aos seus modos tradicionais, com a retomada da TI Karajá de Aruanã III, foi possível reterritorializar o cemitério na aldeia *Bdèburè*. Devido à invasão dos não indígenas ao seu território, mais especificamente à TI Karajá de Aruanã I, os Karajá foram obtendo uma nova configuração sociocultural da aldeia.

*Buridina*, aos olhares dos Karajá, se tornou um “condomínio fechado”, devido às cercas das casas dentro da aldeia que estão alterando a organização sociocultural e tornando o espaço fragmentado. Lima (2010b) fala em outra perspectiva da aldeia, de “confinamento humano”.

É neste território diminuto e fragmentado que se encontra uma das contradições dos Karajá neste século. De um lado, o território constitui-se a base segura para reprodução da vida, a segurança material de sua sobrevivência física e cultural, e por outro lado, representa a área do confinamento humano, destituída, em função da dimensão reduzida e das situações de degradação, dos recursos naturais da biodiversidade do Cerrado necessários para garantir o sustento físico e cultural do grupo (LIMA, 2010b, p. 90).

Existem, portanto, contradições que dificultam a resignificação das práticas culturais e, especificamente, a manutenção do território tradicional dos Karajá de *Buridina*. Especialmente, porque, após a demarcação, o território Karajá já tinha sido invadido e foi consideravelmente diminuído no espaço da aldeia. Com essa diminuição, torna-se mais difícil as possibilidades de resignificação da cultura. A Figura 3 ilustra a TI Karajá de Aruanã I, na qual vivem atualmente 169 pessoas. É possível observar que a aldeia está cercada pela malha urbana, em uma invasão provocada pelos não indígenas.

**Figura 3** – Território Karajá no município de Aruanã, TI Karajá de Aruanã I



Fonte: Google Earth pro.

A linha vermelha marca a TI Karajá de Aruanã I, a linha amarela localiza os limites da aldeia *Buridina*, as partes reconquistadas depois da demarcação e homologação e, recentemente, a conquista de um porto destinado aos Karajá, para que eles possam implantar uma associação de barqueiros – elemento econômico atribuído aos Karajá com interferência do governo local em prol do turismo. A linha verde representa as construções e invasão dos *tori*.

Já a aldeia *Bdèburè*, que está localizada na TI Karajá de Aruanã III, foi fundada recentemente, quando os Karajá conseguiram a demarcação da TI Karajá III, em 11 de agosto de 1999, e a homologação da demarcação, em 12 de setembro de 2000 (BRASIL, 2020).

Assim, juntamente com o apoio da FUNAI, eles utilizavam o território de retomada para a criação de gado leiteiro. A supervisão da FUNAI decorre do fato de que a TI Karajá de Aruanã III estar mais da metade composta por pastagem e roças. Em conversas com os Karajá de *Bdèburè*, descobriu-se que a aldeia teve seu primeiro morador no ano de 2001 e a área ainda era chamada de *Aricá*. Após esse primeiro morador, outras famílias Karajá foram chegando na TI Karajá de Aruanã III,

havendo a necessidade de construção de casas para as famílias que estavam se instalando na aldeia. Com a ajuda da FUNAI, eles construíram algumas casas de palhas, em fileiras, do jeito tradicional (Foto 1).

**Foto 1** – As primeiras casas da aldeia *Bdèburè*



**Fonte:** arquivo pessoal do Senhor Zeilto, 2003.

Com a construção da aldeia *Bdèburè*, houve uma nova organização sociocultural dos Karajá. A aldeia teve alterações nas primeiras casas construídas, que eram de palhas e em fileira. Atualmente, a alvenaria das casas é feita igual às do não indígenas, com paredes de tijolos e não de palhas, com portas e janelas de metal, algumas com piso queimados e cerâmicas. Esses novos formatos das casas fogem do padrão arquitetônico original da cultura indígena.

A organização das casas não segue uma padronização específica na aldeia. As fileiras de casas não são feitas no modo tradicional, em linhas horizontais. As casas foram construídas de modo que ficassem em círculo. De acordo com um entrevistado da aldeia *Bdèburè*: “[...] *olha nós construímos as nossas casas assim, foi porque essa aldeia não está na margem do rio né, então como nós mudamos o nosso modo tradicional que é fazer a aldeia na beira do rio né, então nós construímos as cassas assim em círculo*” (ENTREVISTADO C, 2020).

As casas da aldeia *Bdèburè* não estão organizadas em um padrão de alinhamento em fileira devido a distância da margem do rio Araguaia. Contudo, segue um padrão de círculo, pois, no centro os indígenas praticam seus rituais tradicionais com as crianças, na tentativa de fortalecer a cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que as Terras Indígenas no Brasil sempre estiveram e ainda estão em intensos alvos de conflitos e disputas, tendo como atores de pressão diversas atividades econômicas e empresas nacionais e multinacionais. Com os Karajá não foi diferente, a pressão econômica promoveu o processo de desterritorialização deste povo, que têm em seu lugar de vivência uma relação de pertencimento com o território. De tal modo, nas investigações da memória dos Karajá mais velhos sobre os conhecimentos tradicionais, percebe-se que a dimensão territorial deste povo antes do processo de desterritorialização era bem diferente e ainda é recordada por eles. Suas histórias orais recontam de fato como o povo Karajá de Aruanã faziam suas festas culturais. A aldeia se organizava para a festa aruanã, com os rituais dos guerreiros e da passagem do menino para adultos.

Para os Karajá de Aruanã, o avanço da pecuária e do turismo no seu território tradicional causou uma diminuição e fragmentação. A aldeia *Buridina* foi perdendo moradores devido ao contato constante com o não indígena e, com isso, eles foram ressignificando as organizações culturais.

Neste contexto, a vida indígena e o lugar indígena dos Karajá de Aruanã estão em uma área urbana. Desse modo, com passar dos anos esse povo vem resistindo e ressignificando a sua cultura em um território onde houve tantas intervenções pelo processo capitalista. De tal modo, grande parte dos valores culturais e identitários praticados em territórios ancestrais está apenas em suas memórias.

Nota-se que as terras demarcadas do povo Karajá são diminutas e não asseguram a garantia do desenvolvimento de atividades tradicionais como a caça, pesca e coleta, em quantidade suficiente para o sustento das famílias. Desse modo, compreender melhor a diminuição e a fragmentação do território Karajá, que se deram pelo avanço da pecuária e

do turismo, é importante para entender a luta e identificar problemas enfrentados por esse povo. Para exemplificar, o território Karajá, tendo a aldeia *Buridina* como referência, era de 150 a 200 km de raio, hoje em 2023, esse território se configura em três terras descontínuas.

De tal maneira, as relações socioculturais que incidem sobre a reprodução da vida e cultura desse povo poderão apontar avanços para compreender as dificuldades enfrentadas por eles e, dessa maneira, propor ações que reflitam sobre a questão. A luta deste povo pela valorização e visibilidade de sua cultura em um território diminuto está associada a suas ressignificações culturais. O principal elemento cultural é a língua materna, que é a sua identidade, é se ver como verdadeiro membro do povo *Iny*.

Fica evidente também a existência do território original e das práticas socioculturais tradicionais na memória dos Karajá mais velhos. Eles procuram transmiti-las em suas histórias orais, tais como o modo de fazer roça, as danças, os rituais, a caça e os afazeres dos artesanatos. Os indígenas anciões possuem também um vasto conhecimento sobre a natureza.

Em resumo, a pesquisa revelou que o povo Karajá em suas relações socioculturais busca a visibilidade de sua cultura por meio da Educação Escolar Indígena, em conexão com o mundo não indígena, para manter suas identidades culturais. Com tantos impactos no território e na vida dos Karajá de Aruanã, considera-se, como resultado da pesquisa, que eles são exemplos de vida e sábios na construção e resistência do território como lugar de relações culturais e de resistências.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Legislação Informatizada*. Decreto de 12 de setembro de 2000, Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2000/decreto-49626-12-setembro-2000-597753-publicacaooriginal-120536-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em: <https://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso: 08 jul. 2020.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico (2010)*. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 15 mar. 2023.

LIMA, Sélvia Carneiro de. Os Karajá de Aruanã-GO e seus territórios restritos: biodiversidade reduzida, integridade abalada. *Ateliê Geográfico*. Goiânia, Vol. 4, Nº. 1, pp. 84-115, 2010b.

LIMA, Sélvia Carneiro de. *A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano*. 2010. Dissertação (Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010a.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 9. reimpressão. São Paulo – SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SCHIEL, Helena. *Dançando cacofonias: de mestiços, inã (Karajá) e “cultura”*. Anuário Antropológico Online, 2017.

SESAI. *Secretaria da Saúde Indígena*. Posto Local, cidade de Aruanã/Goiás, 2020.

SILVA, Lorrane Gomes da; LIMA, Sélvia Carneiro de; NAZARENO, Elias. O povo Karajá de Aruanã-GO/Brasil: turismo, território e vida indígena. *Tempos Históricos*, v. 23, p. 216-240, 1º semestre de 2019.

SILVA, Lorrane Gomes da. *Avá-Canoeiro, a resistência dos bravos no Cerrado do norte Goiano: do lugar ao território*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SOUZA, José Luiz de. Da desterritorialização ao território simbólico: o caminho de uma sociedade indígena rumo ao seu território tradicional. *Caminhos de Geografia*, V. 8, n. 23, p. 73 – 80. Edição especial, 2007.

## A HIERARQUIZAÇÃO RELIGIOSA NO ESPAÇO URBANO

### O caso das religiões afro-brasileiras em Goiás

LÉO CARRER NOGUEIRA

**O**s conflitos entre religiões cristãs e outras denominações religiosas tem sido uma constante ao longo da história da humanidade. Eles marcaram profundamente a história das inúmeras religiões Afro-Brasileiras que se desenvolveram no Brasil a partir dos contatos entre as práticas religiosas dos africanos escravizados, grupos indígenas e do catolicismo português. Com efeito, tais conflitos continuam a tomar corpo e forma no discurso de algumas denominações pentecostais e neopentecostais.

Ao observar as relações entre estas religiões hoje, percebe-se que a relação hierárquica que permeou sua história se mantém na configuração espacial que elas adotam no meio urbano. A ocupação do território por parte dos templos religiosos acontece de acordo com a aceitação social que determinada prática religiosa tem mediante a sociedade e através de uma negociação entre as diferentes religiões.

Essa constatação é perceptível através dos templos de cada religião. Enquanto as religiões cristãs procuram demarcar sua territorialidade através dos símbolos e elementos referentes à sua prática religiosa no exterior de seu templo, os templos das religiões afro-brasileiras muitas vezes tendem a se camuflar e não apresentar em sua fachada os símbolos pertinentes à sua crença.

Como exemplo, cita-se a presença de um templo católico com seus signos, tais como sinos, cruzes e vestimentas, ritualísticas personificadas nos padres e freiras, diferenciando-os das territorialidades evangélicas, onde esses signos mudam no afã de visibilizar e demarcar aquela territorialidade (MELLO, 2006, p. 18-19).

A formação das territorialidades é inerente à formação do próprio espaço urbano. Ela se definiria como o local onde um determinado grupo exerce seu poder. Como afirma Mello (2006, p. 18)

Ao se perceber a constituição do território, torna-se relevante e de grande importância destacar a territorialidade como fator de análise ao entendimento dos grupos sociais. Por territorialidade, entende-se as áreas de um território em que há o domínio de um grupo específico. Ao citar a cidade como exemplo, percebe-se que esse espaço é configurado por um conjunto de territorialidades que se estende desde áreas particulares às de domínio público.

Portanto, as territorialidades abrangem diversos aspectos de uma sociedade: político, econômico, cultural e também religioso. A constituição das territorialidades religiosas podem ser melhor percebidas por meio das chamadas hierópolis, ou seja, cidades que organizam seu espaço em torno da religião, como Aparecida do Norte (São Paulo) e Trindade (Goiás). Em tais cidades, a presença de uma religião dominante historicamente constituída faz com que outras práticas religiosas sejam de certa forma invisibilizadas. Porém, não é só nas hierópolis que isto acontece, como define Mello (2006, p. 20).

No tratamento teórico da questão, se percebe que a força de uma religião sobre outra no mesmo território, possibilita identificar a existência de cidades que não se caracterizam no perfil de uma hierópolis, no entanto, em função de ideologias político-religiosas se firmam diuturnamente, inibindo ou invisibilizando outros credos não aceitos como religião.

Este é precisamente o conceito das territorialidades sagradas, ou seja, locais onde se faz presente o exercício do poder de uma determinada prática religiosa, rechaçando assim a presença de outras práticas. Segundo Gil Filho (2008, p. 111), “[...] a territorialidade do sagrado, em primeira instância, seria a percepção das limitações imperativas do controle e da gestão de determinado espaço sagrado por parte de uma instituição religiosa”.

Ao se definir uma territorialidade sagrada, a religião busca se afirmar a partir dos símbolos sagrados e de um discurso ideológico-religioso. No Brasil, como as religiões cristãs ainda são maioria, segundo os dados do IBGE (2012), percebe-se que elas procuram exercer certo domínio em relação às outras práticas religiosas, principalmente por parte das religiões neopentecostais.

Um exemplo de cidade na qual constata-se esta territorialidade do sagrado é a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, localizado no interior do Brasil. A cidade foi construída em 1933 para ser a nova capital do estado e em 1937 houve a transferência da antiga capital Vila Boa (hoje denominada Cidade de Goiás) para a nova capital planejada, Goiânia (OLIVEIRA, 1999).

No planejamento urbano de Goiânia, como no de outras cidades do período, identifica-se a marca da hierarquia religiosa da época. Isto porque, segundo o primeiro plano diretor de Goiânia, elaborado por Atilio Correia Lima e Armando Godoy entre os anos de 1933 e 1935, dentre os espaços religiosos só havia lugares destinados a templos católicos, sendo a principal delas a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, na então cidade de Campinas. Não havia qualquer outra menção a templos de religiões não católicas, porém isto não significa que elas não existiam.

É o caso do Espiritismo, religião de origem francesa que chega ao Brasil no século XIX e já contava com adeptos no interior do estado neste período. No entanto, na distribuição do espaço destinado às religiões na nova capital, somente a religião oficial é levada em consideração, configurando-se, assim, a visão do Estado sobre elas.

Ao longo de sua constituição, a cidade recebeu o afluxo de diversas denominações religiosas, e se tornou uma capital bastante cosmopolita. No entanto, o discurso religioso das religiões cristãs, de certa forma, ainda é dominante. Se no início a religião católica se fez afirmar a partir da ocupação do espaço, atualmente são as religiões neopentecostais as que mais buscam ocupar os espaços públicos, inibindo que outras religiões as quais são contrárias o façam, a exemplo das religiões afro-brasileiras.

Tal fato ficou bem claro em um episódio ocorrido na cidade de Goiânia, no ano de 2003, denotando a disputa pelo uso do espaço público entre as religiões afro-brasileiras e neopentecostais. Mas, antes

da análise desse episódio, convém interpretar o discurso religioso que sustenta a visão neopentecostal.

## O DISCURSO DAS RELIGIÕES NEOPENTECOSTAIS

Durante os séculos que precederam à organização dos cultos Afro-Brasileiros, o poder da Igreja Católica se fez notar através da figura da Inquisição. Esta fazia questão de reafirmar os dogmas católicos perseguindo e condenando à fogueira e ao enforcamento os praticantes de outras fé's, consideradas hereges e demoníacas. Esse discurso permaneceu presente no imaginário católico mesmo após o fim da Inquisição, e marcou a história das religiosidades Afro-Brasileiras de forma cabal.

No caso específico da Umbanda, religião afro-brasileira que surge a partir da mistura de elementos católicos, africanos e indígenas, são conhecidos dos estudiosos desta religião os casos de perseguição a ela, efetuada pela Igreja Católica durante os anos de 1950. Sobre isso, Isaia (S/D., p. 4) esclarece que

[...] no afã de recobrar uma posição de comodidade no mercado religioso, o discurso católico dos anos 1950 voltava-se contra a Umbanda, religião que se mostrava como essencialmente subversora da representação de um Brasil católico, ao projetar a imagem de uma religião tipicamente nacional.

Fica claro que a Umbanda ameaçava o status quo pertencente à religião católica, ao se espalhar pelos meios populares reivindicando a posição de “verdadeira religião brasileira”, daí sofrer a oposição e perseguição ferrenha da Igreja Católica. Neste aspecto, aliás, não era só a Umbanda a sofrer com esta perseguição, mas toda a gama de religiões tidas como de possessão<sup>1</sup>, como o espiritismo kardecista e o Candomblé, todos encarados como galhos da mesma árvore.

A figura de Exu, uma das divindades cultuadas nesta religião de origem Africana, e que é associada pela ideologia cristã ao demônio, é recorrente neste discurso católico. Na fala do arcebispo de Porto Alegre,

---

1 O conceito de religiões de possessão diz respeito a um fenômeno recorrente nestes tipos de religiosidades: a possessão mediúnica, ou transe mediúnico, quando se dá a intermediação entre os homens e os espíritos dos mortos ou divindades. Neste quadro se encaixam diversos tipos de religiosidades, sendo os mais conhecidos no Brasil a Umbanda, o Candomblé e o Espiritismo Kardecista (Camargo, 1961).

Dom Vicente Scherer, por exemplo, “a Umbanda se distingue pela pretensa evocação dos espíritos e pelo culto do demônio, que chamam de Exu” (ISAIA, S/D, p. 9). A associação de Exu ao demônio é evocada nestes discursos como forma de desclassificar e rotular a Umbanda como demoníaca, denotando, assim, seu atraso, barbárie e selvageria.

Este tipo de discurso permaneceu no imaginário popular brasileiro e atualmente é reforçado por alguns segmentos neopentecostais. Um dos mais significativos destes é o da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, que combate não só as religiões Afro-Brasileiras, como todo um conjunto de religiões e seitas mediúnicas, orientais, mágicas e esotéricas. Em sua obra *Orixás, Caboclos e Guias* – deuses ou demônios, o bispo Edir Macedo (2004, p.14), fundador da IURD, revela a “verdade” por detrás de “seitas como vodu, macumba, quimbanda, candomblé e umbanda, (nas quais) os demônios são adorados”. Afirma também que no “espiritismo mais sofisticado (kardecista), eles se manifestam mentindo, afirmando serem espíritos de pessoas que já morreram” (MACEDO, 2004, p.14).

Todas estas religiosidades são tratadas uniformemente como adoradoras do diabo. Exu aqui aparece como um demônio divinizado e adorado por seus fiéis nos rituais da Quimbanda, outra forma de culto dentro da Umbanda. “Na quimbanda, os deuses (demônios) são os exus, adorados e servidos no intuito de alcançar alguma vantagem sobre um inimigo ou alguma coisa imoral, como conquistar a mulher ou marido de alguém, obter favores por meios ilícitos, etc.” (MACEDO, 2004, p. 15).

Cada Exu ou demônio, como Macedo os concebe, tem uma área de atuação. Assim, ele coloca que

[...] pessoas viciadas em tóxicos, bebidas alcoólicas, cigarros ou jogo, na maioria dos casos, o responsável é o exu “Zé pelintra” ou “malandrinho”. [...] Prostitutas, homossexuais e lésbicas sempre são possuídos por pom-bagiras. [...] No caso em que as pessoas estão perdendo tudo o que tem e caindo em desgraça, por trás estão demônios chamados “exu do lodo”, “da vala” (MACEDO, 2004, p. 47).

O remédio contra estes males causados pelos demônios pode ser encontrado na própria Igreja Universal. Somente ela está autorizada a expulsar estes demônios e a proteger seus fiéis deles. Macedo conta em

seu livro inúmeros exemplos de ex-pais-de-santo, mães de santo e praticantes de toda sorte de “macumbarias” e “feitiçarias”, que após entrarem para a IURD descobriram que seus guias na verdade eram demônios que os manipulavam, e assim conseguiram a salvação através da igreja. Isso legitima o papel atribuído à IURD de salvar seus fiéis da opressão demoníaca, identificada nas religiões Afro-Brasileiras.

O bispo Macedo propõe como uma síntese de sua “pregação plena” o que é bem pentecostal e fundamentalista: Jesus Cristo salva; é preciso ser batizado no Espírito Santo e a libertação pelo exorcismo das pessoas que estão oprimidas pelo diabo, para ele, associado à Umbanda e Candomblé (FRESTON, S/D, p. 135-137, *apud* ORO, 1996, p. 129).

Percebemos, assim, que grande parte do discurso da IURD está baseado na negação e demonização do “outro”, aqui representado pelas religiões mediúnicas, especialmente as Afro-Brasileiras, ou seja, o Candomblé e a Umbanda. Esta postura, segundo Oro (1996), vem da certeza dos fiéis da IURD em possuírem a “verdade” absoluta, contida na Bíblia.

Os outros, a grande maioria, são apóstatas, moralmente pervertidos, arrasados pelo mundo. Enquanto o “nós” (fundamentalistas) constitui o resto fiel aos princípios fundamentais e imutáveis (contidos na Bíblia). (...) Os outros, que não estão no caminho da salvação e (não) aderem à verdade, são o inimigo. (...) Aqueles inimigos são demonizados. Não estão com a verdade. Estão sendo seduzidos e guiados pelo demônio. E como Satanás está solto, é preciso lutar e combater (ORO, 1996, p.128).

O discurso do bispo Macedo dá continuidade a séculos e séculos de perseguição e demonização por parte dos segmentos religiosos cristãos às diversas formas de religiosidades Afro-Brasileiras, especialmente a Umbanda. Com efeito, perpetua a imagem demoníaca dos orixás e guias afro-brasileiros, especialmente da figura do Exu.

## A EXPANSÃO DO NEOPENTECOSTALISMO EM GOIÁS

Nos últimos vinte anos, as religiões neopentecostais vêm tomando um espaço cada vez maior na sociedade. O número de adeptos do neopentecostalismo em todo o país cresceu a cada censo do IBGE, como demonstrado a tabela a seguir:

**Tabela 1** – Mudanças no quadro religioso brasileiro de 1980 a 2010 (em %)

|                         | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|-------------------------|------|------|------|------|
| <b>Católicos</b>        | 89,2 | 83,3 | 73,7 | 64,6 |
| <b>Evangélicos</b>      | 6,6  | 9,0  | 15,4 | 22,2 |
| <b>Espíritas</b>        | 0,7  | 1,1  | 1,4  | 2,0  |
| <b>Afro-Brasileiros</b> | 0,57 | 0,44 | 0,34 | 0,30 |

Fonte: IBGE (1983), (1991), (2002), (2012).

Conforme a tabela acima, percebe-se que enquanto o número de adeptos das religiões evangélicas cresceu consideravelmente, o das religiões afro-brasileiras, que já não era grande, diminuiu ainda mais (embora tenha crescido em números absolutos, diminuiu percentualmente em relação ao total da população brasileira). De 0,57% da população brasileira que se diziam adeptos destas religiões em 1980, este número caiu para 0,44% em 1991 e apenas 0,30% no último censo em 2010. Em Goiás estes números são ainda menores: apenas 0,07% da população goiana se declarou como umbandista no último censo, ou seja, abaixo da média nacional. Por outro lado, a média de evangélicos no mesmo Estado é maior do que a média nacional: 25,03% em Goiás contra 22,2% em todo o Brasil, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 2** – Quadro das Religiões, Brasil e Goiás – 2010

| Em Goiás            | %     | No Brasil           | %    |
|---------------------|-------|---------------------|------|
| Católica            | 65,42 | Católica            | 64,6 |
| Evangélica          | 25,03 | Evangélica          | 22,2 |
| Espírita            | 2,72  | Espírita            | 2,0  |
| Umbanda e Candomblé | 0,07  | Umbanda e Candomblé | 0,30 |

Fonte: IBGE, 2012. Grifo nosso.

Não se sabe até que ponto o crescimento das religiões evangélicas pôde influenciar na diminuição dos adeptos dos cultos afro-brasileiros. O mais importante, porém, é que com o crescimento das igrejas neopentecostais, que adotam uma postura mais combativa em relação às religiões afro-brasileiras, cresceram os casos de conflitos entre estas duas religiões. Segundo Negrão (1996, p. 141), em São Paulo estes conflitos foram intensificados a partir da década de 1980, principalmente devido ao crescimento da IURD, quando a Umbanda voltou

[...] a ser objeto de perseguição religiosa, agora por parte de grupos pentecostais, especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que hostilizavam umbandistas, chegando a mantê-los em cárcere privado para que se convertessem a Cristo, invadiam terreiros e os acusavam de pertencerem ao demônio através de seus programas radiofônicos.

Em Goiás tais perseguições ainda estão na memória dos mais velhos praticantes da Umbanda e do Candomblé, como cita o Sr. Luís Salles, ex presidente da Federação de Umbanda e Candomblé do Estado de Goiás – FUEGO em entrevista:

Vou dar um exemplo. Uma Casa que nós tínhamos hoje, na nova esperança, do Caboclo Ubirajara, na década de noventa e dois, eles tiveram a petulância de invadir a residência, que lá tinha a residência de nossa irmã, (...) eles invadiram lá, da irmã Rosa, invadiram dizendo que o poder de Deus ia santificar aquela casa e jogaram sal dentro da casa dela, quebraram o altar dela. (...) esse pessoal a gente não tem, assim, muita o quê que eles pensam, né, eles tomam atitudes de momentos, dependendo do pastor deles. Isso tá muito sob a influência do pastor, né, cê ta entendendo?! Então quê que acontece... então eles pegam e vão, de vez em quando nós estamos vendo aí alguma coisa, eles vão na porta, ora. Nós estamos com o exemplo de uma casa aqui no Jardim das Oliveiras. Tem duas Igrejas porta a porta com ela, é da nossa irmã Maria Nedica, de vez em quando os confrontos tão lá (NOGUEIRA, 2009, p. 108-109).

Os confrontos entre neopentecostais e adeptos das religiões afro-brasileiras há algum tempo vêm sendo amplamente divulgados pela mídia, e na última década têm sido objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento dentro da academia. A base dos confrontos destes dois grupos religiosos está na associação das religiões afro à ação do demônio, feita por parte dos grupos evangélicos. Segundo

Ramos (2007, p. 57), todo evangélico está inserido em uma “batalha espiritual”, na qual

[...] as forças cósmicas do bem e do mal combatem incansavelmente pela posse das almas humanas. [...] Os evangélicos, tomando a Bíblia como referência e interpretando seu texto a partir das matrizes protestantes de leitura colocam-se em combate. [...] Seu propósito: convencer o maior número possível de pessoas a se afastarem das “forças do mal”. [...] Os evangélicos possuem a responsabilidade de garantir que o mal não triunfe totalmente na esfera espiritual.

Portanto, a ação de algumas igrejas neopentecostais, em especial a IURD, tem como ponto de partida uma “teologia assentada na ideia de que a causa de grande parte dos males deste mundo pode ser atribuída à presença do demônio, que geralmente é associado aos deuses de outras denominações religiosas” (SILVA, 2007-b, p. 11). As religiões afro-brasileiras são alvos privilegiados destes ataques. Os preconceitos a que estiveram associadas estas religiões ao longo de sua história são reforçados e ampliados por programas de TV e discursos de pastores com o objetivo de desqualificar os símbolos do panteão afro.

Munidos desta visão demoníaca dos cultos afros, e embasados pelo seu “dever espiritual” de combate ao mal,

[...] em obediência ao líder eclesiástico, pastores, obreiros e fiéis partiram para a ofensiva. Saíram das trincheiras e puseram a artilharia das tropas do Senhor dos Exércitos para atacar os supostos representantes terrenos do diabo. Como resultado disso, relatos de imprensa mencionam a ocorrência, nas duas últimas décadas, de casos, ainda que em pequeno número, de invasões de centros e terreiros, de imposições forçadas da Bíblia, de agressões físicas a adeptos dos cultos afro-brasileiros e espíritas e até de prática de cárcere privado (MARIANO, 2007, p. 137).

Em Goiás não é diferente. A intolerância e perseguição aos cultos afros causaram um impacto fulminante no número de fiéis destas religiões desde a década de 1980. Enquanto os cultos neopentecostais crescem em proporções assustadoras (100% de crescimento da década de 1990 para 2000), os cultos afro diminuem consideravelmente. Em Goiás esse quadro é ainda pior, como demonstram os números do último Censo (IBGE, 2012), que apontam Goiás com um número de adeptos das religiões afro abaixo da média nacional.

O ápice desta perseguição, que deixou explícito a força da comunidade evangélica na capital goiana, foi o “Episódio Vaca-Brava”, ocorrido em novembro de 2003. O episódio foi analisado por Ramos (2007), cuja obra recorreremos, principalmente, para narrar e estudar este importante capítulo da história das religiões afro-brasileiras de Goiânia.

## O “EPISÓDIO VACA-BRAVA” (2003)

Tudo começou no dia 19 de novembro de 2003, véspera do dia da consciência negra. Pouco mais de quinhentas pessoas presenciaram uma manifestação digna de uma verdadeira “guerra espiritual” no Parque Vaca Brava, importante ponto turístico da capital goiana, localizado em área nobre da cidade. A manifestação era por causa de oito estátuas, cada uma com aproximadamente sete metros de altura, expostas no meio do lago do parque, e que representavam oito Orixás do panteão de divindades afro, a saber: Oxalá, Ogum, Xangô, Oxum, Iansã, Iemanjá, Nanã e Logunedé.

Segundo notícia publicada no jornal *Diário da Manhã* (20/11/2003, s/p.) do dia seguinte,

O Parque Vaca Brava foi palco de manifestações e brigas entre evangélicos, católicos e representantes da cultura negra ontem à tarde. As discussões tiveram início com religiosos de várias igrejas que se reuniram no local para manifestar contra as estátuas de orixás colocadas no lago do parque. As manifestações dos cristãos contaram com o apoio de carro de som e estavam previstas para durar uma hora e meia, mas foram interrompidas meia hora depois, por volta das 18h30, devido aos protestos dos representantes da cultura negra (cerca de 30 pessoas), insatisfeitas com o ato. Ao todo, 500 pessoas estiveram no local.

Tal manifestação foi liderada por um líder evangélico da Igreja Ministério Comunidade Cristã, atual Fonte da Vida. Trata-se do Pastor Fábio Sousa, que contou ainda com o apoio e participação de membros de inúmeras outras denominações evangélicas. Os debates e manifestações contrárias à exposição duraram apenas quatro dias, do dia 18 a 21 de novembro, tempo suficiente para que inúmeros artigos e reportagens fossem publicados em jornais da cidade dando notícias do conflito que se instalara em torno das estátuas.

Nota-se o modo como o discurso evangélico sobre este caso passa por dois momentos distintos. Assim que se iniciam a montagem das estátuas, a comunidade evangélica goianiense, lideradas pelo já citado pastor Fábio Sousa inicia sua campanha de combate nos jornais da capital. Segundo uma notícia publicada no jornal *Diário da Manhã* (19/11/2003, s/p.), principal noticiador da contenda,

O pastor disse que os evangélicos estão insatisfeitos com as esculturas por elas representarem deuses do candomblé. “Foi algo imposto. É uma ideia absurda fazer esta exposição perto do Natal”. Por ser o Natal uma festa cristã, Fábio Sousa acredita que deveriam ser expostos presépios e enfeites natalinos.

Neste primeiro momento, o discurso evangélico age de uma forma desordenada, chegando ao ponto de invocar costumes dos quais é declaradamente contra, como a exposição de imagens. As religiões evangélicas são conhecidas por seu caráter iconoclasta, ou seja, a de não venerar e até serem contrários ao uso de imagens (RAMOS, 2007). Basta recordar o caso do “chute na santa”, que aconteceu no Brasil em 1995, no dia 12 de outubro, quando um pastor da Igreja Universal – IURD, chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida em programa transmitido em rede nacional pela Rede Record de Televisão (ALMEIDA, 2007, p. 171).

Assim, inicialmente o pastor apenas afirma que deveriam ser trocadas as imagens dos Orixás por imagens católicas de presépios e enfeites natalinos. Segundo Ramos (2007), o motivo desta recomendação, haja vista o discurso dos evangélicos contrário ao uso de qualquer imagem de cunho religioso, se deve ao que o pesquisador chama de uma “gradação de periculosidade”:

Por que, então, trocar imagens de Orixás por imagens católicas? Porque como já afirmei anteriormente [...], “os evangélicos definem certo tipo de *gradação de periculosidade* a ser aplicada àqueles que não compartilham com sua visão de mundo. Deste modo, um católico seria menos *herético* que um espírita kardecista, o qual por sua vez representa menor perigo ante a presença de um ‘macumbeiro’ reconhecido, seja umbandista ou candomblecista” (RAMOS, 2007, p. 62).

No entanto, tal discurso não surte o efeito desejado. Pelo contrário, vozes em contrário à atitude dos evangélicos se levantam nestes mesmos jornais. As principais delas se aglutinam em torno do

catolicismo, do espiritismo e do governo, que se negou a retirar as estátuas do local como era a vontade dos manifestantes, além é claro, das próprias religiões afro, vítimas da ação dos evangélicos, como demonstra reportagem do mesmo jornal.

Monsenhor João Daiber, vigário-geral da Arquidiocese de Goiânia, diz que é preciso haver (sic) o respeito entre as religiões. Ele não vê necessidade de as esculturas serem retiradas do Vaca Brava. “Há exagero, pois os orixás representam uma cultura”. Daiber questiona o motivo dos evangélicos estarem tão incomodados com as esculturas: “E os presépios? Todo Natal há esse tipo de imagem no parque e eles nunca se manifestaram contra”. O presidente da Federação Espírita do Estado de Goiás, Weimar Muniz, também não acha que os orixás devam ser retirados do local. “Temos que respeitar nossos semelhantes, sobretudo no campo religioso, embora pensemos de formas diferentes”, afirma. E acrescenta: “Não se pode esquecer que a liberdade religiosa é garantida pela Constituição Federal. Cada um deverá responder pelos atos ilícitos que praticar.” O sacerdote da Casa Alan Buru (do Candomblé), Elmo Rocha, se diz assustado com o retrocesso histórico em questão. “É alienação racista, com elementos preconceituosos. É uma forma de instigar uma guerra santa”. Ele ressalta o caráter cultural da exposição e a importância de se valorizar a etnia negra. “É muita falta de informação e de cultura por parte dos evangélicos que querem a retirada dos orixás”, revolta-se (DIÁRIO DA MANHÃ, 21/11/2003, s/p.)

Criticados por sua atitude abertamente contrária à exposição, e tendo seus principais argumentos colocados em xeque, a comunidade evangélica mudou seu discurso, e passou a invocar o direito à liberdade de uso do espaço público. Consequentemente, a tônica da polêmica voltou-se não para a presença das estátuas, mas sim à ausência de símbolos que representem outras religiões. “A tese dos políticos evangélicos era a de garantia da liberdade de culto, liberdade esta que não havia sido respeitada na medida em que se liberava o espaço público do parque para uma religião e não para outra” (RAMOS, 2007, p. 63).

Esta mudança ficou clara em texto do apóstolo César Augusto, líder da igreja Ministério Comunidade Cristã, que em sua coluna publicada às quintas-feiras no jornal *Diário da Manhã* (20/11/2003, s/p.), fez uso do espaço para rearticular o discurso evangélico contra a exposição.

Não criticamos de forma alguma as religiões afro-brasileiras que professam culto a estas entidades. O nosso repúdio é contra a discriminação que os

católicos, espíritas kardecistas, evangélicos, budistas e islâmicos estão sofrendo de forma indireta com a colocação das estátuas no parque. Um local público não deve ser palco de uma representação cultural que expresse a identidade religiosa de apenas uma parcela de nossa sociedade. Até porque a época é de comemoração da festa mais importante do mundo cristão: o Natal [...].

Segundo o texto do pastor, o fato de haver uma exposição que represente a cultura africana e afro-brasileira é uma discriminação com outras formas religiosas pela ausência de representação destas. Trata-se de argumento perigoso, pois ele pode ser reivindicado por outras religiões, como pelas afro-brasileiras, quando vemos representações católicas ou evangélicas em espaços públicos, como é o caso dos crucifixos e quadros religiosos largamente utilizados em repartições públicas, dos próprios presépios citados, expostos pela cidade na época do natal, ou a utilização dos lagos e estádios para a realização de cultos e batizados por parte de evangélicos.

Portanto, tal discurso vem de uma denominação religiosa que quase sempre se utiliza deste mesmo espaço público da forma que bem entende, mas ao ser confrontada pelo mesmo direito sendo exercido por outra denominação religiosa, protesta e adota posição contrária à mesma. Percebe-se, assim, como estas religiões evangélicas buscam afirmar sua territorialidade a partir de seu discurso religioso. Além disto, as estátuas dos Orixás não representavam apenas as religiões afro, mas “indicavam uma realidade muito superior a apenas uma dimensão religiosa, assinalavam o mais alto grau de abstração lógica, como, também, mito-poético alcançada por impérios e comunidades africanas pré-diáspora” (RAMOS, 2007, p. 67).

Esta característica, aliás, é adotada pelo governo goianiense na defesa da permanência das estátuas. Segundo o Secretário Municipal de Cultura da época, Sandro di Lima, a exposição tinha um caráter “artístico-cultural, e não religioso” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/11/2003, s/p.). Assim, mesmo diante da polêmica e discussão em torno das estátuas, elas permaneceram durante o período previsto, sendo inauguradas no dia 20 de novembro de 2003, Dia Nacional da Consciência Negra, e tendo sido retiradas no dia 08 de janeiro de 2004. Permaneceram, assim, em exposição durante exatos cinquenta dias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos episódios ocorridos em torno da exposição dos Orixás demonstra como as manifestações de repúdio às estátuas ocorridas em Goiânia foram maiores do que em outras capitais onde as mesmas estátuas também ficaram expostas, surpreendendo até mesmo o próprio artista que as criou, o escultor baiano Tatti Moreno (2007, s/p.).

Eu tive uma repercussão boa em todas as cidades, mas a repercussão em Goiânia me surpreendeu. Lá tem adeptos da cultura africana, mesmo assim sofremos preconceito por parte dos evangélicos que fizeram uma manifestação com mais de duas mil pessoas e minha exposição ficou marcada como o movimento cultural mais forte de Goiânia. Era primeira página em todos os jornais. Até a prefeitura encomendou uma pesquisa para saber a opinião da população e quase setenta por cento aprovou a exposição. Nas outras cidades houve resistências menores. Em SP uma meia dúzia de crentes ia pra lá (para o Ibirapuera) e ficava exorcizando os orixás.

A repercussão negativa do caso da estátua demonstra como o discurso evangélico se organiza para combater as religiões afro-brasileiras. Em sua obra já citada *Orixás, Caboclos e Guias*, que também gerou polêmica e protestos, desta vez por parte de membros das religiões afro-brasileiras, o bispo Edir Macedo demonstra qual a visão que os evangélicos têm destas religiões.

No candomblé, oxum, iemanjá e ogum, entre outros demônios, são verdadeiros deuses a quem o adepto oferece trabalhos de sangue para agradar quando alguma coisa não está indo bem ou quando deseja receber algo especial. Na umbanda, os deuses são os orixás, considerados poderosos demais para serem chamados a uma incorporação. Os adeptos preferem chamar os espíritos desencarnados ou espíritos menores, chamados caboclos, preto-velhos, crianças. Na quimbanda, os deuses são exus, adorados e servidos no intuito de alcançar alguma vantagem sobre um inimigo ou alguma coisa imoral, como conquistar a mulher ou marido de alguém ou obter favores por meios ilícitos etc. No Kardecismo e nas demais ramificações espíritas ou espiritualistas, os demônios se apresentam como espíritos evoluídos ou ainda em evolução, que precisam de doutrina (MACEDO, 2004, p. 14-15).

Percebe-se pelo texto do pastor que todas as religiões consideradas como “religiões mediúnicas”, por terem como característica principal o fenômeno da incorporação, são vistas como demoníacas. Como o demônio é algo a ser combatido, isso justifica a perseguição e

difamação propagada, não só pela IURD, como por outras denominações evangélicas, conforme percebido pelo “Episódio Vaca-Brava”.

Daí vem a necessidade dos cristãos evangélicos em combater as religiões afro-brasileiras, para eles associadas à ação do demônio cristão. Para Ramos (2007), tal postura se constitui numa parte fundamental da identidade evangélica. Os membros desta religião são incentivados a perseguir e trazer para o seu lado o “outro”, aquele que está fora de seu campo religioso, considerado do lado da perdição, e que necessita ser salvo. A missão evangélica é levar a salvação ao resto da humanidade, convencendo o maior número possível de pessoas que a única forma de salvação está na conversão para sua igreja. Assim,

[...] a manifestação de intolerância por parte dos evangélicos se configura como uma manifestação de sua religiosidade própria, não sendo entendida pelo evangélico como um ato execrável de desrespeito, antes, como um mandamento basilar que, de acordo com seu modo de ver, quando efetivado, poderá ser a última chance de salvação para o “perdido pecador” (RAMOS, 2007, p. 57-58).

Desse modo, para a comunidade evangélica, a discriminação às religiões afro-brasileiras representada pelas manifestações contra a exposição dos Orixás no Parque Vaca Brava não constituem um ato de intolerância religiosa, mas sim em sua missão de denunciar e livrar a cidade da ação destes demônios. Este caso ocorrido em Goiânia é apenas mais um entre inúmeros outros que vêm acontecendo em todo o país nas últimas décadas.

Segundo Oro (2007), na maioria dos casos as religiões afro-brasileiras não possuem estrutura e união suficientes para revidar. Basta observar a primeira notícia citada, publicada no jornal Diário da Manhã, que dá conta de que aproximadamente quinhentas pessoas estiveram no Parque Vaca-Brava para a manifestação contra as estátuas, enquanto que apenas trinta pertenciam ao movimento negro e das religiões afro-brasileiras. Pode-se dizer então que,

[...] a fraca reação [por parte das religiões afro-brasileiras aos ataques neopentecostais] deve-se também ao baixo grau de legitimidade que as religiões afro-brasileiras desfrutam na sociedade nacional e que se manifesta na dificuldade em obter apoios no meio político, jurídico, midiático e religioso, mesmo na atualidade, se comparadas com outras religiões, o catolicismo

por exemplo. (...) A inércia está também associada à própria estrutura das religiões afro-brasileiras, organizadas em federações e uma pulverização de terreiros, sendo todos ao mesmo tempo autônomos e rivais entre si, em meio a pequenas e frágeis redes de alianças (ORO, 2007, p. 51).

Neste período, a Federação de Umbanda e Candomblé em Goiás (FUEGO) vivia um momento de relativa fragilidade em sua atuação, especialmente em seus últimos anos de existência. Desestruturada, fragilizada e com inúmeros problemas de ordem estrutural e financeiros, a FUEGO não tinha condições de concorrer com a estrutura física e discursiva das igrejas neopentecostais. A IURD, por outro lado, é detentora da terceira maior rede de televisão brasileira, a Rede Record, além de possuir inúmeros jornais e rádios espalhados pelo Brasil, que a auxiliam em sua missão de levar a salvação ao maior número de pessoas possíveis. O controle midiático por parte desta igreja é um de seus pontos fortes, fazendo com que se torne praticamente impossível para as religiões afro-brasileiras fazer frente a este poderio.

Cabe a elas recorrer ao poder público para denunciar os casos de agressão, ou ao apoio de outras religiões em nome de um ecumenismo, como foi o caso da exposição dos Orixás, quando membros das religiões católica e espírita demonstraram apoio às religiões afro na defesa da permanência das estátuas no parque. De qualquer forma, é forte o impacto do discurso evangélico nas religiões afro-brasileiras, conforme demonstrado através da análise do “Episódio Vaca-Brava”.

Não podemos precisar até que ponto vai o impacto deste crescimento neopentecostal na Umbanda e religiões afro. Pelos dados do Censo (IBGE, 2010), constata-se que o Catolicismo também tem perdido adeptos em números consideráveis, não só as religiões afro-brasileiras. De qualquer forma, o crescimento neopentecostal atinge diretamente a Umbanda de outra forma: pela ação de seus membros, que veem na Umbanda e religiões afro-brasileiras a personificação do demônio cristão. Tal visão leva muitos deles a agirem conforme a atitude da sociedade evangélica goianiense diante da exposição dos Orixás no Parque Vaca-Brava. A consequência dessas ações, portanto, se faz sentir de forma cotidiana pelos umbandistas, que se veem na mira do discurso evangélico, que de certa forma ajuda na manutenção do preconceito existente contra esta religião.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. “Dez anos o ‘Chute na Santa’: a intolerância com a diferença”. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 171-190.
- ALVARENGA, Lenny Francis Campos de. *As Ressignificações de Exu dentro da Umbanda*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), UCG, Goiânia, 2006.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda – Uma interpretação sociológica*. São Paulo: Pioneira, 1961.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Jornal, edição de 19/11/2003.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Jornal, edição de 20/11/2003.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Jornal, edição de 21/11/2003.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. *Espaço sagrado – estudos em geografia da religião*. Curitiba: Ibipex, 2008.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. Cap. 1 “O Olhar Imperial e a Invenção da África”. (p. 17-44).
- IBGE. *Censo Demográfico – dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade*. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980, volume 1, tomo 4, número 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- IBGE. *Censo Demográfico 1991 – características gerais da população e instrução*. Número 1. Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000 – primeiros resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010 – características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- ISAIA, Artur César. Macumba de Branco. *Revista Nossa História*. Ano 3, Nº 6, outubro/2006. Ed. Vera Cruz. (p. 28-32).
- ISAIA, Artur César. *O elogio ao progresso na obra dos intelectuais da Umbanda*. Retirado de [http://www.geocities.com/ail\\_br/oelogiaooprogressonaobra.htm](http://www.geocities.com/ail_br/oelogiaooprogressonaobra.htm). Acessado em 24 nov. 2022.
- ISAIA, Artur César. Huxley sobe o morro e desce ao inferno – A Umbanda no Discurso Católico dos anos 50. *Imaginário*. Retirado de [http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031\\_a0060/a0056.shtml](http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0056.shtml). Acesso em: 27 nov. 2022.
- MACEDO, Edir. *Orixás, caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?* Rio de Janeiro: editora e gráfica Universal, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Umbanda*. São Paulo: Ática, 1986.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos Cultos Afro-Brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007. (p. 119-148).

MELLO, Wandyr Marques de. *O Sagrado no “Sagrado” – Terreiros de Umbanda na “Cidade de Anápolis”*. Monografia (Graduação em Geografia) – Anápolis: UEG, 2006.

MORENO, Tatti. Entrevista com Tatti Moreno. *Portal Mais Bahia*, 2007. Disponível em [www.maisbahia.com.br/entrevistavip.asp?codigo=91](http://www.maisbahia.com.br/entrevistavip.asp?codigo=91). Acesso em: 06 out. 2007.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no Imaginário Cristão*. 2º Ed. Bauru: Edusc, 2002.

NOGUEIRA, Léo Carrer. *Umbanda em Goiânia – limites entre religião e magia*. Monografia (Graduação em História). Anápolis: UEG, 2005.

NOGUEIRA, Léo Carrer. OLIVEIRA, Wellington Cardoso de. *A Construção do Mito Diabólico de Exu – Dos primeiros contatos na África ao discurso inquisitorial da IURD*. Artigo (Especialização), Anápolis: UEG, 2006.

NOGUEIRA, Léo Carrer. *Umbanda em Goiânia – Das Origens ao Movimento Federativo (1948-2003)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2009.

OLIVA, Anderson. As faces de Exu: representações europeias acerca da cosmologia dos orixás na África Ocidental (Séculos XIX e XX). *Revista Múltipla*. N. 18, Ano X, Brasília, junho/2005. (p. 9-37).

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História), Goiânia: UFG, 1999.

ORO, Ivo Pedro. *O Outro é o Demônio – uma análise sociológica do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996.

ORO, Ivo Pedro. Intolerância religiosa Iurdiana e reações afro no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007. (p. 29-70).

RAMOS, Marcos Paulo de Melo. *A Negativização semântica das religiões de matriz africana a partir do discurso evangélico*. Monografia (Graduação em História), UEG, Anápolis, 2007.

SARACENI, Rubens. *O Livro de Exu – O Mistério Revelado*. São Paulo: Madras, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves Da. Entre a gira de fé e Jesus de Nazaré: relações socioestruturais entre Neopentecostalismo e Religiões Afro-Brasileiras. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007-b, (p. 191-260).

## **SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS**

**ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES** – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: carol.geografia@hotmail.com

**RICARDO JR. ASSIS GONÇALVES** – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina. Pesquisador Produtividade (PQ-2), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

**TATHIANA RODRIGUES SALGADO** – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: tathiana.salgado@ueg.br

## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS**

**ANA BARBARA FERNANDES** – Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: anabarbarafernandes@hotmail.com

**CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MARINS** – Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: carlosedumarins@gmail.com

**EDUARDO FERRAZ FRANCO** – Bolsista do Pós-Doutorado Estratégico – PDPG/POSDOC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás – PPGeo/UEG. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Jataí – UFJ.

E-mail: eferrazfranco@hotmail.com

**EDSON BATISTA DA SILVA** – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. professor da Universidade Estadual de Goiás – UEG, no departamento de Geografia do Campus Formosa. Também é docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da UEG – Campus Cora Coralina.

E-mail: edson.silva@ueg.br

**EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO** – Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, da Universidade Federal de Goiás – UFG. Bolsista Produtividade em Pesquisa – PQ/2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com o título: A produção de alimentos saudáveis no Cerrado Goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos, pela instituição de Execução: Universidade Federal de Goiás.

E-mail: eguimar@hotmail.com

**ISAIAS RODRIGUES DA SILVA** – Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina. Atualmente é professor Efetivo de Geografia na educação básica em Faina-GO.

E-mail: isaias.rodriguesdasilva@gmail.com

**JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS** – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: jean.vieira@ueg.br

**JOANNES DE SOUZA MEDRADO** – Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: joannessouza@hotmail.com

**JOELMA DE SOUZA MESQUITA** – Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade Caldas Novas.

E-mail: jomesquitamaestri@hotmail.com

**LÉO CARRER NOGUEIRA** – Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor de História da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Morrinhos.

E-mail: leo.carrer@gmail.com

**LORRANNE GOMES DA SILVA** – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: lorrannegomes@gmail.com

**MARIA JOSÉ RODRIGUES** – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal de Jataí – UFJ.

E-mail: mariarodrigues@ufj.edu.br

**SAMARA DE SOUZA MESQUITA** – Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade Caldas Novas.

E-mail: dmesquista@hotmail.com

**VANDERVILSON ALVES CARNEIRO** – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Cora Coralina.

E-mail: vandervilson.carneiro@ueg.br

**WINDER RODRIGUES PIRES** – Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal de Jataí – UFJ.

E-mail: winder\_pires@ufj.edu.br



#### SOBRE O LIVRO

Formato: 16x23cm

Tipologia: Minion Pro

Número de Páginas: 179

Suporte: E-book

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.

Todos os direitos reservados.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Br-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903 Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO

[www.editora.ueg.br](http://www.editora.ueg.br) / e-mail: [editora@ueg.br](mailto:editora@ueg.br)

2023

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

**E**spera-se que a leitura e o debate crítico das pesquisas que compõem este livro fortaleçam a pesquisa geográfica do Cerrado. Intenta-se também que os estudos apresentados no livro colaborem com investigações de professores e alunos do PPGEO-UEG, sejam utilizados em escolas públicas e debatidos em espaços de formação de base por movimentos sociais e sindicais.



ISBN 978-65-88502-37-2